



2025

RELATÓRIO

DE GESTÃO



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão

Referente ao Exercício de 2025

Presidenta

Econ. Tania Cristina Teixeira

Vice-Presidente

Econ. João Manoel Gonçalves Barbosa

**Março/2026
Brasília-DF**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

CBE - Congresso Brasileiro de Economia
CLC - Comissão de Licitação do Cofecon
COFECON - Conselho Federal de Economia
CORECON - Conselho Regional de Economia
CTC - Comissão de Tomada de Contas
ECV - Economistas em condição de voto
GT - Grupo de Trabalho
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
PBE - Prêmio Brasil de Economia
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia
TRF4 - Tribunal Regional Federal da 4ª Região

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS:

Quadro 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	7
Quadro 2: Informações sobre as áreas ou subunidades estratégicas - continuação	8
Quadro 3: Chapas eleitas e quantidade de votos	23
Quadro 4: Auxílios e doações aos Conselhos Regionais de Economia e Entidades	42
Quadro 5: Despesas com as principais atividades finalísticas	43
Quadro 6: Gestão de riscos e controles	46
Quadro 7: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas 2025	47
Quadro 8: Evolução das receitas e despesas do Cofecon - 2020 a 2025	49
Quadro 9: Detalhamento das despesas de pessoal, diárias e passagens	50
Quadro 10: Gestão de Custos	52
Quadro 11: Variação receitas e despesas do Cofecon	54

GRÁFICO:

Gráfico 1: Economistas em Condição de Voto	45
--	----

FIGURAS:

Figura 1: Organograma do Cofecon	7
Figura 2: Capas das Revistas Economistas	13
Figura 3: Peças da campanha do Dia do Economista	13
Figura 4: Lives do Cofecon	15
Figura 5: 2º Seminário Mulher Economista & Diversidade	16
Figura 6: Mapa Estratégico	20
Figura 7: 28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia - Since	21
Figura 8: 2º Seminário Mulher Economista & Diversidade.....	22
Figura 9: Revista Justiça Social	24
Figura 10: Descomplicando a Economia - Parte 2	25

ANEXOS:

ANEXO I: NOTAS OFICIAIS DO COFECON	63
ANEXO II: PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO COFECON, ECON. PAULO DANTAS DA COSTA, EM EVENTOS 2025	69

ANEXO III: PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2025	70
ANEXO IV: MATÉRIAS E ENTREVISTAS, PRESIDENTE PAULO DANTAS DA COSTA	73
ANEXO V: MATÉRIAS E ENTREVISTAS DE COLABORADORES	74

Sumário

Mensagem do dirigente máximo.....	4
1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO.....	5
1.1. Identificação da unidade prestadora de contas	5
1.2. Finalidade e competências.....	5
1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	6
1.4. Breve histórico da entidade	6
1.5. Estrutura organizacional	6
1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade.....	11
1.6.1. O Cofecon e a Mídia	11
1.6.2. Redes Sociais.....	11
1.6.3. Revista Economistas.....	12
1.6.4. Campanha Dia do Economista	13
1.6.5. Eventos virtuais.....	14
1.6.6. Ouvidoria.....	16
1.6.7. Carteira Virtual	17
1.7. Fatos externos relevantes	17
1.8. Modelo de negócios.....	17
2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	19
2.1. Estrutura de governança da entidade	19
2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade.....	20
2.3. Principais objetivos estratégicos.....	20
2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas	21
2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional.....	42
2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas.....	42
2.7. Despesas com indenizações a conselheiros.....	44
2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos	44
3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	45
3.1 Principais riscos	45
3.2. Indicadores de desempenho	45
3.3. Gestão de Riscos e Controles.....	46
3.4. Oportunidades e Perspectivas.....	47
3.5. Controles Internos.....	47
4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	48
4.1. Resultados da área-fim.....	48
4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica.....	48
4.3. Gestão Orçamentária e Financeira.....	49
4.4. Gestão de Pessoas.....	50
4.5. Gestão de Licitações e Contratos.....	50
4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	51
4.7. Gestão da Tecnologia da Informação.....	51
4.8. Gestão dos Custos	51
4.9. Sustentabilidade Ambiental	52
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	53
5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração	53
5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes	53
5.3. Balanço Orçamentário	54
5.4. Balanço Patrimonial	55
5.5. Balanço Financeiro.....	56
5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2023/2024.....	56
5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2024	57
5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2023	58
5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2024	59
5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2023	60
5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais.....	61

5.12. Declaração do Contador	62
------------------------------------	----

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O presente relatório apresenta os trabalhos da gestão 2025 do Conselho Federal de Economia - Cofecon, com o propósito de assegurar transparência das ações desenvolvidas e o compromisso contínuo com os objetivos estratégicos do Sistema Cofecon/Corecons. Por gestão 2025 entende-se o trabalho integrado da presidência, dos conselheiros federais, das equipes técnicas e administrativas e dos diversos colaboradores que atuaram nas Comissões, Grupos de Trabalho e demais frentes da Autarquia.

Entre as realizações deste ano, destacamos o XXVI Congresso Brasileiro de Economia, evento que se consolidou como o principal espaço de debates dos economistas brasileiros, voltado à comunidade profissional e acadêmica e à sociedade, e que reuniu cerca de 500 economistas nos dias 6 a 10 de outubro, em Porto Alegre - RS. Destacamos também a realização de diversos seminários ao longo do ano, incluindo o ciclo de seminários Diálogos Econômicos à Luz da COP30 e o 3º Seminário da Mulher Economista e Diversidade, realizado em Salvador nos dias 4 e 5 de setembro. Além disso, o Cofecon se posicionou de forma institucional sobre vários temas econômicos por meio de notas oficiais desta autarquia, reforçando seu papel de agente articulador e técnico e promovendo o diálogo entre a economia e os grandes temas do nosso tempo, como a transição ecológica, a inclusão produtiva, a sustentabilidade fiscal, a redução das desigualdades e a inovação tecnológica.

Também registramos o avanço do Projeto de Lei 3.178/2024, aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados no dia 3 de dezembro de 2025 e atualmente tramitando na Comissão de Finanças e Tributação. Esta conquista é resultado de um processo consistente de diálogo institucional, tanto com os parlamentares quanto com instituições que representam outras profissões. O projeto, caso venha a ser convertido em lei, trará maior segurança jurídica a uma profissão fundamental em diversas áreas da gestão pública e privada.

Agradecemos a todos pelo trabalho e dedicação ao longo do ano de 2025. Certamente o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo foi fundamental para a concretização dos projetos propostos e para a apresentação de resultados positivos.

Econ. Tania Cristina Teixeira
Presidenta

Flávia João Manoel Gonçalves Barbosa
Vice-presidente

CAPÍTULO 1

1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: Cofecon

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.org.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211 e 501 a 506, Brasília-DF, CEP: 70.318-900

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

1.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), criados pelo art. 6º da Lei nº 1.411/1951 (com a redação dada pela Lei nº 6.021/1974), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/1978).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/1951):

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região; (Redação dada pela Lei nº 6.537/1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

- **Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951:** Dispõe sobre a Profissão de Economista.
- **Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.
- **Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974:** Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentuais do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.
- **Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975:** Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.
- **Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978:** Altera dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.
- **Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980:** Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
- **Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011:** Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

1.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/1951, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de mais de sete décadas o Cofecon tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o País, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do País.

1.5. Estrutura organizacional

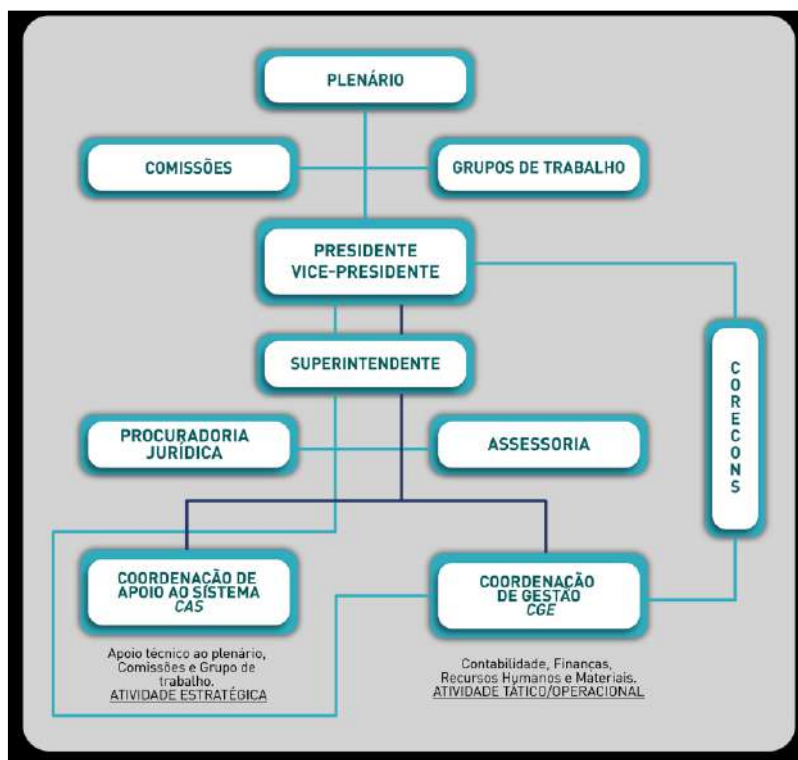
O Conselho Federal de Economia é constituído:

I. de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II. da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III. das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura 1: Organograma do Cofecon



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades, e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Superintendência, Procuradoria Jurídica, Assessorias e Comunicação.

Quadro 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Período de Atuação
Plenário	<p>Conselheiros Federais Efetivos</p> <p>Carlos Alberto Safatle Carlos Roberto de Castro Claudemir Galvani Elis Braga Licks Fabíola Andréa Leite de Paula Flávia Vinhaes Santos Gustavo Casseb Pessoti João Manoel Gonçalves Barbosa Kerssia Preda Kamenach Lucia dos Santos Garcia Maria de Fátima Miranda Maria do Socorro Erculano de Lima Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Hermance Paiva Pedro Afonso Gomes Paulo Roberto Polli Lobo</p>	1º/1/2025 a 31/12/2025

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Período de Atuação
	Tania Cristina Teixeira Teresinha de Jesus Ferreira da Silva	
	Conselheiros Federais Suplentes Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera Antonio Corrêa de Lacerda Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Clovis Benoni Meurer Carlos Henrique Tibiriçá Miranda Cid Cordeiro da Silva Denise Kassama Franco do Amaral Evaldo da Silva Frednan Bezerra dos Santos Gilson de Lima Garófalo Josélia Souza de Brito José Antonio Lutterbach Soares José Luiz Pagnussat Maurílio Procópio Gomes Noel Leite da Silva Omar Corrêa Mourão Filho Paulo Dantas da Costa Vicente Ferrer Augusto Gonçalves	

Quadro 2: Informações obre as áreas ou subunidades estratégicas - continuação

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comissões	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1 a 31/12/2025
Grupos de Trabalho	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1 a 31/12/2025
Presidente	Tania Cristina Teixeira	Presidente	1º/1 a 31/12/2025
Vice-Presidente	João Manoel Gonçalves Barbosa	Vice-Presidente	1º/1 a 31/12/2025
Superintendência	Aline Tales Ferreira	Superintendente	1º/1 a 31/12/2025
Coordenação	Ana Claudia Ramos Pinto	Coordenador	1º/1 a 31/12/2025
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador-Geral	1º/1 a 31/12/2025
	Paulo Roberto Samuel Alves Júnior	Assessor I	1º/1 a 31/12/2025
	Breno Alisson Ramalho da Silva Torquato	Estagiário	20/6 a 03/11/2025
	Igor de Oliveira Faustino	Estagiário	8/12 a 31/12/2025
	Valécia dos Santos Camandaroba	Estagiário	1º/1 a 12/07/2025
Assessoria da Presidência	Jane Lopes Silva	Assessor da Presidência e do Plenário	1º/1 a 12/7/2025
	Edna Barroso Machado	Assessor IV	1º/1 a 12/7/2025
	Amanda dos Santos Domingues	Estagiário	1º/1 a 31/12/2025
	Camila Valina de Paula Silva	Estagiário	1º/1 a 31/3/2025
	Carla Alvares Ramos	Estagiário	16/5 a 25/7/2025
	Karoline Gomes da Silva	Estagiário	11/8 a 31/12/2025
	Guilherme Henrique Arcino Figueiredo	Estagiário	11/8 a 31/12/2025
Sector de Comunicação	Renata Reis Almeida	Coordenador de Comunicação	1º/1 a 31/12/2025

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
	Manoel José Castanho	Assessor I	1º/1 a 31/12/2025
	Raquel Passos da Silva Araújo	Assessor II	1º/1 a 31/12/2025
	Beatriz Ribeiro Nogueira	Estagiário	28/5 a 31/12/2025
	Eduardo Costa da Silva	Estagiário	1º/1 a 19/2/2025
	Giovanna Gabriela Maciel Monteiro	Estagiário	11/9 a 30/9/2025
	Maria Eduarda Cardoso de Araujo	Estagiário	1º/1 a 29/8/2025
Setor de Licitação	Lilian de Souza Barbosa	Supervisora Processos Licitatórios	1º/1 a 31/12/2025
	Danielle Costa Barbosa Giroto	Atuação em Processos Licitatórios	1º/1 a 31/12/2025
Setor de Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira	Supervisor Administrativo	1º/1 a 31/12/2025
Setor Técnico	Maria Aparecida Carneiro	Economista	1º/1 a 31/12/2025
Tecnologia da Informação	Caio da Rocha Santos	Assessor III	1º/1 a 31/12/2025
	João Henrique Vieira Costa	Suporte em Tecnologia da Informação	1º/1 a 31/12/2025
	Rielisson Barbosa de Moura	Assessor III	1º/1 a 31/12/2025
	Danilo Araújo Mota	Estagiário	1º/1 a 21/2/2025
	Davi Barbosa	Estagiário	1º/1 a 28/2/2025
	Felipe Costa da Silva	Estagiário	1º/1 a 31/5/2024
	Eduardo Moura Lima	Estagiário	7/4 a 31/12/2025
	Guilherme Germano de Lima	Estagiário	22/9 a 31/12/2025
	Carlos Augusto Santos da Silva	Estagiário	14/4 a 31/5/2025
Maria Lara Cintia de Sousa	Estagiário	7/4 a 16/9/2025	

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Competências

Atribuições do Plenário:

- I. estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao País;
- II. determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III. conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV. alterar o Regimento Interno;
- V. examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI. julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII. decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII. decidir sobre o programa de trabalho;
- IX. oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X. eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;

- XI. deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII. homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII. aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do Cofecon e os respectivos índices de atualização;
- XIV. autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;
- XV. aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI. julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII. deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII. deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;
- XIX. autorizar operações referentes à compra, venda, doação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX. deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI - zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII. decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;
- XXIII. estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada, especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

Atribuições dos Conselheiros:

- I. participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética;
- II. relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados;
- III. integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados;
- IV. representar o Conselho, quando designados;
- V. conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

Atribuições do Presidente:

- I. cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;
- II. administrar e representar legalmente o Conselho;
- III. dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;
- IV. distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;
- V. propor ao Plenário atos deliberativos;
- VI. convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;
- VII. propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;
- VIII. exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;
- IX. autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;

- X. submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;
- XI. encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;
- XII. delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;
- XIII. decidir “ad referendum” do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;
- XIV. acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

Atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

O Cofecon possui 21 comissões e grupos de trabalho, cujas atribuições, componentes e atividades estão relacionadas no capítulo 2 deste relatório.

Superintendência:

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhar o orçamento e os projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecons; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem como apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica:

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) - setor diretamente ligado à presidência da Autarquia - é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas do órgão, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico interno, em especial ao Plenário, comissões, grupos de trabalho e a própria presidência.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Registro, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade

1.6.1. O Cofecon e a Mídia

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta,

entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia. De igual forma, foram monitoradas 84 inserções do Sistema Cofecon/Corecons na mídia em 2025, uma média de sete por mês.

1.6.2. Redes Sociais

As redes sociais se mostraram, mais uma vez, como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação trabalhou com uma identidade visual moderna nos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível.

A página do Cofecon no Facebook encerrou o ano com 20.595 seguidores e as publicações superaram a marca de 1 milhão de visualizações, com 12,6 mil interações com o conteúdo. Já o Instagram fechou o ano com 20.712 seguidores, um alcance de 588,6 mil pessoas, 29,4 mil interações com conteúdo e 7,6 mil cliques no link. O X da autarquia registrou 1954 seguidores no total.

Já o canal do Cofecon no YouTube teve grande destaque em 2025, com 26,8 mil visualizações, 4,8 mil horas de exibição e 723 novos inscritos.

O perfil no LinkedIn também foi responsável pela comunicação do Cofecon com economistas e a sociedade em geral. Esta rede social contou com 5,891 seguidores no total e 242.991 impressões.

Tanto a divulgação quanto a realização da edição de 2025 do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de ensino médio. O perfil Quero Ser Economista no Instagram teve um alcance de 44,3mil pessoas, com 6361 seguidores.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2025, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral.

1.6.3. Revista Economistas

Revista Economistas #55 – Mulheres Economistas

A edição nº 55 da Revista Economistas, publicada em março de 2025, foi dedicada às mulheres e organizada pela Comissão Mulher Economista e Diversidade, consolidando uma tradição das edições de março nos últimos anos. A publicação reuniu artigos escritos exclusivamente por economistas mulheres, que analisaram a relação entre economia e gênero, explorando temas como o impacto do trabalho doméstico não remunerado, o custo da violência contra a mulher, a sub-representação feminina na ciência econômica e as desigualdades persistentes no mercado de trabalho. A edição também destacou o papel da equidade de gênero como motor de crescimento econômico e inovação, reforçando a importância de ampliar o protagonismo feminino nas decisões econômicas e políticas.

A edição trouxe uma matéria especial sobre a posse de Tania Cristina Teixeira como presidenta do Cofecon, um marco histórico que simbolizou o avanço da representatividade feminina na profissão de economista. Os artigos abordaram ainda temas como as políticas públicas de gênero, o superendividamento feminino, os vieses cognitivos nas instituições financeiras e o papel das mulheres na transformação do sistema econômico. A publicação celebrou as conquistas alcançadas e homenageou as economistas que abriram caminho para novas gerações.

Revista Economistas #56 – Desenvolvimento sustentável: a hora é agora

A edição nº 56 da Revista Economistas teve como tema central a sustentabilidade e o desenvolvimento, refletindo a urgência das transformações necessárias diante das mudanças climáticas e da aproximação da COP30, realizada em Belém. A publicação apresentou uma análise profunda sobre os desafios ambientais e econômicos enfrentados pelo Brasil e pelo mundo, destacando o papel essencial dos economistas na construção de modelos de crescimento que

conciliavam prosperidade, justiça social e preservação ambiental. A revista reuniu estudos que discutiram desde o impacto econômico dos desastres ambientais até questões estruturais, como neindustrialização, refugiados climáticos e a importância da Amazônia na agenda global.

Entre os destaques estiveram artigos que abordaram temas como a estabilidade financeira frente à emergência climática, a dependência do Brasil na exportação de commodities, os desafios da eletrificação e da reciclagem de baterias e o papel estratégico dos economistas na jornada ESG. Os artigos publicados trouxeram reflexões e soluções práticas para um futuro mais sustentável, mostrando que a transição ecológica já se consolidava como um imperativo econômico e social.

Revista Economistas #57 – Da Desigualdade à Prosperidade

A edição de setembro trouxe uma entrevista exclusiva com o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, na qual ele discute o papel renovado do banco no apoio às políticas de desenvolvimento nacional, com foco na neindustrialização, na transição ecológica e na redução das desigualdades regionais. A revista também aborda o debate realizado em Brasília, no Dia do Economista, reunindo especialistas para discutir os desafios territoriais do país e os caminhos para um modelo econômico mais justo e sustentável.

A edição traz um conjunto de artigos que analisam estratégias e políticas públicas para superar as desigualdades regionais no Brasil. Entre os temas abordados estão a resiliência urbana frente aos riscos climáticos, os desafios da integração sustentável na Amazônia, políticas territoriais de desenvolvimento, experiências estaduais e o papel dos municípios na promoção da economia local.

Revista Economistas # 58 – Compromisso com a profissão, compromisso com o País

O tema de capa da edição 58 foi a aprovação do Projeto de Lei 3.178/2024 na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, ocorrida no dia 3 de dezembro de 2025. Os artigos publicados abordaram a inovação, tema que ocupa um lugar central nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento econômico e não pode ser compreendido apenas como avanço tecnológico isolado. Entre os destaques desta edição está também a entrevista com o economista Carlos Gadelha, que analisa o papel estratégico do complexo econômico e industrial da saúde.

A edição nº 58 traz ainda a quarta edição do Caderno Especial de Economia Solidária, publicação que aprofunda a reflexão sobre um modelo de desenvolvimento baseado na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade. Ao dedicar um caderno especial ao tema, o Cofecon reafirma seu compromisso com uma reflexão econômica plural, conectada com os desafios do nosso tempo e com a construção de alternativas capazes de enfrentar, de forma articulada, a crise climática e as desigualdades sociais.

Figura 2: Capas das Revistas Economistas



1.6.4. Campanha Dia do Economista

A campanha do Dia do Economista teve como foco valorizar o papel estratégico desse profissional na construção de um futuro mais justo, sustentável e inclusivo. Com uma linguagem inspiradora, acessível e conectada às demandas atuais, o conteúdo destacou a importância da atuação técnica e social do economista na promoção de políticas e práticas voltadas à sustentabilidade, justiça social, inovação, economia feminista e antirracista, justiça tributária e desenvolvimento regional. A iniciativa também reforçou a relevância da formação e da habilitação legal como pilares da credibilidade e da ética profissional.

Para marcar a data, foi publicado um post especial nas redes sociais celebrando o compromisso do economista com o planejamento e o desenvolvimento do país. A mensagem — centrada na ideia de que “o futuro não é dado, é construído” — gerou excelente engajamento e grande alcance no Instagram, fortalecendo a imagem institucional do Conselho e ampliando o diálogo com o público sobre o impacto transformador da economia na vida das pessoas.

Figura 3: Peças da campanha do Dia do Economista



13/08/2025 - Evento Câmara Legislativa do DF – Dia do Economista

A Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou uma sessão solene em homenagem ao Dia do Economista, com a presença da presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, e da presidenta do Corecon-DF, Luciana Acioly. A cerimônia destacou a importância da atuação qualificada dos economistas na formulação de políticas públicas, na análise de dados e na construção de soluções para o desenvolvimento sustentável. Tania ressaltou o papel da profissão na redução de desigualdades e na defesa de escolhas econômicas responsáveis, além de mencionar o PL 3.178/2024, que propõe atualizar a legislação da categoria.

As autoridades presentes enfatizaram o compromisso com a valorização do trabalho técnico e com o fortalecimento institucional da área econômica no Distrito Federal. Também foram destacadas iniciativas voltadas ao ensino, à pesquisa aplicada e ao apoio à tomada de decisões governamentais, reforçando a relevância dos economistas para o desenvolvimento social, regional e nacional.

14/08/2025 - Dia do Economista: Políticas de desenvolvimento sustentável e questões regionais

No dia 14 de agosto a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) recebeu a mesa de debates “Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Questões Regionais”, promovida pelo Cofecon em comemoração ao Dia do Economista. O encontro reuniu Clélio Campolina Diniz, Aristides Monteiro e José Eduardo Pereira, que discutiram desafios relacionados às desigualdades territoriais, à desindustrialização e à necessidade de modelos de desenvolvimento que combinem inovação, sustentabilidade e integração regional. A presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, destacou o papel estratégico dos economistas em áreas como planejamento, finanças públicas, regulação e

transição energética, reforçando a contribuição da profissão para decisões que moldam o futuro do país.

O debate também contou com a participação de representantes da ENAP, Aslegis, Corecon-DF e Sudeco, que ressaltaram a importância da articulação entre instituições e políticas públicas para promover desenvolvimento regional de forma equilibrada e soberana. As reflexões apresentadas reforçaram a necessidade de coordenação entre níveis federativos, setores produtivos e agendas sociais para enfrentar disparidades regionais e construir um projeto nacional de desenvolvimento mais justo e sustentável.

1.6.5. Eventos virtuais

As comissões temáticas do Cofecon desempenharam, ao longo de 2025, papel fundamental na promoção do debate qualificado sobre temas econômicos relevantes e atuais. Por meio da realização de oficinas, rodas de conversa, encontros virtuais, ciclos de seminários e eventos nacionais, os colegiados ampliaram a interlocução com a sociedade e fortaleceram o protagonismo do Conselho na formulação de propostas para os desafios do desenvolvimento brasileiro.

Os eventos contaram com a participação de especialistas, professores e representantes da sociedade civil, abordando temas como desenvolvimento regional, economia solidária, mercado de trabalho do economista, mudanças climáticas, nova ordem internacional, economia criativa e economia do cuidado, além de reforçarem a visibilidade das pautas de gênero, raça e diversidade no campo da economia. 14/3/2024: Concentração de renda no Brasil: novas evidências reveladas pelos dados do IRPF, com o economista Sergio Gobetti;

- 20/2/2025: Solenidade da Posse.
- 03/4/2025: Roda de Conversa "Mulheres Economistas: Protagonismo, Voz e Caminhos".
- 09/4/2025: Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégia e perspectivas com Tania Cristina Teixeira e Ana Cláudia Arruda.
- 14/4/2025: O Mercado de Trabalho do Economista na Perícia Econômico-Financeira com Tiago Jazynski.
- 16/4/2025: Mercado de Trabalho do Economista na Perícia Econômico-Financeira com Tiago Jazynski.
- 22/4/2025- Aula 1 - Economia Solidária: oportunidades e desafios diante de um mundo em crise, com Manuela Salau Brasil.
- 29/4/2025: Aula 2 - Economia Solidária: oportunidades e desafios diante de um mundo em crise, com Manuela Salau Brasil.
- 14/5/2025: O papel do Brasil em relação aos desafios contemporâneos climáticos, com Elis Braga Licks e Beatriz Macchione Saes.
- 28/5/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: desenvolvimento e natureza, com Clóvis Cavalcanti.
- 29/5/2025: Nova ordem internacional e o choque tarifário: impactos sobre os países emergentes.
- 10/6/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: custos econômicos, com Carlos Eduardo Young.
- 17/6/2025: Quer saber tudo sobre a Gincana Nacional de Economia?
- 25/6/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: justiça climática, com Fábio Feldmann e Gilberto Natalini.
- 02/7/2025: Ciclo de Seminários em Desenvolvimento Regional no Brasil: desindustrialização e neindustrialização, com Silvio Antônio Ferraz Cário, Wallace Marcelino Pereira e Kerssia Preda Kamenach.
- 09/7/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: economia circular e bioeconomia, com Lucas Ferreira Lima e Anastácio Peralta.
- 14/7/2025: Oficina: O Economista na Consultoria Econômico-Financeira (Aula 1)

- 15/7/2025: Oficina: O Economista na Consultoria Econômico-Financeira (Aula 2)
- 23/7/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: Mineração, com Ricardo Ruiz, Renato Ciminelli e Wesley Cantelmo.
- 31/7/2025: Semana de Economia Solidária - 1º dia.
- 01/08/2025: Semana de Economia Solidária - 2º dia.
- 14/8/2025: Dia do Economista: Políticas de desenvolvimento sustentável e questões regionais.
- 04/9/2025: 3º Seminário da Mulher Economista & Diversidade - 1º dia.
- 05/9/2025: 3º Seminário da Mulher Economista & Diversidade - 2º dia.
- 08/9/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos: Agricultura Regenerativa, com Luís Fernando Guedes Pinto, Ricardo Abramovay e Ademar Ribeiro Romeiro.
- 16/9/2025: Leitura atualizada do desenvolvimento regional brasileiro pela ótica das Contas Regionais do Brasil.
- 24/9/2025: O papel do Brasil diante dos desafios climáticos: Finanças sustentáveis e mudanças climáticas, com Tereza Cristina Carvalho, Ronaldo Serôa da Motta e Carmen Feijo.
- 28/10/2025: Oficina EAD para Economistas apresenta a “Economia do Cuidado”.
- 31/10/2025: Eleições do Sistema Cofecon/Corecons 2025 - Acompanhe a apuração.
- 17/11/2025: Economia criativa - Surgimento, princípios e desafios da economia e das cidades criativas.
- 27/11/2025: A população negra no mercado de trabalho.
- 12/12/2025: O Brasil e os Desafios da Transição Socioambiental: Propostas Econômicas pós-COP30.
- 18/12/2025: Anúncio dos Resultados do IV Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Figura 4: Lives do Cofecon



1.6.6. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cofecon é realizada por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), disponível para acesso no sítio eletrônico da Autarquia, Portal da Transparência (<https://cofecon.org.br/transparencia/>).

Em 2025, o setor de Apoio Administrativo/ Atendimento aos Regionais do Cofecon atendeu 339 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. O funcionário realizou 1.534 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons no desempenho de suas atividades de fiscalização.

1.6.7. Carteira Virtual

O ano de 2025 consolidou a jornada de inovação e modernização do Sistema Cofecon/Corecons. Com o avanço das Carteiras Digitais do Economista, alcançamos o expressivo marco de 2.065 carteiras emitidas ao longo do ano, reforçando a acessibilidade e a praticidade para os profissionais registrados em todo o país.

Facilidade na emissão da carteira:

Atualmente, os economistas podem solicitar o documento profissional de forma 100% online. A coleta de dados biométricos é realizada diretamente pelo aplicativo, eliminando a necessidade de comparecimento presencial ao Corecon da sua região. A carteira digital (e-CIP) é disponibilizada em conjunto com a versão física, garantindo agilidade, conveniência e total segurança contra fraudes.

E-book: Manual de Coleta Biométrica:

Para que o processo continue simples e acessível a todos, disponibilizamos um e-book exclusivo que serve como guia completo para a emissão da Carteira Digital. No manual, o profissional encontra:

- O passo a passo detalhado para realizar a coleta biométrica (assinatura, foto de rosto e impressão digital).
- Orientações práticas sobre o uso do aplicativo Carteira Digital - Cofecon.
- Informações sobre as vantagens do formato digital e a relevância da identidade virtual no mercado de trabalho moderno.

O sucesso nas emissões e o suporte informativo reforçam o compromisso contínuo do Cofecon com a transformação tecnológica e a inclusão digital, desburocratizando o dia a dia dos profissionais e assegurando a máxima autenticidade aos documentos.

1.7. Fatos externos relevantes

No dia 3 de dezembro de 2025 o Projeto de Lei 3.178/2024, que trata das atividades desempenhadas pelo profissional economista, foi aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados. A matéria é de fundamental importância para dar maior segurança jurídica à atuação profissional dos economistas e, no mesmo mês, foi enviada para a Comissão de Finanças e Tributação. Em sendo aprovada também nesta instância, será enviada à Comissão de Constituição e Justiça.

1.8. Modelo de negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no art. 7º da Lei nº 1.411/1951, dez atribuições (alíneas “a” a “j”). Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia (alíneas b, c, d, e, f, h e i). Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Corecon possa realizar melhor as suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

- - Alínea a: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- - Alínea g: promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- - Alínea j: servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro. Os resultados de 2025 encontram-se na seção referente à Comissão de Educação.

O XXVI Congresso Brasileiro de Economia reuniu cerca de 1.398 participantes, economistas, estudantes, empresários e autoridades locais. A palestra de abertura foi proferida pelo Economista Gabriel Ferraz Aidar, contando com a palestra internacional da Dra. Céu Mateus com o tema Economia da Saúde. Nos outros dias foram abordados diversos temas conexos ao tema central do CBE – Desenvolvimento Sustentável: Reconstrução, Desafios, Oportunidades – com a palestra de encerramento com o economista Gilneu Vivan, diretor de Regulação do Banco Central do Brasil. O ato contou, ainda, com um emocionante momento de premiações dos vencedores da Gincana Nacional de Economia e do Desafio Quero Ser Economista.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do País, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

O relacionamento com os estudantes é realizado em duas frentes. A primeira delas, voltada a apresentar conhecimentos da ciência econômica de forma a despertar o interesse em alunos do ensino médio, é feita por meio do Desafio Quero Ser Economista, evento que chegou em 2025 à sua décima edição. A segunda é a Gincana Nacional de Economia, na qual estudantes de Ciências Econômicas e cursos conexos disputam uma competição em duas etapas (regional e nacional) na qual medem conhecimentos e simulam situações práticas por meio de um jogo eletrônico. A etapa nacional é disputada na mesma cidade em que se realiza o principal evento promovido pelo Cofecon no ano, permitindo a aproximação entre a autarquia e os estudantes.

CAPÍTULO 2

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, instituídas pela Resolução nº 1832, de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do Cofecon, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão:

Art. 58. O Plenário do Cofecon, na primeira Sessão anual, elegerá uma Comissão de Tomada de Contas de caráter permanente.

1º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos e Suplentes, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma reeleição, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 3 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo Cofecon e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema Cofecon/Corecons.

§ 2º O Plenário do Cofecon elegerá, entre os seus Conselheiros Efetivos, o presidente da CTC, com mandato de 1 (um) ano, inadmitida a reeleição, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

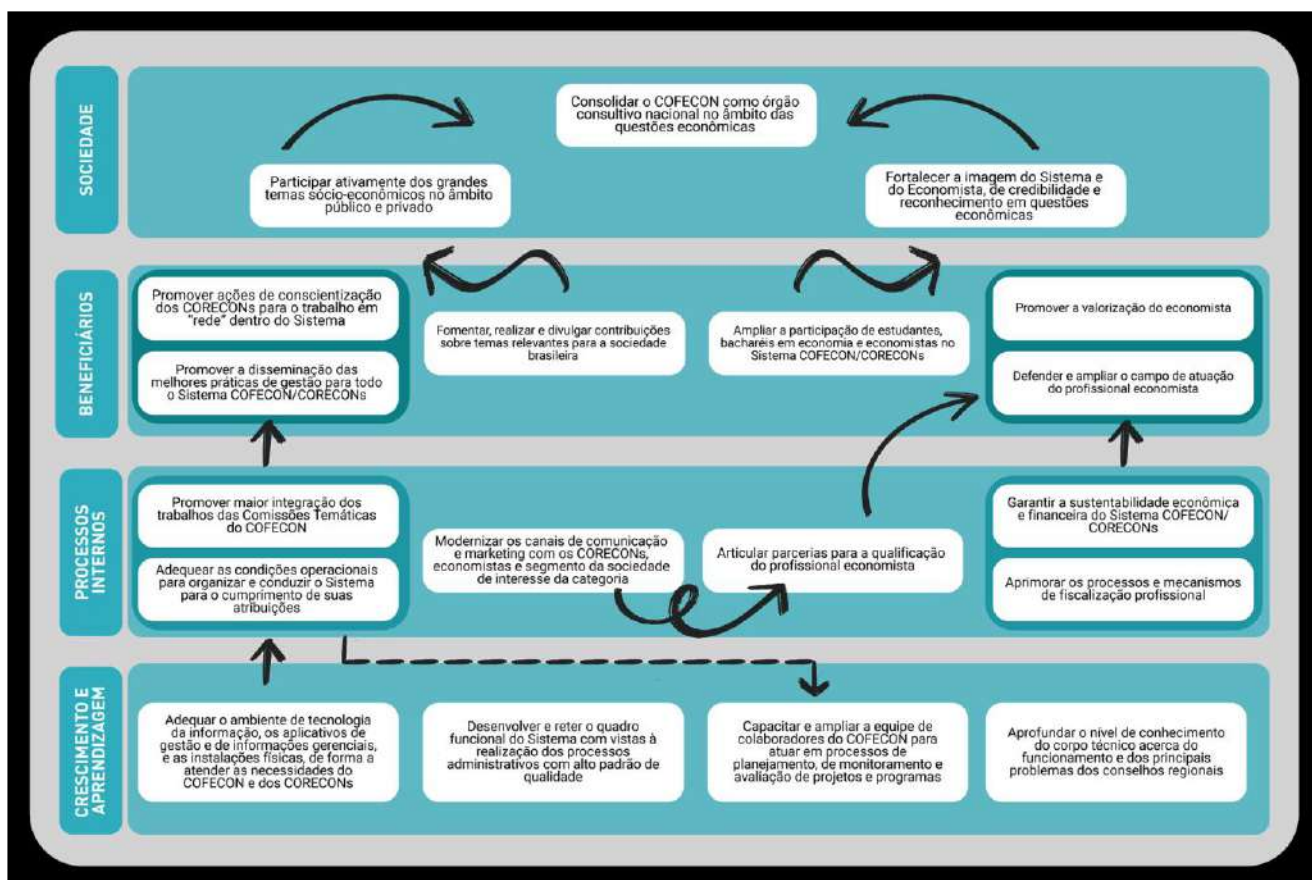
§ 3º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4º ... Revogado.

§ 5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema Cofecon/Corecons e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§ 6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

Figura 6: Mapa Estratégico



2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade

O processo de planejamento estratégico do Cofecon para o exercício de 2025 representou o desdobramento de ações que passaram a ser executadas no Sistema Cofecon/Corecons com o objetivo de garantir o futuro de nossas entidades, sejam elas de caráter permanente ou extraordinário. As ações desenvolvidas nesta gestão foram divididas nos seguintes grupos: ações institucionais com o objetivo de fortalecer a imagem do Cofecon e de economistas junto à sociedade e ações administrativas.

2.3. Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

Objetivos estratégicos

Perspectiva SOCIEDADE

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em “rede” dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;
- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em Economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar as condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM

- 16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, dos aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e das instalações físicas, de forma a atender as necessidades do Cofecon e dos Corecons;
- 17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos administrativos com alto padrão de qualidade;
- 18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos Conselhos Regionais;
- 19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Os objetivos estratégicos do Cofecon são executados por meio de projetos coordenados pelas Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho, cujas atribuições e atividades são apresentadas a seguir.

2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas

Congresso Brasileiro de Economia

O XXVI Congresso Brasileiro de Economia (CBE) aconteceu entre os dias 6 e 10 de outubro, em Porto Alegre. Na abertura do evento, a presidenta do Cofecon trouxe à memória a carta do primeiro CBE, realizado em 1968 no Rio de Janeiro, expressando que “a economia não é fim, é meio que o homem usa para realizar sua destinação natural – a vida plena, nobre, harmoniosa”. Já o presidente do Corecon-RS, Rodrigo Salvato, observou que o evento é uma celebração da economia. Ernani Polo, secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, trouxe uma mensagem do governador Eduardo Leite. O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, também se fez presente e homenageou os voluntários que atuaram na catástrofe climática ocorrida em 2024.

Durante três dias, economistas, estudantes, pesquisadores, autoridades e demais interessados participaram de intensos debates, palestras, painéis, fóruns e trocas de experiências para discutir caminhos para o desenvolvimento nacional, com foco em sustentabilidade, inclusão e fortalecimento das instituições. Temas como futuro do trabalho, tributação da renda e riqueza, cenário geopolítico, inteligência artificial, crise climática, agricultura e muitos outros foram discutidos por especialistas brasileiros e estrangeiros.

No evento foi aprovada a Carta de Porto Alegre, documento que sintetiza as propostas e deliberações construídas ao longo dos debates. O texto final recebeu contribuições que foram discutidas e votadas pelos economistas presentes. O documento aprovado traz diretrizes voltadas à retomada do desenvolvimento com justiça social e ao fortalecimento da posição de protagonismo do Brasil no cenário internacional.

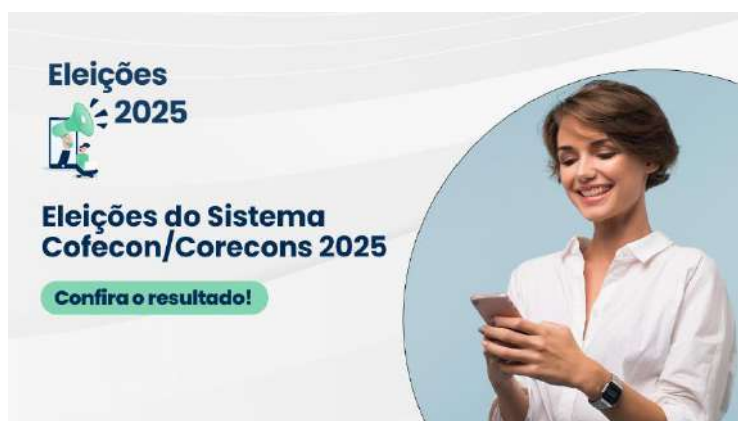
Outro destaque foi a apresentação do Manifesto do Cofecon sobre a questão climática, aprovado por aclamação. O documento reconhece a urgência das mudanças climáticas como um desafio econômico e civilizatório, defendendo uma transição ecológica justa para o País, afirmando também que o Brasil tem um lugar de protagonismo neste movimento. O texto também reforça a importância dos debates realizados em nível nacional (como o ciclo de seminários promovido pela Comissão Sustentabilidade Econômica e Ambiental do Cofecon) e regional (Encontro de Economistas da Região Sul e Encontro de Entidades de Economistas da Amazônia Legal) – em cada um destes âmbitos, foi produzido um documento com recomendações para levar à COP30, que acontecerá em Belém no mês de novembro.

Eleições no Sistema Cofecon/Corecons

De 29 a 31 de outubro, economistas de todo o Brasil participaram das eleições do Sistema Cofecon/Corecons, elegendo os novos conselheiros regionais que atuarão no triênio 2026-2028. A votação foi realizada pela internet, por meio do site www.votaeconomista.org.br, e teve um total de 6.187 votantes, reafirmando o compromisso da categoria com a transparência. Todo o processo eleitoral foi acompanhado por auditoria independente da empresa Security Labs, que assegurou a integridade dos dados e a lisura da apuração.

As chapas eleitas e as quantidades de votos podem ser encontradas no quadro abaixo

Figura 7: Resultado Eleições 2025



Quadro 3: Chapas eleitas e quantidade de votos



Pleito	Opção	Votos	Branco	Nulos	Total
Conselho Regional AL	CHAPA DINAMISMO E ÉTICA	78	1	2	81
Conselho Regional AM-RR	INTEGRAÇÃO NORTE: AMAZONAS E RORAIMA UNIDOS PELO DESENVOLVIMENTO	137	6	6	149
Conselho Regional BA	CHAPA RENOVA CORECONBA 2026	144	8	11	163
Conselho Regional CE	ECONOMISTA PARA O FUTURO E DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	85	8	5	98
Conselho Regional DF	UNINDO ESFORÇOS	206	18	15	239
Conselho Regional ES	CHAPA GERAÇÕES	125	10	10	145
Conselho Regional GO	CHAPA ECONOMIA EM AÇÃO	89	10	6	105
Conselho Regional MA	INOVAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: CONSTRUINDO O FUTURO DA ECONOMIA	77	4	4	85
Conselho Regional MG	MINAS EM MOVIMENTO	166	19	17	202
Conselho Regional MS	AVANÇA ECONOMISTA	68	4	3	75
Conselho Regional MS	AVANÇA ECONOMISTA	68	4	3	75
Conselho Regional MT	ECONOMISTA EM FOCO	82	3	5	161
	VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO ECONOMISTA	71			
Conselho Regional PA-AP	CRESCENDO COM UNIÃO	86	6	14	106
Conselho Regional PB	CORECON-PB SOB NOVA VISÃO	78	6	1	85
Conselho Regional PE	ECONOMISTAS: DIVERSIDADE, OPORTUNIDADES E CONSOLIDAÇÃO EM PERNAMBUCO	96	10	6	112
Conselho Regional PI	ECONOMISTAS EM MOVIMENTO: COMPROMISSO, PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	63	5	1	69
Conselho Regional PR	CHAPA 01 "CORECON FORTE, PARANÁ FORTE"	400	32	15	722
	CHAPA 2 "PLURALIDADE, TRANSPARÊNCIA E RESPEITO"	275			
Conselho Regional RJ	NOVOS DESAFIOS	409	56	56	521
Conselho Regional RN	ECONOMIA EM MOVIMENTO E AÇÃO	76	5	4	85
Conselho Regional RO	ECONOMISTAS POR RONDÔNIA	53	4	1	58
Conselho Regional RS	VALORIZAÇÃO DO ECONOMISTA	295	18	14	327
Conselho Regional SC	ECONOMISTAS EM AÇÃO	137	7	11	155
Conselho Regional SE	CHAPA Nº 01 "UNIÃO PARA O DESENVOLVIMENTO"	97	1	0	122
	CHAPA Nº 02 "ECONOMIA FORTE, SERGIPE FORTE"	24			

Conselho Regional SP	CHAPA 2: ÉTICA, PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	1199	89	62	2270
	CHAPA 1: INOVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PLURALIDADE	920			
Conselho Regional TO	CHAPA VALORIZAÇÃO E FUTURO	49	0	3	52
TOTAL					6187

Pleito	Opção	Votos	Branco	Nulos	Total
Consulta Presidente DF	UNINDO ESFORÇOS	203	20	16	239
Consulta Presidente MG	MINAS EM MOVIMENTO	165	19	18	202
Consulta Presidente RJ	NOVOS DESAFIOS	404	57	60	521
Consulta Presidente TO	CHAPA VALORIZAÇÃO E FUTURO	49	0	3	52
TOTAL					1014

Os mandatos de conselheiro no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Economia são de três anos (sendo permitida uma reeleição) - mas não são coincidentes. Isso faz com que a cada ano um terço dos conselheiros tenha seu mandato encerrado, proporcionando uma renovação constante no quadro de conselheiros. Por esta razão, todos os anos há eleições no Sistema Cofecon/Corecons.

Em outubro são eleitos os conselheiros regionais, pelo voto direto dos economistas. Eles são organizados em chapas, contendo uma quantidade de conselheiros regionais efetivos (de acordo com o número de conselheiros cujo mandato está terminando) e o mesmo número de suplentes. Cada chapa contém também um delegado eleitor efetivo e suplente. Eles formarão o colégio eleitoral que escolherá os novos conselheiros federais, no evento denominado de Assembleia de Delegados Eleitores.

Escola de Educação a Distância (EAD)

As oficinas EAD de 2025 trouxeram um formato que combinou aulas gravadas e ao vivo, com possibilidade de interação com o professor por meio da plataforma Zoom. As aulas se tornaram mais dinâmicas e interessantes com as participações dos alunos, que apresentaram suas perguntas em tempo real.

Em 2025, o Cofecon ofereceu as oficinas EAD:

1. O Mercado de Trabalho do Economista na Perícia Econômico-financeira: Uma imersão no mercado de perícia econômico-financeira, com apresentação das possibilidades de atuação do economista como perito judicial e assistente técnico. A oficina trouxe reflexões sobre oportunidades profissionais e a crescente demanda por especialistas na área.
2. Economia Solidária: oportunidades e desafios diante de um mundo em crise: Abordou a economia solidária em um contexto de crise, destacando iniciativas sustentáveis e práticas coletivas voltadas ao desenvolvimento local. A oficina evidenciou o papel dessas estratégias na promoção de inclusão social e na construção de alternativas econômicas mais justas.
3. O Economista na Consultoria Econômico-Financeira: Explorou o mercado de consultoria econômico-financeira, apresentando metodologias, ferramentas e boas práticas para atuação profissional. A oficina destacou estratégias de análise, elaboração de relatórios e comunicação de resultados, fortalecendo a atuação técnica do economista nesse segmento.
4. Economia do Cuidado: Debateu a economia do cuidado no Brasil, com análise de seus fundamentos, impactos sociais e avanços recentes nas políticas públicas. A oficina destacou a importância de incorporar o tema à agenda econômica para promover inclusão e justiça social.
5. Economia Criativa - Surgimento, princípios e desafios da economia e das cidades criativas: Explorou a economia criativa, abordando sua origem, princípios e papel estratégico no desenvolvimento econômico. A oficina destacou os desafios das cidades criativas e a

importância da inovação, da cultura e do capital intelectual na geração de valor e oportunidades.

Fórum Nacional Pela Redução da Desigualdade Social

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social realizou no dia 21 de maio o seminário “Estrutura Tributária Regressiva + 1 Trilhão para os Juros da Dívida”. O evento foi realizado no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados e contou com a presença de economistas, parlamentares e especialistas para debater aspectos da tributação e da política monetária.

Na mesa de abertura, o economista Júlio Miragaya mencionou um estudo do economista Sergio Gobetti. Em 2024 foram pagos R\$ 998 bilhões em dividendos. “Uma alíquota de 10% representaria R\$ 100 bilhões em arrecadação. Temos visto a tentativa de isentar quem ganha até R\$ 5 mil e instituir uma alíquota de 10% para quem ganha mais de R\$ 50 mil, e no Congresso já vemos movimentação para aumentar este valor”, criticou. “A maior parte dos recursos vai para um seleto grupo que se beneficia desta taxa de juros absurda que onera a dívida pública, encarece o crédito, complica a situação das famílias e restringe o investimento das empresas”.

Parceria com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE)

O Cofecon participa dos congressos anuais realizados sob a responsabilidade da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), que são um espaço para debater o aprimoramento do ensino de Ciências Econômicas nos cursos de graduação no Brasil.

O 40º Congresso da ANGE ocorreu nos dias 5 a 7 de novembro, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). O tema principal da edição foi “O Brasil e o cenário econômico e político internacional”. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, professor doutor da PUC/SP, participou da sessão de abertura, que teve como tema “A economia brasileira frente aos conflitos internacionais”.

ATIVIDADES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros efetivos: Paulo Hermance Paiva (Presidente), Maria do Socorro Erculano de Lima e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Suplentes: Fabíola Andréa Leite de Paula, José Antonio Lutterbach Soares e Maurílio Procópio Gomes.

A Comissão realizou avaliações de 35 Proposta e Reformulações Orçamentárias, 61 balancetes trimestrais, 27 prestações de contas anuais, 17 prestações de contas de auxílio financeiro e 9 diligências.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Promover a consolidação do Cofecon como referência no debate econômico nacional; auxiliar o Departamento de Estatísticas e Estudos Econômicos; cobrar do Governo Federal a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Tania Cristina Teixeira (Vice-Coordenadora), André Paiva Ramos, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando

de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, Frednan Bezerra dos Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Heric Santos Hossoé, João Carlos Souza Marques, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Antônio Lutterbach Soares, José Wandemberg Rodrigues Almeida, Júlio Cezar Ramos Nogueira, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Kerssia Preda Kamenach, Lauro Chaves Neto, Luiz Batista Alves, Noel Leite da Silva, Odilon Guedes Pinto Júnior, Odisnei Antônio Béga, Ricardo Aquino Coimbra, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Valquíria Aparecida Assis, Wallace Marcelino Pereira, Wellington Leonardo da Silva, Wesley Antônio Tadeu Monteiro Cantelmo.

A Comissão de Política Econômica é responsável pela discussão de temas econômicos. Entre os debates realizados em 2025, destaca-se “Nova Ordem Internacional e o Choque Tarifário: impactos sobre os países emergentes”, no dia 29 de maio, em parceria com o Corecon-DF e a Universidade de Brasília, contando com a presença do economista André Roncaglia de Carvalho, diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional. Ele analisou a reconfiguração das cadeias de comércio global após as tarifas anunciadas por Donald Trump, destacando que o cenário de baixo crescimento e alto endividamento aumentou a pressão sobre governos e elevou a incerteza para investimentos. Ele apontou que, nesse contexto, economias emergentes, como o Brasil, enfrentaram ajustes fiscais mais rígidos, redução de investimentos públicos e maior vulnerabilidade diante da volatilidade financeira.

A Comissão também é responsável por pautar os temas para debate do Cofecon e propor as manifestações que, depois de analisadas pelo Plenário da autarquia, tornam-se notas oficiais. As notas emitidas em 2025, listadas abaixo, encontram-se no Anexo I deste relatório:

1. Em defesa do IBGE;
2. Queda das taxas de juros para manter o crescimento;
3. Progressividade do imposto de renda e distribuição de renda;
4. Pela soberania e autonomia nacional;
5. Pela redução da taxa básica de juros (Selic).

Comissão de Governança e Planejamento

Atribuições: Fortalecer a execução do planejamento estratégico do Cofecon; avaliar os procedimentos de tratamento e proteção de dados existentes, propondo políticas e metas para o cumprimento da LGPD; formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais, bem como propor sua regulamentação; supervisionar a implementação de planos, projetos e ações; disponibilizar orientações sobre o tratamento e proteção de dados pessoais; facilitar o intercâmbio de informações sobre proteção de dados com outros órgãos; monitorar e promover a cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons; analisar e sugerir soluções para a modernização tecnológica dos Corecons, com foco na melhoria da fiscalização profissional.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Maria do Socorro Erculano de Lima (Vice-Coordenadora), Dorgilan Rodrigues da Cruz, Haroldo da Silva, Maurílio Procópio Gomes e Pedro Afonso Gomes.

Uma das abordagens da Comissão é a disseminação da cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons. Para isso, é realizada uma pesquisa trimestral nos sites de cada Corecon e do próprio Cofecon para verificar o que está sendo publicado e o que atende ou não às normas do Tribunal de Contas da União. Eventuais pendências são comunicadas formalmente aos Conselhos Regionais para providências.

A Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018, teve sua vigência total a partir de 2021. O atendimento à lei foi objeto de uma apresentação detalhada durante o XXVII SINCE, bem como de orientações do Cofecon aos Corecons em diversos momentos, seja por comunicados formais ou por reuniões virtuais. Recomendou-se a prática de treinamentos dos funcionários e dirigentes que são responsáveis por cuidar dos dados dos economistas registrados, dos colaboradores e de terceiros contratados pelo Sistema.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRT4) e cedida sem custos a outras instituições, foi implantado no Cofecon em 2023 e o passo seguinte foi iniciar seu uso nos Conselhos Regionais de Economia restando para implementação em 2026 apenas Corecon-AL e Corecon-GO. Vale destacar que o sistema permite o trâmite de processos administrativos em ambiente virtual, sem a necessidade de papel como suporte, trazendo economia de recursos financeiros, de espaço e de tempo para a realização das atividades.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior.

A Comissão de Comunicação é responsável por dar suporte a diversas atividades realizadas pelo Cofecon. Uma das principais conquistas de 2025 foi a inauguração, durante a 744ª Sessão Plenária (15 de agosto), do estúdio Economistas, um espaço desenvolvido para fortalecer a comunicação institucional e ampliar a inserção digital da autarquia. A iniciativa integra a estratégia de modernização do Conselho, oferecendo infraestrutura adequada para a produção de conteúdos como debates, podcasts, seminários virtuais e outras atividades de formação. A presidenta Tania Cristina Teixeira destacou que o estúdio é um ambiente aberto aos economistas, aos Corecons e à diversidade de pensamento.

O podcast Economistas teve 31 episódios ao longo do ano, com 3.391 reproduções, além de mais 207 seguidores no perfil. Os episódios que tiveram maior engajamento ao longo do ano são:

#146 - O legado econômico do Papa Francisco

#145 - Impactos da guerra comercial

#152 - “Celso Furtado: Trajetória, Pensamento e Método”

#157 - Desindustrialização e reindustrialização do Brasil

#158 - O complexo econômico e industrial da saúde no desenvolvimento brasileiro

#164 - O que significa a Selic a 15%?

Comissão Mulher Economista e Diversidade

Atribuições: Desenvolver, em colaboração com os Corecons, iniciativas para promover uma representação equilibrada de economistas em cargos de liderança nas atividades profissionais e na gestão do Sistema Cofecon/Corecons; monitorar a execução dos Prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora; sensibilizar a comunidade econômica e acadêmica sobre a importância da diversidade na construção de uma prática econômica robusta; facilitar o acesso e a permanência de grupos historicamente marginalizados na profissão de economista, incluindo pessoas de diferentes raças, gêneros, orientações sexuais, origens, deficiências e outras diversidades; promover um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, reduzindo o preconceito e reconhecendo as desigualdades sistêmicas; estimular a equidade e a imparcialidade em processos e oportunidades, eliminando barreiras que impedem a plena participação de grupos minoritários; posicionar o Sistema Cofecon/Corecons como agente de transformação para a diversidade, equidade e inclusão na sociedade, por meio da disseminação de boas práticas econômicas, ensino de qualidade e pesquisa aplicada em temas econômicos relacionados à diversidade; promover valores que impulsionem o desenvolvimento de talentos diversos, otimizando a alocação de recursos, tecnologias, direitos e capital humano.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Lucia dos Santos Garcia (Vice-Coordenadora), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Cristiane Menezes David, Érika

Silva Leal, Fabíola Andréa Leite de Paula, Josélia de Souza Brito, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Michele Lins Aracaty Silva, Mônica Beraldo Fabrício e Tania Cristina Teixeira.

Ao longo de 2025, a Comissão Mulher Economista e Diversidade fortaleceu sua agenda de equidade de gênero, diversidade e valorização da atuação feminina na ciência econômica por meio de iniciativas de diálogo, articulação institucional, formação e reconhecimento.

Em 3 de abril, em parceria com o Corecon-DF, foi realizada a roda de conversa “Mulheres Economistas: Protagonismo, Voz e Caminhos”, que marcou o encerramento das atividades do Mês da Mulher e reuniu conselheiras, economistas e autoras da revista Economistas para debater desafios, avanços e perspectivas da participação feminina na profissão, reforçando a importância de ampliar espaços de voz, representatividade e formulação de políticas públicas. No dia seguinte, essa agenda avançou para o campo da articulação política, com reunião na Câmara dos Deputados liderada pela presidenta Tania Cristina Teixeira, em diálogo com a deputada federal Érika Kokay, ocasião em que foram debatidas propostas voltadas à redução das desigualdades de gênero e ao fortalecimento da presença das mulheres economistas no Sistema Cofecon/Corecons e na sociedade.

Nos dias 04 e 05 de setembro, Salvador sediou o III Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade, realizado no auditório do Sebrae, com o tema “Violência de Gênero e Economia: Impactos e Saídas Possíveis pelas Vias da Empregabilidade e do Empreendedorismo”. O evento reuniu especialistas e autoridades para debater os impactos da violência de gênero na economia e caminhos de enfrentamento por meio da inclusão produtiva. A abertura contou com a participação de Tania Cristina Teixeira, Rosane Silva, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Isabel Ribeiro, além de outras autoridades ligadas às políticas para as mulheres. A palestra magna abordou os impactos da violência de gênero na economia, com a participação de Luciana Mendes Santos Servo, Marilane Oliveira Teixeira e Lis Helena de Souza Borges. No segundo dia, foram realizados painéis sobre os impactos da violência no PIB, no mercado de trabalho e na vida acadêmica, além de debates sobre economia feminista, empreendedorismo como estratégia de autonomia e o movimento das mulheres economistas no Brasil. Participaram especialistas, conselheiras e representantes de diversas instituições, que discutiram desafios, avanços e propostas para ampliar a equidade de gênero na economia.

Figura 8: 2º Seminário Mulher Economista & Diversidade



O Cofecon também entregou o Prêmio Mulher Economista e do Prêmio Mulher Transformadora de 2024 e realizou a seleção das ganhadoras de 2025, cuja entrega acontece no início do ano seguinte. Estas iniciativas valorizam trajetórias femininas de destaque na promoção da ciência econômica, na responsabilidade social, na economia solidária e no empreendedorismo, reafirmando o compromisso institucional com a visibilidade, a liderança e a transformação social protagonizadas por mulheres.

Comissão de Responsabilidade Social e Economia Solidária

Atribuições: Analisar a viabilidade da implementação de programas voltados para responsabilidade social e economia solidária no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, visando a promover impactos positivos na sociedade.

Membros: Elis Braga Licks (Coordenadora), Fabíola Andréa Leite de Paula (Vice-coordenadora), Anderson Carlos Nogueira Oriente, Antonio Fernando Gomes Alves, Angélica Costa Lucena, Carlos Alberto Cordeiro da Silva, Carlos Alberto Gomes Alves, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Cidoval Moraes de Sousa, Denise Kassama Franco do Amaral, Frednan Bezerra dos Santos, José Wandemberg Rodrigues, Jucirlei Antônio Martins Nazário, Márcio Carneiro dos Reis, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina Araújo, Maria de Fátima Miranda, Manuela Salau Brasil, Marcela Vieira Gonçalves (Cáritas), Marcelo Gomes Justo (Instituto Paul Singer), Renato Peixoto Dagnino Almeida, Sergio Roberto Rodrigues, Tania Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Vilmar Carneiro Wanderley, Wiliam Retamiro

O Cofecon realizou, nos dias 22 e 29 de abril, a oficina “Economia Solidária: oportunidades e desafios diante de um mundo em crise”, com aulas ministradas pela economista Manuela Salau Brasil e mediação da conselheira federal Denise Kassama. A atividade teve como foco discutir o papel da economia solidária na construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável, abordando práticas colaborativas, responsabilidade social e formas de organização econômica baseadas na cooperação.

Nos dias 31 de julho e 1º de agosto, em parceria com o Corecon-DF, foi realizada a Semana de Economia Solidária, realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal e transmitida pelo YouTube. O evento, com inscrições gratuitas, discutiu o papel da economia solidária na construção de modelos econômicos orientados para a cooperação, a autogestão e o desenvolvimento territorial, tendo como eixo o tema “Protagonismo, diversidade e desenvolvimento: construindo um futuro inclusivo para a economia brasileira”. A programação contou com mesas dedicadas às políticas públicas para o setor, às finanças solidárias e ao desenvolvimento territorial, reunindo economistas, lideranças de empreendimentos solidários e representantes de instituições públicas.

O Cofecon também realizou a quarta edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas. A iniciativa, promovida pelo Cofecon em parceria com o Instituto Paul Singer, teve como objetivo reconhecer e incentivar trabalhos acadêmicos voltados à Economia Solidária, abrangendo três categorias: implantação de projetos, assessoramento de projetos e artigo científico.

Junto à edição de dezembro da revista Economistas foi publicado o Caderno Especial de Economia Solidária, publicação que aprofunda a reflexão sobre um modelo de desenvolvimento baseado na cooperação, na justiça social e na sustentabilidade.

Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental

Atribuições: Desenvolver políticas públicas de sustentabilidade; fomentar a economia verde; apoiar a transição para uma economia de baixo carbono; promover educação em sustentabilidade; analisar os impactos das mudanças climáticas na economia; desenvolver indicadores de sustentabilidade; investigar modelos econômicos sustentáveis; integrar sustentabilidade no planejamento estratégico dos Corecons; estabelecer parcerias com entidades ambientais; e avaliar e aprimorar políticas públicas existentes.

Membros efetivos: Elis Braga Licks (Coordenadora), Frednan Bezerra Dos Santos (Vice-Coordenador), Arthur Gonçalves Cunha, Dienice Ana Bini, Ísis Mota Kruger, Jadson Pessoa Da Silva, José Ricardo De Moraes Lopes, José Wandemberg Rodrigues Almeida, Luiz Batista Alves, Mara Rubia Domingues, Marcelo Pereira Fernandes, Marcus Eduardo De Oliveira, Maria Do Socorro Freire Câmara, Michele Lins Aracaty Silva, Michelle Márcia Viana Martins, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Ramon Ferreira Assis Schneider Mageste, Samuel Dos Santos De Paula, Scarlett Queen Almeida Bispo,

Tania Cristina Teixeira, Vilmar Carneiro Wanderley, Wallace Marcelino Pereira, Wesley Antonio Tadeu Monteiro Cantelmo

Ao longo de 2025, o Cofecon consolidou uma agenda estratégica de reflexão sobre sustentabilidade, desenvolvimento e justiça climática por meio do ciclo de webinários “O papel do Brasil diante dos desafios climáticos contemporâneos”, promovido pela Comissão de Sustentabilidade Econômica e Ambiental. A iniciativa, que contou com 10 sessões, reuniu economistas, pesquisadores, formuladores de políticas públicas, representantes de comunidades tradicionais e lideranças indígenas em debates transmitidos ao vivo pelo canal do Conselho no YouTube, ampliando o alcance público da discussão e fortalecendo a contribuição da profissão econômica para a preparação do país à COP30.

Os encontros abordaram temas centrais para a agenda contemporânea, como transição energética, financiamento climático, custos econômicos das mudanças climáticas, justiça climática, bioeconomia, economia circular, mineração em áreas sensíveis, agricultura regenerativa e finanças sustentáveis. A diversidade temática permitiu articular, sob uma perspectiva econômica, questões relacionadas à preservação ambiental, soberania alimentar, segurança hídrica, gestão de riscos, redução das desigualdades e desenvolvimento territorial.

Ao promover esse ciclo, o Cofecon reforçou o papel estratégico do Brasil nas negociações internacionais do clima e contribuiu para a formulação de uma visão integrada entre crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social, consolidando o Sistema Cofecon/Corecons como espaço qualificado de debate sobre os caminhos de uma transição ecológica justa, inovadora e socialmente comprometida.

Os debates também deixaram, como produto, um e-book com os principais conteúdos discutidos ao longo das sessões e um documento oficial para ser levado à Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que ocorreu em Belém nos dias 10 a 21 de novembro de 2025.

Comissão de Educação

Atribuições: Promover o fortalecimento do Prêmio Brasil de Economia e da Gincana Nacional de Economia; acompanhar a execução dos Prêmios Personalidade e Destaque Econômico do Ano; estimular projetos de Educação Financeira nas escolas de Ensino Médio; realizar e/ou apoiar cursos de capacitação profissional para economistas, presenciais ou a distância, nas áreas de perícia, finanças e outras; realizar e/ou apoiar cursos de capacitação profissional para economistas, presenciais ou a distância, nas áreas de perícia, finanças e outras; promover a discussão sobre o registro de novas profissões e propor a inserção de matérias optativas nos cursos de graduação, visando ampliar o mercado de trabalho do economista; estruturar a presença dos Corecons nos cursos de Economia; estudar e implementar programas e ações voltados aos estudantes de Economia para que compreendam o papel do Cofecon, bem como promover as atividades dos Corecons junto aos estudantes e vice-versa.

Membros: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Claudemir Galvani (Vice-Coordenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Francisco Horácio Pereira de Oliveira, Frednan Bezerra dos Santos, Heric Santos Hossoé, José Antonio Gonçalves dos Santos, José Luiz Pagnussat, José Wandermberg Rodrigues Almeida, Júlio Manuel Pires, Kerssia Preda Kamenach, Lauro Chaves Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Marcelo Magaldi Alves, Maria do Socorro Freire Câmara, Maria do Socorro Erculano de Lima, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Michele Lins Aracaty Silva, Mônica Beraldo Fabrício, Noel Leite da Silva, Vilmar Carneiro Wanderley, Welinton Santos. **Desafio Quero Ser**

Economista: Mônica Beraldo Fabrício (Coordenadora), Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Denise Kassama Franco do Amaral, Heric Santos Hossoé, Kerssia Preda Kamenach, Noel Leite da Silva. **Gincana Nacional de Economia:** Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Frednan Bezerra dos Santos, Heric Santos Hossoé, Kerssia Preda

Kamenach, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Noel Leite da Silva. **Oficinas de Educação à Distância:** Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Denise Kassama Franco do Amaral. **Prêmio Brasil de Economia:** Kerssia Preda Kamenach (Coordenadora), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Denise Kassama Franco do Amaral, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Noel Leite da Silva. **Educação Financeira Nas Escolas:** Claudemir Galvani (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Kerssia Preda Kamenach, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Marcelo Magaldi Alves, Maria do Socorro Freire Câmara, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Noel Leite da Silva, Welinton Santos, Vilmar Carneiro Wanderley.

Ao longo de 2025, a Comissão de Educação atuou numa agenda estratégica voltada ao fortalecimento da formação profissional, à valorização acadêmica da ciência econômica e à ampliação das oportunidades de atuação para economistas e estudantes. Suas ações abrangeram o fortalecimento de iniciativas tradicionais, como o Prêmio Brasil de Economia, a Gincana Nacional de Economia e o Desafio Quero Ser Economista, além do estímulo à educação financeira nas escolas de ensino médio, da aproximação institucional com cursos de graduação em Economia e do desenvolvimento de programas voltados à integração entre estudantes, Corecons e o Sistema Cofecon.

No campo da capacitação continuada, destacou-se a realização do ciclo de Oficinas EAD: Formação, Atualização e Novos Horizontes para Economistas, que abordou áreas emergentes e estratégicas para a profissão, como perícia econômico-financeira, consultoria, economia solidária, economia do cuidado e economia criativa. As atividades, realizadas em formato virtual, com especialistas convidados, mediação de conselheiros federais e emissão de certificados, reforçaram o compromisso institucional com o aperfeiçoamento técnico, a reflexão crítica e a inserção dos economistas em novos campos de trabalho, articulando teoria, prática profissional e demandas contemporâneas da sociedade e do mercado.

No Desafio Quero Ser Economista, a estudante pernambucana Maria Vitória Guilherme da Silva, da Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu/PE), foi a grande campeã. O pódio foi completado por Kauane Kucinski (SC), em segundo lugar, e Natália de Souza Tavares (RJ), em terceiro. As três vencedoras são alunas do segundo ano do ensino médio, e duas delas estudam em instituições que já haviam se destacado em edições anteriores, evidenciando o impacto positivo da participação escolar contínua no projeto.

A XIV Gincana Nacional de Economia teve sua etapa regional iniciada em 6 de julho de 2025, com 327 duplas de estudantes de todo o país respondendo a uma série de perguntas. Após uma intensa competição e uma segunda etapa classificatória baseada em vídeos sobre a COP30, as equipes finalistas avançaram para a fase nacional, realizada em Porto Alegre, durante o XXVI Congresso Brasileiro de Economia, onde foram definidos os grandes vencedores. O estudante Maurício Martinho Lino Junior, da Universidade Estadual de Goiás, foi o grande campeão da XIV Gincana Nacional de Economia. Competindo sozinho devido à ausência de seu colega, Maurício conquistou o primeiro lugar e o prêmio de R\$ 4 mil. O segundo lugar ficou com Danilo Ponciano dos Santos e Lucas da Silva Duda (UFRJ), seguidos por Breno Liebbmann Vervloet e Henrique dos Anjos Moura (UFES) em terceiro, e Lucas Gloria Lopes e Tarcisio Iago Silva Nunes (UFT) em quarto. A competição reuniu cerca de 80 estudantes de todo o país e distribuiu R\$ 10 mil em prêmios.

A comissão também é responsável pela organização do processo de avaliação dos trabalhos que concorrem ao Prêmio Brasil de Economia, bem como das votações para a escolha dos ganhadores dos prêmios Personalidade Econômica do Ano e Destaque Econômico.

O XXXI Prêmio Brasil de Economia é promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon) com o objetivo de incentivar a investigação econômica e valorizar a produção científica voltada à realidade brasileira. Na categoria Livro, o vencedor foi Ladislau Dowbor, autor de “Os Desafios da Revolução Digital”. Em Artigo Técnico ou Científico, o primeiro lugar ficou com Tomás Torezani, pelo trabalho “O Papel dos Setores Formal e Informal na Evolução da Produtividade Brasileira”. A categoria Artigo Temático, dedicada a estudantes e com foco na COP30, premiou Luiz Gustavo Ismael Hellmann, da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Já na categoria Monografia de Graduação, o

vencedor foi Felipe Marques Prado, da Universidade Estadual de Santa Cruz, com o estudo “Análise Espacial da Pobreza Multidimensional no Norte do Brasil”.

O Prêmio Personalidade Econômica do Ano é entregue pelo Cofecon desde 2004 e reconhece profissionais que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento da ciência econômica e da profissão de economista, independentemente da vertente ou área de atuação. Para a escolha do premiado, é aberta uma consulta prévia: cada um dos 18 conselheiros federais e dos 26 Conselhos Regionais de Economia indica dois nomes por meio de formulário disponibilizado via ofício. A partir dessas indicações, o plenário do Cofecon elabora uma lista com 10 nomes e seus respectivos mini currículos, que será avaliada para a definição do profissional homenageado.

Já o prêmio Destaque Econômico do Ano tem como objetivo prestigiar instituições que se destacam pelo aprimoramento dos diversos campos da economia e pelo fortalecimento da profissão, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional. A premiação é concedida em três modalidades: Academia, destinada a instituições de ensino superior que se destacam no avanço do ensino de ciências econômicas; Desempenho Técnico, voltada a entidades públicas ou privadas que aplicam com excelência o instrumental da ciência econômica; e Mídia, que reconhece veículos de comunicação que divulgam informações econômicas de qualidade para a sociedade. A escolha dos ganhadores envolve consulta prévia aos 18 conselheiros federais e aos 26 Conselhos Regionais de Economia, seguida da definição de uma lista de finalistas pelo Cofecon, que, com a participação dos Corecons, seleciona a instituição vencedora em cada modalidade.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Local

Atribuições: Fomentar debates regionais, incluindo nos Encontros Regionais, SINCEs e CBEs. Implementar um programa para criar Comissões Regionais, compostas principalmente por Economistas, mas também por profissionais de áreas afins como Sociologia, Demografia, Geografia, História, além de formuladores de políticas locais e regionais. Estas Comissões serão responsáveis por desenvolver projetos de desenvolvimento que considerem as realidades territoriais específicas. A missão central das Comissões será promover debates sobre temas econômicos e outros relevantes para a integração dos estados dentro de cada região e entre diferentes regiões. Negociar em conjunto com os Conselhos Regionais de Economia a instalação de assessorias econômicas em todas as esferas públicas, empresariais e representativas dos trabalhadores. Assegurar a representação do Cofecon e dos Corecons nos Conselhos de Desenvolvimento Econômico municipais, estaduais e federais. Garantir a participação do Economista na elaboração e acompanhamento da execução dos Orçamentos Públicos em todas as esferas do poder público. Apoiar e fortalecer as iniciativas dos Conselhos Regionais de Economia para democratizar os orçamentos públicos, como os Fóruns Populares do Orçamento.

Membros: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera (Coordenadora), Kerssia Preda Kamenach (Vice-Coordenadora), Antônio Porfiro de Matos Neto, Denise Kassama Franco do Amaral, Érika de Andrade Silva Leal, Frednan Bezerra dos Santos, Gustavo Casseb Pessoti, Haroldo da Silva, Heric Santos Hossoé, José Wandermberg Rodrigues Almeida, Júlio Cezar Ramos Nogueira, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Michele Lins Aracaty Ferreira da Silva, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, Valquíria Aparecida Assis, Wallace Pereira.

Ao longo de 2025 a Comissão de Desenvolvimento Regional e Local promoveu uma série de debates e seminários voltados à análise das dinâmicas territoriais e das estratégias para o desenvolvimento equilibrado do país. As atividades abordaram temas centrais como desigualdades regionais, desindustrialização, neindustrialização e a interpretação das Contas Regionais do Brasil, reunindo especialistas de reconhecida trajetória acadêmica e institucional. O debate com a economista Tania Bacelar discutiu as heranças históricas das desigualdades regionais e as potencialidades do Nordeste no contexto da transição energética; o seminário sobre desindustrialização e neindustrialização analisou os desafios para a retomada da capacidade produtiva nacional e o papel estratégico da indústria; e o encontro sobre as Contas Regionais

proporcionou uma leitura atualizada da economia brasileira, com base em dados do IBGE, evidenciando a evolução dos estados, a distribuição de renda e os impactos das políticas públicas.

As atividades promovidas ao longo do ano foram:

- 09/04/2025 - Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégia e perspectivas: Tania Bacelar analisou as heranças históricas que moldaram as desigualdades regionais no Brasil, com destaque para a concentração produtiva no Sudeste, e discutiu os desafios e potencialidades do Nordeste, especialmente no contexto das mudanças climáticas e da transição energética. A economista ressaltou que a região tem avançado em indicadores sociais e pode assumir papel estratégico na produção de energia limpa, desde que políticas públicas valorizem a diversidade territorial e estimulem atividades produtivas locais.
- 02/07/2025 - Ciclo de Seminários em Desenvolvimento Regional no Brasil: desindustrialização e neindustrialização: Debate realizado no dia 2 de julho, com transmissão pelo YouTube. O evento contou com a participação do economista Silvio Antônio Ferraz Cário como palestrante, Wallace Marcelino Pereira como debatedor e mediação de Kerssia Preda Kamenach, com abertura da presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira. O encontro buscou discutir as causas da desindustrialização no país, bem como avaliar políticas industriais recentes, incluindo o programa Nova Indústria Brasil. O debate também abordou os desafios para recuperar a capacidade produtiva nacional e o papel estratégico da indústria no desenvolvimento econômico. Foram discutidas propostas para uma neindustrialização orientada por inovação, sustentabilidade, geração de valor agregado e redução das desigualdades regionais — destacando a necessidade de políticas de longo prazo que fortaleçam a base produtiva brasileira e promovam competitividade no cenário internacional.
- 16/09/2025 - Leitura atualizada do desenvolvimento regional brasileiro pela ótica das Contas Regionais do Brasil: O evento contou com a participação dos economistas Eduardo Pereira Nunes (ex-presidente do IBGE) e Frederico Sérgio Gonçalves Cunha, ex-(gerente do Sistema de Contas Regionais do Brasil), com mediação de Ana Cláudia Arruda e debatedor Gustavo Casseb Pessoti. Os palestrantes discutiram a evolução econômica dos estados, a distribuição de renda, a geração de empregos e os impactos das políticas de transferência de renda na redução das disparidades regionais.

Comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos

Atribuições: Coordenar e articular as relações institucionais do Conselho Federal de Economia; promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais; consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada; acompanhar a tramitação de projetos de lei que afetem o campo de atuação dos Economistas; promover entendimentos com outros Conselhos Profissionais no que se refere aos projetos de lei que visam à atualização da legislação das profissões, com foco no campo de atuação.

Membros: Tania Cristina Teixeira (Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa (Vice-Coordenador), José Luiz Pagnussat, Maurílio Procópio Gomes e Roberto Santos Matos.

Em 2025, o Cofecon intensificou as articulações institucionais no Congresso Nacional para avançar no processo legislativo do Projeto de Lei nº 3.178/2024, de autoria dos Deputados Reginaldo Lopes e Mauro Benevides Filho, que atualiza a Lei nº 1.411/1951, marco legal da profissão de economista. O texto, aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, tramita na Comissão de Finanças e Tributação, devendo passar também pela Comissão de Constituição e Justiça.

O PL não amplia o campo de atuação da profissão, já definido em 1951 como abrangente às áreas de Economia e Finanças. Seu objetivo é modernizar a redação legal, conferir clareza às

atribuições privativas do economista, fortalecer a segurança jurídica e aprimorar os instrumentos de regulamentação e fiscalização profissional.

O substitutivo construído a partir do diálogo com o relator na Comissão de Trabalho, Deputado André Figueiredo, introduz aperfeiçoamentos importantes, tais como:

- Definição objetiva das atividades privativas da profissão, reduzindo conflitos normativos;
- Fortalecimento dos Conselhos de Economia, com atribuições de certificação, registro e fiscalização;
- Exigência de profissional responsável por unidade ou estabelecimento de empresa registrada, garantindo responsabilidade técnica;
- Harmonização da legislação com a Lei Complementar nº 95/1998, para assegurar precisão normativa e menor margem de judicialização.
- Para viabilizar consenso político e evitar sobreposição com profissões correlatas, especialmente Administração e Contabilidade, o Cofecon atuou com espírito conciliador, promovendo ajustes significativos ao texto original. Entre eles, destacam-se:
- Retirada da expressão “financeira” para evitar conflito de competência com outras categorias;
- Adoção do CPF como identificador oficial de registro profissional, conforme a Lei nº 14.534/2023;
- Adequação da Anotação de Responsabilidade Técnica, para ser exigida apenas quando definida pelo Cofecon;
- Supressão da previsão de penalidades por inadimplência, em respeito à jurisprudência do STF.

A atualização normativa proposta é considerada urgente e necessária. A legislação atual, de 1951, não acompanhou a transformação do mercado de trabalho, favorecendo a atuação de outras categorias em atividades historicamente exercidas por economistas. A modernização da lei permitirá maior clareza institucional, fortalecerá o Sistema Cofecon/Corecons, reduzirá conflitos regulatórios e ampliará a segurança jurídica para o setor público, privado e para a sociedade.

Comissão de Normas e Legislação

Atribuições: Promover permanente revisão e atualização de normas, de procedimentos e da legislação.

Membros: Pedro Afonso Gomes (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara da Cruz (Vice-Coodenador), Dorilan Rodrigues da Cruz, Eduardo Rodrigues da Silva, João Manoel Gonçalves Barbosa, Paulo Dantas da Costa, Róridan Pénido Duarte.

Os principais assuntos tramitados e deliberados dentro do âmbito da foram: instituição do X Programa Nacional de Recuperação de Créditos; aprovação do Plano de Dados Abertos do Sistema Cofecon/Corecon; instituição da possibilidade excepcional e transitória da atividades fiscalizatória ser exercida pelo Presidente ou de delegação extraordinária pelo Vice-Presidente, ou pela Comissão formalmente constituída, ou pelo delegados regionais, ou por qualquer membro integrante do Plenário do respectivo Corecon; e fusão do Corecon/AC ao Corecon/RO

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Promover o acompanhamento da fiscalização no Sistema, visando aumentar o número de registros profissionais; realizar a análise de processos relacionados à atividade profissional e implementar medidas para capacitar e exigir uma fiscalização mais eficiente nos Conselhos Regionais de Economia; atuar nas instâncias superiores do Sistema Judiciário para reverter a tendência dos julgados das instâncias inferiores, os quais têm deixado de reconhecer o poder de fiscalização

conferido aos Corecons pelas legislações vigentes, assim como os direitos dos profissionais registrados, especialmente quando se trata do exercício de suas profissões de forma exclusiva; reverter a postura dos executivos municipais, estaduais e federais que não reconhecem as profissões regulamentadas, em detrimento de profissões generalistas.

Membros: Maria do Socorro Erculano de Lima (Coordenadora), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coordenadora), Carolina Rocha Batista, Denise Kassama Franco do Amaral, Diogo Costa da Silva, Dorgilan Rodrigues da Cruz, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Marcos de Campos, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Hermance Paiva.

No exercício de 2025, a Comissão de Fiscalização e Registro do Cofecon manteve atuação relevante na análise de processos administrativos relacionados ao exercício profissional e à regularidade cadastral, contando com suporte técnico permanente da Procuradoria Jurídica para a emissão de manifestações jurídicas, uniformização de entendimentos e garantia da conformidade normativa das decisões submetidas ao Plenário.

Destacam-se 63 processos relativos ao cancelamento de registro, dos quais 58 tiveram o pedido indeferido, evidenciando o rigor técnico adotado na verificação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis, além de processos relacionados à suspensão de registro, remissão de débitos e obrigação de registro profissional.

Adicionalmente, a unidade jurídica participou da análise e emissão de parecer em 16 processos relativos à aprovação de registro profissional de egressos de programas de mestrado ou doutorado em Economia, bem como em 2 processos referentes à aprovação de cursos conexos, contribuindo para a uniformização de critérios de reconhecimento acadêmico-profissional no âmbito do Sistema.

A atuação integrada entre a Comissão de Fiscalização e Registro contribuiu para o aprimoramento da tramitação processual, para a consistência técnica das decisões e para o fortalecimento da segurança jurídica das deliberações institucionais, refletindo o compromisso do Cofecon com a eficiência administrativa, a regularidade do exercício profissional e a proteção do interesse público.

Comissão de Mercado de Trabalho do Economista e Valorização Profissional

Atribuições: Desenvolver programas e iniciativas para promover a inserção e valorização profissional dos economistas, incluindo ações de capacitação, orientação profissional e networking; promover eventos, palestras, oficinas e workshops relacionados ao mercado de trabalho, visando atualizar os economistas sobre as demandas do mercado e disponibilizar ferramentas para o aprimoramento profissional; propor políticas e medidas que contribuam para a valorização da profissão de economista, incluindo a defesa de melhores condições de trabalho, remuneração adequada e reconhecimento da importância do papel do economista na sociedade; representar os interesses dos economistas em fóruns, conselhos e outras instâncias de discussão sobre mercado de trabalho e políticas públicas relacionadas à profissão.

Membros: Lucia dos Santos Garcia (Coordenadora), José Luiz Pagnussat (Vice-Coordenador), Carolina Rocha Batista, Celso Pinto Manguiera, Diogo da Costa Silva, Fabíola Andréa Leite de Paula, José Marcos de Campos, Josélia Souza de Brito, Júlio Cezar Ramos Nogueira, Luiz Batista Alves, Pedro Afonso Gomes, Valquíria Aparecida Assis.

Comissão do Congresso Brasileiro de Economia (CBE)

Atribuições: Organizar e promover o Comissão do Congresso Brasileiro de Economia (CBE) juntamente com o Corecon escolhido para sediá-lo.

Membros: Comitê Executivo: Tania Cristina Teixeira (Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa, Rodrigo Salvato de Assis, Angélica Massuquetti. **Comitê Científico:** Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Giacomo Balbinotto Neto (Vice-Coordenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, André Felipe Zago de Azevedo, André Luiz Koerich, Clovis Benoni Meurer, Elis

Braga Licks, Felipe Garcia Ribeiro, Flávia Vinhais Santos, Heric Santos Hossoé, José Luiz Pagnussat, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Lúcia dos Santos Garcia, Luiz Batista Alves, Maria de Fátima Miranda, Mauro Salvo, Paulo Roberto Polli Lobo, Wallace Marcelino Pereira. **Comitê Operacional:** Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Pedro Afonso Gomes, e funcionários do Cofecon e Corecon-RS. **Comitê de Divulgação e Recepção:** Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Diogo Costa da Silva, Fabíola Andréa Leite de Paula. **Comitê Financeiro:** Clovis Benoni Meurer (Coordenador), João Manoel Gonçalves Barbosa, Funcionários do Cofecon e do Corecon-RS. **Parcerias Estratégicas e Captação de Recursos:** Júlio Fávio Gameiro Miragaya (Coordenador), Antônio dos Santos Magalhães, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior, Paulo Roberto Polli Lobo.

O XXVI Congresso Brasileiro de Economia ocorreu de 6 a 10 de outubro de 2025, em Porto Alegre (RS), com o tema “Desenvolvimento Sustentável: Reconstrução, Desafios e Oportunidades”. A programação incluiu palestras, painéis temáticos, fóruns de debates e eventos paralelos. A abertura contou com a presença da presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, e do prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo. Na palestra magna, Gabriel Ferraz Aidar (BNDES) apresentou a visão do banco para promover desenvolvimento equilibrado e de longo prazo, enquanto a palestra de encerramento, ministrada pelo economista Gilneu Vivan (BCB), destacou a inovação e a inclusão financeira como meios para ampliar o crédito e reduzir desigualdades.

O evento reuniu nomes como Bernard Appy, Marcio Pochmann, Denise Gentil, Luiz Carlos Haully, Antonio Corrêa de Lacerda, Sergio Gobetti, Ladislau Dowbor, Patrícia Palermo e André Perfeito. O Congresso também sediou fóruns dedicados às pautas de gênero, perícia econômico-financeira e desenvolvimento regional. Ao final, os participantes aprovaram a Carta de Porto Alegre e o manifesto “Por um Brasil líder na transição justa e no equilíbrio climático”, reforçando o compromisso com um modelo de desenvolvimento que integre sustentabilidade, justiça social e inovação.

Na ocasião também foi realizado o Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons, que reuniu gerentes, fiscais, advogados e profissionais da área administrativa dos Conselhos Regionais de todo o país. O evento teve como foco discutir desafios e demandas das entidades, promover o compartilhamento de experiências e boas práticas, e debater caminhos para aprimorar a eficiência do Sistema Cofecon/Corecons. O evento abordou temas estratégicos para a gestão e sustentabilidade dos Conselhos, incluindo recuperação de créditos, licitações, transparência, saúde mental e prevenção ao assédio, além de inovação e inteligência tecnológica. Profissionais compartilharam experiências em cobrança administrativa e judicial, organização de processos de aquisição e aplicação de sistemas informatizados, como BRC e SEI. Houve ainda demonstrações do uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio às operações do Conselho, sem substituir a análise humana. A programação combinou debates técnicos e estratégicos com práticas de governança, contribuindo para a capacitação dos funcionários e para o fortalecimento da atuação integrada do Sistema Cofecon/Corecons.

Grupo de Trabalho Atualização da Legislação Profissional do Economista

Atribuições: Promover a modernização da Lei nº 1.411/1951, adequando-a às transformações do mercado de trabalho e às novas demandas da profissão. Acompanhar a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional. Articular com parlamentares e outras categorias profissionais para defender propostas de atualização da legislação. Desenvolver estratégias de comunicação e mobilização. Incentivar o engajamento da categoria na defesa da regulamentação profissional.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Pedro Afonso Gomes (Vice-Cordenador), Ademir Tenfen, Chirlene Godinho Maia, Clovis Benoni Meurer, João Manoel Gonçalves Barbosa, Kerssia Preda Kamenach, Lauro Chaves Neto, Maurílio Procópio Gomes, Tania Cristina Teixeira, Valquíria Aparecida Assis.

Grupo de Trabalho Acompanhamento de Licitações

Atribuições: Acompanhar e supervisionar os processos licitatórios do Conselho Federal de Economia - Cofecon, inclusive a execução dos contratos, assegurando transparência e legalidade. Propor melhorias aos procedimentos. Apresentar relatórios periódicos à gestão e ao Plenário do Cofecon.

Membros: José Luiz Pagnussat (Coordenador)

Grupo de Trabalho Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil

Atribuições: Analisar as principais causas da desigualdade social no Brasil para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas que mitiguem esse cenário. Examinar os impactos da concentração de renda e riqueza no território nacional.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Vice-coordenadora), Júlio Flávio Gameiro Miragaya.

O grupo coordena o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, movimento que conta com a adesão de cerca de 30 entidades locais e nacionais, e é responsável pela Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social realizou no dia 21 de maio o seminário “Estrutura Tributária Regressiva + 1 Trilhão para os Juros da Dívida”. O evento foi realizado no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados e contou com a presença de economistas, parlamentares e especialistas para debater aspectos da tributação e da política monetária.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Atribuições: Revisar e aprovar a pauta, bem como avaliar o conteúdo da revista, decidindo sobre sua publicação.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa (Vice-Coordenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antonio Corrêa de Lacerda, Eduardo Reis Araujo, Elis Braga Licks, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Fernando Augusto Mansor de Mattos, Francisco Horácio Pereira de Oliveira, Gelton Pinto Coelho Filho, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, João Hallak Neto, José Luiz Pagnussat, José Wandemberg Rodrigues Almeida, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Juliane da Costa Furno, Lauro Chaves Neto, Lucia dos Santos Garcia, Marcelo Pereira Fernandes, Maria Cristina de Araújo, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Dantas da Costa, Paulo Sérgio Fracalanza, Pedro Garrido da Costa Lima, Roberto Bocaccio Piscitelli, Wallace Marcelino Pereira, Wellington Leonardo da Silva.

O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por analisar os artigos recebidos, recomendando ou não a publicação. Em 2025 foram aprovados dez artigos para a edição de março; dez para a edição de junho; sete artigos na edição de setembro; seis na de dezembro; e quatro para o caderno especial de economia solidária. Ao todo, foram 37 artigos aprovados pelo Conselho Editorial.

Comissão Eleitoral

Atribuições: Coordenar o processo eleitoral dentro do Sistema Cofecon/Corecons, com o objetivo de prestar apoio ao Plenário do Cofecon nessa área específica.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Presidenta), Lucia dos Santos Garcia e Paulo Hermance Paiva como membros efetivos, e Claudemir Galvani, Maria do Socorro Erculano de Lima, e Maurílio Procópio Gomes.

A Comissão foi responsável por organizar o processo eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons. Nos dias 29 a 31 de outubro os economistas de todo o Brasil puderam eleger seus representantes junto aos Conselhos Regionais de Economia. A votação se deu por meio do site <http://www.votaeconomista.org.br> e todo o processo foi acompanhado por uma auditoria externa. Ao todo, foram 6.187 economistas votantes e as eleições ocorreram sem qualquer intercorrência. A Assembleia de Delegados-Eleitores também foi realizada por meio de um sistema eletrônico. O assunto é particularmente complexo porque, embora haja apenas um delegado-eleitor de cada Conselho Regional participando, cada um deles tem uma quantidade diferente de votos.

Comissão de Negociação Funcional

Atribuições: Sugerir ao Plenário do Cofecon a definição de políticas relacionadas a questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem adotados pela instituição; avaliar possíveis demandas e sugestões apresentadas pelos colaboradores do Cofecon sobre temas como questões trabalhistas, benefícios e reajustes; examinar a viabilidade financeira e jurídica das propostas em análise.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador) e Lucia dos Santos Garcia (Vice-Coordenadora).

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves.

A tabela de salários e gratificações do Cofecon foi reajustada com base na Deliberação nº 5.108, de 2 de junho de 2025.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em atendimento às suas atribuições de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, o Cofecon realizou nove Sessões Plenárias no exercício de 2025, sendo oito ordinárias e uma extraordinária.

Destacam-se as seguintes resoluções e deliberações:

739ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro, em formato híbrido

- Deliberação nº 5.100, de 5 de fevereiro de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Doutorado Profissional em Economia - Área de Concentração: “Economia Aplicada” - UFPE.
- Resolução nº 2.176, de 5 de fevereiro de 2025 - Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2025.

740ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro, em formato híbrido

- Deliberação nº 5.101, de 26 de fevereiro de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 740ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação Nº 5.102, De 26 De Janeiro De 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 740ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação Nº 5.103, De 26 De Fevereiro De 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia Universidade Estadual de Maringá e regulamenta seu respectivo campo de atuação profissional, e dá outras providências.
- Deliberação Nº 5.104, De 26 De Fevereiro De 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

- Resolução Nº 2.177, De 26 De Fevereiro De 2025 - Alterar o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010.

741ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada no dia 14 de março, em formato virtual

- Deliberação Nº 5.105, De 17 De Março De 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 741ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação Nº 5.106, De 17 De Março De 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 741ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação Nº 5.107, De 17 De Março De 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.
- Resolução Nº 2.178, De 17 De Março De 2025 - Aprova o Regulamento da XIV Gincana Nacional de Economia 2025.

742ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada nos dias 30 e 31 de maio, em formato híbrido.

- Deliberação nº 5.108, de 2 de junho de 2025 - Dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e funções de livre provimento do Cofecon.
- Deliberação nº 5.109, de 4 de junho de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 742ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.110, de 4 de junho de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 742ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.111, de 4 de junho de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos Cursos conexos ao de Economia.
- Deliberação nº 5.112, de 4 de junho de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.179, de 2 de junho de 2025 - Dispõe sobre o X Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons.
- Resolução nº 2.180, de 2 de junho de 2025 - Altera dispositivo na Resolução nº 2.170, de 1º de outubro de 2024.
- Resolução 2.181, de 6 de junho de 2025 - Dispõe sobre o Regulamento do XXXI Prêmio Brasil de Economia.
- Resolução nº 2.182, de 6 de junho de 2025 - Aprova o Regulamento do 10º Desafio Quero Ser Economista - 2025.
- Resolução nº 2.183, de 10 de junho de 2025 - Aprovar o Plano de Dados Abertos (PDA) do Sistema Cofecon/Corecon.
- Deliberação nº 5.113, de 6 de junho de 2025 - SIGILOSO Processo Administrativo Ético-profissional nº141100.000312/2024-01.).

743ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada no dia 27 de junho, em formato virtual

- Deliberação nº 5.114, de 30 de junho de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 743ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.115, de 30 de junho de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 743ª Sessão Plenária Extraordinária Virtual do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.116, de 30 de junho de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.117, de 30 de junho de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos Cursos conexos ao de Economia.
- Deliberação nº 5.118, de 2 de julho de 2025 - Homologa o processo contábil apreciado na 743ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.119, de 30 de junho de 2025(ad referendum) - Aprova auxílio financeiro para realização do III Encontro da Mulher Economista.
- Resolução nº 2.184, de 30 de junho de 2025 - Institui procedimentos e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2025 do Sistema Cofecon/Corecon, e dá outras providências
- Resolução nº 2.185, de 30 de junho de 2025 - Alterar o item 2.6 do capítulo 6.2, da Consolidação da Legislação da Profissão de Economia - CLPE e dá outras providências.
- Resolução nº 2.186, de 29 de julho de 2025 (ad referendum) - Prorrogar as datas para realização do 10º Desafio Quero Ser Economista - 2025.

744ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada nos dias 15 e 16 de agosto, em formato híbrido

- Deliberação nº 5.120, de 18 de agosto de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 744ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.121, de 18 de agosto de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 744ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Resolução nº 2.187, de 18 agosto de 2025 - Dispõe sobre o 4º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2025.
- Resolução nº 2.188, de 18 agosto de 2025 - Alterar o subitem 6.2.5 do item 6 do capítulo 5.1.0 da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - CLPE.
- Deliberação nº 5.122, de 18 de agosto de 2025 – SIGILOSO - Processo Administrativo Ético-profissional nº141100.000312/2024-01.

745ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia

Realizada nos dias 12 e 13 de setembro, em formato virtual

- Deliberação nº 5.123, de 15 de setembro de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 745ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.124, de 15 de setembro de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 745ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.125, de 2 de outubro de 2025(ad referendum) - Homologa os resultados do XXXI Prêmio Brasil de Economia.
- Resolução nº 2.189, 15 de setembro de 2025 - Estabelece os valores exatos das anuidades a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2026, e dá outras providências.

746ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia

Realizada no dia 10 de outubro, em formato híbrido

- Deliberação nº 5.126, de 13 de outubro de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 746ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.127, de 13 de outubro de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 746ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.128, de 15 de outubro de 2025 - Homologa o resultado da XIV Gincana Nacional de Economia 2025.
- Deliberação nº 5.129, de 21 de outubro de 2025(ad referendum) - Homologa o resultado 10º Desafio quero ser Economista.
- Resolução nº 2.190, 13 de outubro de 2025 - Estabelece os valores exatos das taxas, emolumentos, preços de serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2026, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.192, de 16 de outubro de 2025 - Prorrogar inscrições do 4º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2025.

747ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia **Realizada no dia 28 e 29 de novembro, em formato híbrido**

- Deliberação nº 5.130, de 28 de novembro de 2025 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao pleito de 2025.
- Deliberação nº 5.131, de 2 de dezembro de 2025 - Homologa os processos contábeis apreciados na 747ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.132, de 2 de dezembro de 2025 - Homologa os processos administrativos apreciados na 747ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.
- Deliberação nº 5.133, de 2 de dezembro de 2025 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, de egressos dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e regulamenta seus respectivos campos de atuação profissional, e dá outras providências.

2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional

O Cofecon não executa despesas diretamente relacionadas à fiscalização do exercício profissional, considerando que esta atribuição é delegada pela Lei nº 1.411/1951 aos Conselhos Regionais de Economia. Compete ao Cofecon organizar, coordenar e orientar os Corecons no processo de fiscalização de aproximadamente 230 mil bacharéis em economia brasileiros. As despesas relacionadas com estas atividades relacionam-se com os diversos tópicos do programa de trabalho do Cofecon e estão demonstradas em itens específicos deste relatório.

2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas

AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Foram concedidos auxílios financeiros aos Corecons e terceiros no valor total de R\$ **322.150,87** (trezentos e vinte e dois mil, cento e cinquenta reais e oitenta e sete centavos), conforme a seguir relacionado.

Quadro 4: Auxílios e doações aos Conselhos Regionais de Economia e Entidades

Interessado	Assunto	Sessão Plenária	Valor Concedido
Corecon-MG	V Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais	741	R\$ 6.376,88
Corecon-RS	XXVI Congresso Brasileiro de Economia - CBE 2025	741	R\$ 67.754,35
Corecon-AM/RR	XIII ENAM 2025	742	R\$ 7.971,10
Corecon-PR	Financeiro: 35º Prêmio Paraná de Economia 2025	742	R\$ 5.784,00
Corecon-SC	29º ENESUL 2025	742	R\$ 7.971,10

Interessado	Assunto	Sessão Plenária	Valor Concedido
(Corecon-ES	30º Prêmio ES de Economia/2025	742	R\$ 6.376,88
Corecon-TO	Encontro dos Economistas do Estado do Tocantins - Eneto 2025	742	R\$ 4.000,00
Eneco	48º Encontro Nacional dos Estudantes de Economia - Eneco (2025)	742	R\$ 2.144,96
Corecon-AL	XIII Prêmio de Estímulo ao Estudante de Economia 2025	743	R\$ 4.000,00
ECOECO	16º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)	743	R\$ 6.376,88
Corecon-MA	Corecon 50 anos/Encontro de Economistas-2025	743	R\$ 6.376,88
Corecon-PE	III Encontro Nacional da Economia de Francisco e Clara (ENEFC)	743	R\$ 6.000,00
Corecon-PE	XIX Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa - 2025	743	R\$ 3.000,00
Corecon-TO	XII Prêmio de Monografia do Corecon-TO	743	R\$ 6.000,00
Corecon-BA	III Encontro da Mulher Economista	ad referendum	R\$ 12.753,76
Corecon-RS	Congresso Brasileiro de Economia - CBE 2025	744	R\$ 67.754,35
Unimontes	XXI Semana de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros MG	744	R\$ 5.488,50
Corecon-PB	XIV Prêmio Paraíba de Economia	744	R\$ 3.000,00
ANGE	XL Congresso da ANGE 2025	744	R\$ 17.536,42
Corecon-MA	Prêmio Maranhão de Economia-2025	744	R\$ 4.500,00
Corecon-SE	XXIV Prêmio Sergipe de Economia 2025	744	R\$ 3.000,00
Corecon-RS	Gincana Nacional de Economia 2025	744	R\$ 35.869,95
AKB	XVIII Encontro da Associação Brasileira Keynesiana do Brasil 2025	744	R\$ 6.376,88
Corecon-BA	Investimento em equipamentos de informática	745	R\$ 4.440,00
Corecon-PE	XXXIII ENE 2025	746	R\$ 7.971,10
Corecon-ES	X Encontro de Economia do ES	746	R\$ 6.376,88
Corecon-MS	XV Eneoeste	746	R\$ 6.950,00
Total			R\$ 322.150,87

Quadro 5: Despesas com as principais atividades finalísticas

Atividade	Despesas para execução das atividades
Sessões Plenárias	R\$ 907.510,30
Solenidade de Posse	R\$ 144.252,60
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 106.103,40
Pagamento de premiação: 10º Desafio Quero Ser Economista-2025, XIV Gincana Nacional de Economia; XXXI Prêmio Brasil de Economia, 4º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2025.	R\$ 40.500,00
Publicações DOU	R\$ 57.935,85
Encontro Regionais (passagens aéreas e diárias)	R\$ 38.379,71
Seminários de Economia (passagens aéreas e diárias)	R\$ 56.419,17
Despesas com a XIV Gincana Nacional de Economia	R\$ 43.054,95

Atividade	Despesas para execução das atividades
Eleições no Sistema Cofecon/Corecons e Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 120.781,98
Auditoria Processo eleitoral Sistema Cofecon/Corecons, eleição de presidente e vice do Cofecon	R\$ 18.215,00
Assinatura plataforma <i>zoom</i> para reuniões virtuais	U\$ 575,64
Impulsionamento e anúncios em redes sociais	R\$ 5.000,00
Banco de Imagens	R\$ 1.852,00
Publicações e Impressos	R\$ 46.373,35
Honorarias – XIV Gincana Nacional de Economia	R\$ 4.006,15

2.7. Despesas com indenizações a conselheiros

Em 2025 foram emitidas 633 (seiscentos e trinta e três) passagens aéreas, totalizando R\$ 690.997,13 (seiscentos e noventa mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), foram pagas 674 (seiscentos e setenta e quatro) diárias, totalizando R\$ 727.279,00 (setecentos e vinte e sete mil duzentos e setenta e nove reais).

2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista as características institucionais do Cofecon, a experiência tem demonstrado que o melhor método a ser utilizado para o acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos consiste na divisão de tarefas entre as Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Dessa forma, o planejamento, execução e acompanhamento das atividades é feito de forma participativa envolvendo todos os conselheiros federais, membros de comissões, grupos de trabalhos e funcionários do Cofecon.

Em todas as Sessões Plenárias são apresentados os informes do andamento dos projetos estratégicos pelos respectivos coordenadores. Ao término do exercício é realizado um balanço das ações com vistas a subsidiar a elaboração do programa de trabalho da próxima gestão.

CAPÍTULO 3

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

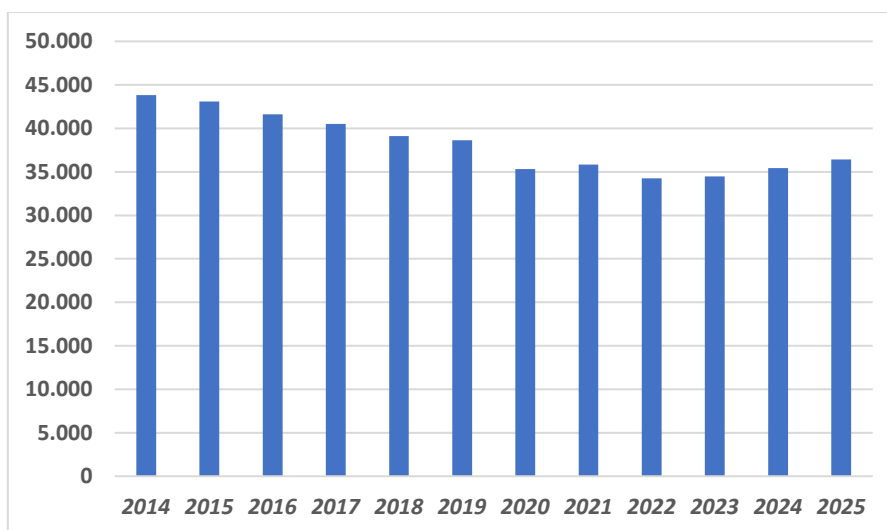
3.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores público e privado a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de Economia.

3.2. Indicadores de desempenho

As receitas do Cofecon são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Corecons. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vinha numa tendência de queda desde 2012. Após apresentar um ponto de inflexão em 2022, o indicador vem apresentando alta desde então.

Gráfico 1: Economistas em Condição de Voto



2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
43.807	43.073	41.622	40.526	39.117	38.636	35.337	35.821	34.247	34.485	35.440	36.437

3.3. Gestão de Riscos e Controles

No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. No quadro a seguir, destacam-se os principais riscos identificados e sua respectiva mitigação.

Quadro 6: Gestão de riscos e controles

Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Promover a atualização da Lei nº 1.411/1951. As próximas gestões deverão avaliar o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.
2. Combate aos projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, todos os projetos que envolvam desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades são acompanhados.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuar junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia com vistas a delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;	Realizar campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;	Apoiar os Corecons na execução de projetos de retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;	Promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;	Promover ampla divulgação da profissão do economista.
8. Perda da sustentabilidade;	Promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e autuação do exercício ilegal da profissão. Analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;	Realizar projetos voltados para estudantes de nível médio e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.

Principais Riscos	Mitigação
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.	Atuar junto ao Concla - Comissão de Nacional de Classificação e ao Conselho - Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

3.4. Oportunidades e Perspectivas

1. Surgimento de novos nichos de mercado em função do dinamismo do ambiente econômico;
2. Presença massiva e cotidiana do tema econômico na mídia;
3. Interlocução com outros Conselhos Profissionais (Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional);
4. Revisão da regulamentação interna da Profissão do Economista (Consolidação);
5. Demanda por mão de obra qualificada no mercado;
6. Consolidação do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil;
7. Realização do XXVI Congresso Brasileiro de Economia: Desenvolvimento Sustentável: Reconstrução, Desafios, Oportunidades, em Porto Alegre-RS.

3.5. Controles Internos

Os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). Podem ser realizados de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações, ou quando a CTC analisa as peças contábeis, tais como propostas orçamentárias, balancetes trimestrais e prestações de contas anuais.

Foram trabalhados, no exercício de 2025, os processos a seguir relacionados:

Quadro 7: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas 2025

Processos Contábeis Cofecon/Corecons 2025									
Processos relatados	Sessão Plenária								
Assunto	740	741	742	743	744	745	746	747	748
Prestação de contas	1	18	7	2	-	-	-	-	-
Proposta e Reformulações Orçamentárias	1	1	1	2	1	1	2	26	2
Balancetes Trimestrais	3	0	24	6	5	19	1	2	23
Prestação de contas de Auxílio Financeiro	4	1	2	1	2	2	3	3	-
Diligência	-	4	5	-	-	3	-	-	3
Reprovação	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CAPÍTULO 4

4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Resultados da área-fim

Os Conselhos de fiscalização profissional, além de exercerem atividades típicas de Estado, são entidades criadas por lei federal para prestação de serviços públicos, detentoras do poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão em defesa da sociedade. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional; habilitar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades e aplicar e cobrar multas; executar débitos; aplicar o código de ética profissional; suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome.

Assim, consoante entendimento exposto pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) quando da prolação do Acórdão nº 1925/2019/Plenário no âmbito do Processo nº 036.608/2016-5, outras competências estão relacionadas com as citadas funções típicas de Estado, delegadas pela União para os Conselhos, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

A Lei nº 1.411/1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, em seus artigos 7º e 10º, respectivamente, tratam das atribuições do Cofecon e dos Corecons. De tais dispositivos, observa-se que as atividades relacionadas à efetivação do registro profissional, à fiscalização, à aplicação de penalidades e à arrecadação são atribuições inerentes aos Conselhos Regionais de Economia.

Com relação ao Conselho Federal de Economia, a este compete orientar e disciplinar o exercício da profissão, bem como apreciar e julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Economia. Além de tais atividades, destacam-se as de elaborar programa de atividades que servirá de base para todos os Regionais, assim como a de organizar os Corecons, fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros. Em outras palavras, dentre as principais atribuições do Cofecon inserem-se a de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, bem como de julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Corecons, exercendo, assim, papel central e superior no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Diante desse cenário, especialmente considerando que são os Corecons que exercem as atividades voltadas à fiscalização, ao registro profissional, à aplicação de sanção e à arrecadação, tem-se que este Cofecon não possui e tampouco faz gestão sobre as informações referentes às atividades desempenhadas pelos Corecons, inclusive sobre o número total de fiscalizações realizadas, o número de denúncias recebidas, o número total de profissionais fiscalizados e o quantitativo de processos instaurados e julgados, com detalhamento das sanções aplicadas, entre outros.

4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica

No exercício de 2025, a Procuradoria Jurídica consolidou-se como elemento estruturante do sistema de gestão de riscos e de controles internos do Cofecon, atuando de forma transversal nos processos decisórios da Autarquia, especialmente naqueles que envolvem maior exposição institucional, financeira ou reputacional. O assessoramento jurídico prévio e concomitante contribuiu para o fortalecimento da segurança jurídica das decisões administrativas e normativas, bem como para a prevenção de irregularidades e a redução de passivos institucionais.

No período, a unidade promoveu ajustes em sua estratégia de atuação institucional, priorizando o acompanhamento sistemático das matérias relacionadas ao controle externo e à

jurisprudência aplicável aos Conselhos de Fiscalização Profissional. Nesse contexto, deixou de participar das reuniões do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (“Conselhão”), direcionando seus esforços ao monitoramento mais próximo das decisões e orientações emanadas do Tribunal de Contas da União.

Essa redefinição de prioridades possibilitou intensificar a análise técnica de acórdãos e determinações do TCU com impacto sobre a governança, a estrutura administrativa, a gestão de pessoal, os processos de fiscalização profissional e o modelo de funcionamento dos Conselhos Profissionais. O acompanhamento jurídico especializado dessas matérias contribuiu para a antecipação de riscos institucionais, para o alinhamento das práticas administrativas do Cofecon às recomendações dos órgãos de controle e para o fortalecimento da conformidade normativa no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Ao longo do exercício, foram emitidos **202 pareceres jurídicos** e **80 despachos jurídicos**, além de diversos expedientes técnicos, incluindo a elaboração de minutas de votos, ofícios, resoluções e manifestações institucionais. A Procuradoria Jurídica, em auxílio à Comissão de Normas e Legislação do Cofecon, atuou diretamente no processo de elaboração normativa do Conselho, contribuindo para a edição de mais de **17 resoluções, 21 deliberações e 15 portarias** aprovadas pelo Plenário, bem como prestou assessoramento jurídico sistemático às sessões plenárias e às atividades das Comissões.

A atuação jurídica manteve estreita vinculação com os objetivos de governança pública do Cofecon, assegurando que as decisões institucionais observassem o ordenamento jurídico vigente, a jurisprudência dos órgãos de controle e os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tal atuação contribuiu para a sustentabilidade institucional do Sistema Cofecon/Corecons, ao orientar a tomada de decisões responsáveis, reduzir a judicialização desnecessária e fortalecer a credibilidade da Autarquia perante os profissionais registrados, a sociedade e os órgãos de controle.

A relevância estratégica dessa atuação encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que reconhece a natureza finalística do assessoramento jurídico nos Conselhos de Fiscalização Profissional, a exemplo do entendimento consignado no Acórdão nº 785/2025-TCU-Plenário, segundo o qual o controle da legalidade e a orientação jurídica da gestão integram o núcleo essencial das competências institucionais dessas entidades.

4.3. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 8: Evolução das receitas e despesas do Cofecon – 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Total	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36	7.720.807,20	308.893,18
Despesas Correntes	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62	7.774.713,85	19.183,07
1. Pessoal e encargos	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63	88.210,58
2. Manutenção da Sede	-	138.507,95	226.668,79	615.644,19	956.514,60
3. Material de Consumo	40.004,41	62.629,16	36.539,66	28.486,09	13.409,08
4. Telefonia, Internet e Correios	95.278,08	88.357,31	61.677,34	59.351,94	758.107,73
5. Manutenção Programas Informática	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23	1.020.817,93	784.760,19
6. Despesas bancárias	3.367,86	4.802,64	45.003,13	12.427,63	297.357,10
7. Diárias	123.961,35	581.752,87	683.172,19	778.294,42	-
8. Passagens aéreas	103.330,03	604.278,71	774.274,07	685.791,68	163.799,02
9. Serviço Gráfico e Publicidade	24.145,82	222.867,15	261.256,28	130.293,25	43.500,00
10. Assessoria Parlamentar	-	-	-	-	454.490,94
11. Despesas com Sessões Plenárias	14.083,90	92.280,34	163.578,41	145.212,70	230.127,38
12. Premiações	72.236,80	202.815,00	32.500,00	43.500,00	160.677,68
13. Transferências para os Regionais	147.921,16	336.270,07	318.325,66	378.403,98	305.816,13
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	122.415,50	166.800,00	18.215,00	35.000,00	32.003,62
15. Impressão de Carteira profissional	85.947,35	93.448,36	67.424,08	82.000,43	-

	2021	2022	2023	2024	2025
16. Outras despesas	8.932,00	28.367,94	129.504,51	12.948,98	32.003,62
Despesas de capital	5.859,76	8.173,96	24.869,10	117.635,59	8.366.424,49
17. Obras e Instalações	-	2.800,00	-	6.980,00	-360.352,03
18. Equipamento material permanente	-	8.173,96	24.869,10	110.655,59	-338.278,46
Despesas Total	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72	7.892.349,44	2.176.937,12
Saldo Orçamentário Final	435.505,14	-9.191,03	-2.665,36	-171.542,24	308.893,18
Resultado Extra Orçamentário	152.556,43	-15.748,66	38.498,42	23.498,70	19.183,07
Saldo Financeiro	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82	2.515.215,58	88.210,58

4.4. Gestão de Pessoas

Os empregados do Conselho Federal de Economia são regidos pelo regime celetista. Porém a autarquia também possui normativos internos referentes às normas de pessoal quais sejam a Deliberação nº 4.769, de 15 de setembro de 2012 a qual altera o Plano de Cargos e Salários - PCS do Conselho Federal de Economia - Cofecon e a Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016 a qual institui novo Normativo de Pessoal: Cargos e Funções de Livre Provisão do Conselho Federal de Economia.

Além destes, a Portaria nº 26, de 30 de agosto de 2024, autoriza empregados Ana Claudia Ramos Pinto e Danielle Costa Barbosa Giroto a praticar atos referentes ao Departamento de Pessoal, tais como assinar Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos funcionários do Conselho Federal de Economia e atos quando houver necessidade de admissão, demissão e atualização das referidas carteiras.

Ao longo do ano de 2025 o Conselho contou com 16 empregados e 7 estagiários atuando para o bom desempenho da autarquia.

Quadro 9: Detalhamento das despesas de pessoal, diárias e passagens

Indicadores	2021	2022	2023	2024	2025
Pessoal	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63	3.749.574,19
Diárias	123.961,35	573.748,76	683.172,19	778.294,42	758.107,73
Passagens	103.330,03	685.448,37	774.274,07	685.791,68	784.760,19

4.5. Gestão de Licitações e Contratos

O setor de licitação é responsável por realizar as fases internas e externas de todas as licitações do Cofecon em suas diversas modalidades, garantindo economicidade para os cofres da Autarquia. Através de estudo dos objetos demandados aliados à devida observância legal, o setor de licitação se empenha em alcançar o melhor custo-benefício para atender plenamente às necessidades da entidade. Em 2025 houve proporcionalidade na quantidade de licitações em relação ao ano de 2024, uma vez que os prestadores contratados mantiveram interesse em aditar os contratos e, conseqüentemente, houve diversas renovações. Ademais, a maioria das necessidades do Cofecon puderam ser atendidas por meio de dispensas de licitação, uma vez que o aumento do limite de valor para dispensas de licitação foi atualizado pelo Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, atualizou o valor do art. 75, II para R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil e quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

A Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2025, publicada no DOU nº 9, de 14 de janeiro de 2026, Seção 2, Página 67, designou as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto, Danielle Costa Barbosa Giroto e Lilian de Souza Barbosa como Pregoeiras Oficiais do Cofecon, para a condução e realização dos processos licitatórios na modalidade Pregão, bem como designou como Equipe de Apoio os empregados Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa, Rielisson Barbosa de Moura, Jane Lopes da Silva, Edna Barroso Machado e Danielle Costa Barbosa Giroto. Designou, ainda, as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa e Danielle Costa Barbosa Giroto, para a condução dos procedimentos relativos às Dispensas Eletrônicas, por meio do Sistema de Dispensa

Eletrônica - ferramenta informatizada integrada do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet 4.0), disponibilizada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

Dentre os processos licitatórios de 2025, destacam-se as contratações relativas a empresa responsável por passagens aéreas e, principalmente, a contratação relativa ao sistema contábil.

Ao longo de 2025, foram realizados dois Pregões Eletrônicos, 54 dispensas e 4 inexigibilidades de licitação, que visaram estabelecer a continuidade dos trabalhos rotineiros, assim como atender às novas demandas decorrentes da atuação da Autarquia. Ressalte-se que o ano de 2025 marca o terceiro ano relativo à transição do antigo diploma legal de licitação para a adoção efetiva da Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o que tem demandado estudos específicos quanto à forma de contratação das novas demandas e as suas respectivas adequações à lei e alterações dela derivadas.

4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A Comissão Permanente de Controle Patrimonial do Cofecon foi criada pela Portaria nº 23, de 27 de maio de 2023 e é composta pelos empregados: Ana Claudia Ramos Pinto, Edna Barroso Machado, Danielle Costa Barbosa Giroto e Rielisson Barbosa de Moura.

A comissão instituída tem como atribuições elaborar a proposta de manual de controle patrimonial de acordo com as regras aplicadas ao setor público; reavaliar os valores dos bens móveis e imóveis; verificar e relacionar os bens inservíveis, ociosos ou inúteis para baixa; e efetuar a nova numeração dos bens móveis e imóveis.

4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2025, o Setor de Tecnologia da Informação do Cofecon, composto por 3 empregados e 2 estagiários, realizou 650 atendimentos internos, bem como promoveu avanços significativos na modernização, segurança e eficiência dos sistemas internos. As ações realizadas em 2025 contribuíram para o aumento da resiliência da infraestrutura, melhoria da segurança da informação, maior controle operacional da TI, modernização da infraestrutura e apoio direto às áreas finalísticas do Conselho.

Governança e Gestão Operacional de TI

Estruturação de rotinas operacionais no GLPI

Foi realizada a criação de rotinas operacionais registradas no GLPI, com o objetivo de garantir a execução de atividades periódicas essenciais para a manutenção da saúde do ambiente de TI.

Entre as rotinas definidas estão: verificação diária de backups; monitoramento da integridade dos serviços; análise de alertas de infraestrutura e acompanhamento de chamados automáticos gerados por sistemas de monitoramento.

Essa iniciativa permitiu maior controle operacional, rastreabilidade das atividades e padronização dos processos da equipe de TI.

Segurança da Informação e Continuidade de Serviços

Implantação de solução de backup com replicação em nuvem

Foi implementada uma nova solução de backup corporativo com replicação em nuvem, visando aumentar a segurança e a capacidade de recuperação de dados. O projeto envolveu: instalação e configuração da solução de backup; criação de rotinas de verificação diária de backups;

monitoramento da integridade dos dados; testes de restauração e replicação segura para ambiente em nuvem. Essa solução fortalece a estratégia de recuperação de desastres (Disaster Recovery) do Conselho.

Criação de ambiente de replicação do SEI para nuvem

Foi desenvolvido um projeto de replicação dos servidores do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para a nuvem Microsoft Azure, com o objetivo de garantir alta disponibilidade e continuidade de operação.

O trabalho envolveu: estruturação de infraestrutura em nuvem; replicação de servidores e planejamento de arquitetura para funcionamento do sistema SEI no ambiente cloud

Apesar da viabilidade técnica comprovada, o projeto não foi mantido em produção devido ao custo elevado para operação simultânea dos ambientes on-premises e cloud.

Compliance da solução de antivírus corporativo

Foi realizado um processo de regularização e padronização do antivírus corporativo, garantindo que todas as estações do Conselho: possuam antivírus ativo, estejam atualizadas e respondam corretamente ao console de gerenciamento Bitdefender EPO. Essa ação aumentou significativamente o controle de segurança dos endpoints da organização.

Monitoramento e Observabilidade da Infraestrutura

Implantação do sistema de monitoramento Zabbix

Foi implantado o Zabbix como plataforma central de monitoramento da infraestrutura de TI. O sistema realiza monitoramento de servidores e de links de internet, verificação de disponibilidade de serviços, geração automática de alertas, envio de notificações por e-mail e abertura automática de chamados no GLPI em caso de incidentes. Essa solução trouxe maior proatividade na identificação de problemas e redução do tempo de resposta da equipe de TI.

Modernização e Organização da Infraestrutura de Rede

Padronização de VLANs no CPD

Foi realizada a padronização das VLANs nos quatro switches do CPD, garantindo que todos possuam a mesma configuração lógica. Benefícios da iniciativa: maior redundância, possibilidade de continuidade de operação em caso de falha de equipamentos e simplificação da administração da rede.

Padronização de redes virtuais no ambiente de virtualização

Foi feita a organização e padronização das redes virtuais dos hosts físicos e das máquinas virtuais, com a criação de Port Groups específicos para cada VLAN. Essa estrutura melhora organização da infraestrutura virtual, segurança entre redes e facilidade de gerenciamento.

Implementação de redundância de links de internet

Foi implementado um link adicional de internet no firewall de borda, possibilitando operação em caso de indisponibilidade do link principal. Também foram realizadas: configurações de IPs públicos adicionais, redirecionamentos de serviços e estratégias de contingência para manter a disponibilidade dos serviços externos.

Organização da Infraestrutura Física do CPD

Reorganização elétrica do CPD

Foi realizada uma reorganização da alimentação elétrica do CPD, com a separação de servidores e racks em diferentes nobreaks, visando: maior segurança operacional, redução de riscos de indisponibilidade e melhor distribuição de carga elétrica.

Gestão do Parque Tecnológico

Levantamento completo do parque computacional

Foi realizado um inventário técnico completo dos equipamentos de TI, incluindo: estações de trabalho, notebooks e equipamentos de rede. Esse levantamento serviu de base para o planejamento de upgrades e aquisições previstas para 2026.

Identificação e padronização das estações de trabalho

Foi realizada a nomeação e padronização das máquinas do Conselho, garantindo que cada estação possua uma identificação clara. Isso permite: melhor controle de inventário, histórico de manutenção e facilidade na identificação de equipamentos em chamados técnicos.

Aquisição de periféricos e melhoria dos postos de trabalho

Foram adquiridos periféricos e equipamentos de apoio, como: Kits de teclado e mouse; cabos organizadores; ajustes na infraestrutura das mesas de trabalho. Com o objetivo de melhorar ergonomia, organização e qualidade do ambiente de trabalho dos colaboradores.

Disponibilização de notebooks para mobilidade

Foi realizada a disponibilização de notebooks para colaboradores que necessitam de mobilidade, permitindo maior flexibilidade nas atividades institucionais.

Capacitação e Desenvolvimento da Equipe

Criação de trilha de conhecimento para capacitação técnica

Foi estruturada uma trilha de conhecimento com aquisição de cursos especializados, com foco no desenvolvimento técnico da equipe de TI. A iniciativa busca atualização constante da equipe, aprimoramento técnico e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Apoio a Projetos Institucionais

Apoio ao projeto da Sala de Podcast

A equipe de TI participou do planejamento e implementação da infraestrutura tecnológica da sala de podcast, apoiando a área de comunicação em iniciativas de produção de conteúdo institucional.

Apoio contínuo à equipe de comunicação

Foi prestado suporte contínuo à equipe de comunicação em: infraestrutura de TI, gestão de acessos a ferramentas digitais e suporte a sites e plataformas utilizadas pela equipe.

Apoio ao projeto tecnológico do 5º andar

Foram executadas diversas atividades relacionadas ao ambiente tecnológico do 5º andar, incluindo: planejamento e implementação de rede wireless, estruturação de infraestrutura de rede, apoio ao projeto de câmeras e execução e manutenção da infraestrutura tecnológica.

Articulação Técnica Institucional

Mediação técnica com a equipe de TI do Corecon-SP

Foram realizadas mediações técnicas em demandas envolvendo o Corecon-SP, contribuindo para alinhamentos e resolução de questões técnicas entre as instituições.

Gestão da Infraestrutura Tecnológica

Durante o período, a área de TI manteve atuação contínua na gestão da saúde do ambiente tecnológico do Conselho, sendo responsável por: identificação de riscos e melhorias, tomada de decisões técnicas, planejamento e execução de ajustes na infraestrutura e garantia da continuidade dos serviços institucionais.

4.8. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia, conforme previsto na Lei nº 1.411/1951.

No exercício de 2025 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Quadro 10: Gestão de Custos

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com Pessoal e Encargos	3.059.562,69	36,57%
Benefícios a Pessoal	690.011,50	8,25%
Material de Consumo	19.183,07	0,23%
Serviços de Pessoas Físicas	877.347,88	10,49%
Outros Serviços e Encargos	3.190.324,79	38,13%
Transferências Correntes	497.990,94	5,95%
Despesas de Capital	32.003,62	0,38%
Total	8.366.424,49	100%

4.9. Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2025 a Autarquia continuou o processo de redução consciente do quantitativo de materiais impressos, sendo priorizada a tramitação eletrônica/digitalizada de documentos. Ao longo do ano, o Cofecon passou a implantar nos Conselhos Regionais de Economia o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4ª) e cedido a diversos órgãos.

O primeiro Regional a adotar a ferramenta foi o Corecon-RS, em abril. Ao longo do ano, ela também passou a ser usada no Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Pernambuco, Pará/Amapá, Maranhão, Piauí, Acre, Rondônia, Roraima, Bahia, Sergipe e São Paulo.

CAPÍTULO 5

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração



PROTAGONISMO, DIVERSIDADE
& DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
O economista no centro da agenda
nacional de desenvolvimento

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco B, 12º Andar, Ed. Palácio do Comércio - Bairro Asa Sul - Brasília - DF
CEP 70318-900 - www.cofecon.org.br

DECLARAÇÃO

Dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração

Os titulares da Secretaria-Executiva, responsáveis pelo planejamento, orçamento e administração, declaram, perante os órgãos de controle interno e externo, que todas as informações apresentadas estão alinhadas à estrutura conceitual exigida pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e pela Decisão Normativa TCU nº 198/2022.

As informações foram organizadas de modo a tornar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade.

Embora nem todos os itens previstos nas referidas normas sejam plenamente aplicáveis à realidade e à estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi elaborado de forma a atender aos princípios da publicidade e da transparência, facilitando sua compreensão tanto pelos órgãos de controle quanto pelos demais segmentos da sociedade.

Brasília-DF, data da assinatura digital.

Econ. Tania Cristina Teixeira
Presidenta do Cofecon

Econ. Aline Tales Ferreira
Superintendente do Cofecon



Documento assinado eletronicamente por **Aline Tales Ferreira**, Superintendente, em 27/02/2026, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Cristina Teixeira**, Presidenta, em 27/02/2026, às 20:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.cofecon.org/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0164017** e o código CRC **616763DD**.

5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes

Notas explicativas da Prestação de Contas do exercício de 2025

Informações e avaliações sobre os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de forma estão expressas nos demonstrativos contábeis e nas principais contas:

Comportamento das receitas no exercício de 2025 em relação ao exercício de 2024

Exercício	2024	2025
Receita prevista	7.916.000,00	8.440.175,00
Arrecadação	7.720.807,20	8.006.072,46
Saldo orçamentário	195.192,80	434.102,54

Comportamento das despesas no exercício de 2025 em relação ao exercício de 2024

Exercício	2024	2025
Despesa autorizada	7.916.000,00	8.440.175,00
Despesa realizada	7.720.807,20	8.366.424,49
Saldo orçamentário	195.192,80	73.750,51

Dos exames procedidos nas contas que integram o Balanço da Entidade destacamos as seguintes:

Receitas - Comportamento em 2025 em relação a 2024:

No exercício de 2024, o total das receitas realizadas foi de R\$ 7.720.807,20. Em 2025, esse montante alcançou R\$ 8.006.072,46, o que representa um acréscimo nominal de **R\$ 272.351,84, correspondente a um crescimento aproximado de 3,66%**.

Despesas - Comportamento em 2025 em relação a 2024:

As despesas realizadas em 2024 totalizaram R\$ 7.892.349,44. No exercício de 2025, esse valor aumentou para R\$ 8.366.424,49, indicando um acréscimo nominal **de R\$ 426.097,82, equivalente a um aumento percentual de aproximadamente 5,71%**.

Resultado Orçamentário do Exercício de 2025:

Considerando o total de receitas (R\$ 8.006.072,46) e de despesas (R\$ 8.366.424,49) no exercício de 2025, **apurou-se um déficit orçamentário de R\$ 171.542,24**.

Saldo Financeiro do Exercício de 2025:

O saldo financeiro disponível ao final do exercício de 2025 foi de **R\$ 2.515.215,28**.

Quadro 11: Variação receitas e despesas do Cofecon

	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Total	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36	7.720.807,20	308.893,18
Despesas Correntes	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62	7.774.713,85	19.183,07
1. Pessoal e encargos	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27	3.746.540,63	88.210,58
2. Manutenção da Sede	-	138.507,95	226.668,79	615.644,19	956.514,60
3. Material de Consumo	40.004,41	62.629,16	36.539,66	28.486,09	13.409,08
4. Telefonia, Internet e Correios	95.278,08	88.357,31	61.677,34	59.351,94	758.107,73
5. Manutenção Programas Informática	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23	1.020.817,93	784.760,19
6. Despesas bancárias	3.367,86	4.802,64	45.003,13	12.427,63	297.357,10
7. Diárias	123.961,35	581.752,87	683.172,19	778.294,42	-
8. Passagens aéreas	103.330,03	604.278,71	774.274,07	685.791,68	163.799,02
9. Serviço Gráfico e Publicidade	24.145,82	222.867,15	261.256,28	130.293,25	43.500,00
10. Assessoria Parlamentar	-	-	-	-	454.490,94
11. Despesas com Sessões Plenárias	14.083,90	92.280,34	163.578,41	145.212,70	230.127,38

	2021	2022	2023	2024	2025
12. Premiações	72.236,80	202.815,00	32.500,00	43.500,00	160.677,68
13. Transferências para os Regionais	147.921,16	336.270,07	318.325,66	378.403,98	305.816,13
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	122.415,50	166.800,00	18.215,00	35.000,00	32.003,62
15. Impressão de Carteira profissional	85.947,35	93.448,36	67.424,08	82.000,43	-
16. Outras despesas	8.932,00	28.367,94	129.504,51	12.948,98	32.003,62
Despesas de capital	5.859,76	8.173,96	24.869,10	117.635,59	8.366.424,49
17. Obras e Instalações	-	2.800,00	-	6.980,00	-360.352,03
18. Equipamento material permanente	-	8.173,96	24.869,10	110.655,59	-338.278,46
Despesas Total	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72	7.892.349,44	2.176.937,12
Saldo Orçamentário Final	435.505,14	-9.191,03	-2.665,36	-171.542,24	308.893,18
Resultado Extra Orçamentário	152.556,43	-15.748,66	38.498,42	23.498,70	19.183,07
Saldo Financeiro	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82	2.515.215,58	88.210,58

5.3. Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2025		Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	Receitas Correntes Previstas	7.730.000,00	8.440.175,00	8.006.072,46	434.102,54
6.2.1.1	Contribuições	6.570.000,00	7.190.175,00	6.461.371,84	728.803,16
6.2.1.3	Financeiras	330.000,00	420.000,00	456.707,47	-36.707,47
6.2.1.9	Outras receitas correntes	830.000,00	830.000,00	1.087.993,15	-257.993,15
	Total das receitas:	7.730.000,00	8.440.175,00	8.006.072,46	434.102,54
	Déficit			395.319,48	
	Total geral:			8.401.391,94	

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	Despesas correntes	7.430.000,00	8.407.675,00	8.369.388,32	8.330.980,69	38.286,68
6.3.1.1	Pessoal e encargos	3.780.000,00	3.799.410,00	3.781.089,09	3.749.574,19	18.320,91
6.3.1.3	Uso de bens e serviços	3.320.000,00	4.097.215,00	4.090.308,29	4.083.415,56	6.906,71
6.3.1.5	Transferências correntes	330.000,00	511.050,00	497.990,94	497.990,94	13.059,06
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	300.000,00	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
6.3.2.1	Investimentos	300.000,00	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
	Total das despesas:	7.730.000,00	8.440.175,00	8.401.391,94	8.362.984,31	38.783,06
	Total geral:			8.401.391,94		

5.4. Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2025		Período: 01/01/2025 até 31/12/2025	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	
1	Ativo	4.283.063,00	
1.1	Ativo circulante	2.321.645,55	
1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.180.386,50	
1.1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.180.386,50	
1.1.3	Demais créditos e valores de curto prazo	141.259,05	
1.1.3.1	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	89.954,90	
1.1.3.4	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	
1.1.3.6	Outros créditos e valores de curto prazo a receber	8.708,76	

Ano do Exercício: 2025		Período: 01/01/2025 até 31/12/2025	
Número Conta	Descrição	Valor Atual	
1.2	Ativo não-circulante	10,00	
1.2.2	Investimentos, imobilizado e intangível	1.961.417,45	
1.2.2.2	Imobilizado	1.961.417,45	
2	Passivo e patrimônio líquido	1.961.417,45	
2.1	Passivo circulante	4.283.063,00	
2.1.1	Obrigações trabalhistas e previdenciárias a pagar	259.144,01	
2.1.1.1	Pessoal a pagar	-5.138,57	
2.1.1.2	Encargos sociais a pagar	-5.138,57	
2.1.2	Obrigações de curto prazo	0,00	
2.1.2.1	Obrigações de curto prazo	264.282,58	
2.3	Patrimônio líquido	264.282,58	
2.3.1	Patrimônio líquido	4.023.918,99	
2.3.1.1	Patrimônio líquido	4.023.918,99	

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
Ativo financeiro	2.321.645,55	Passivo financeiro	259.144,01
Ativo permanente	1.961.417,45	Passivo permanente	0,00
Saldo patrimonial			4.023.918,99

Compensações			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro			
Superávit Financeiro			Valor Atual
			2.062.501,54

5.5. Balanço Financeiro

Ano do Exercício: 2025		Período: 01/01/2025 até 31/12/2025	
Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
Receita orçamentaria	8.006.072,46	Despesa orçamentaria	8.362.984,31
Receitas correntes realizada	8.006.072,46	Despesas correntes liquidadas	8.330.980,69
Receitas de capital realizadas	0,00	Despesas de capital liquidadas	32.003,62
Receita extra-orçamentária	9.602.389,42	Despesa extra-orçamentária	9.580.306,35
Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	290.214,32	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	301.868,32
Pessoal a pagar	2.385.025,92	Pessoal a pagar	2.385.458,07
Encargos sociais a pagar	693.901,93	Encargos sociais a pagar	757.405,69
Obrigações de curto prazo	6.233.247,25	Obrigações de curto prazo	6.135.574,27
Disponível do exercício anterior	2.515.215,28	Disponível para o exercício seguinte	2.180.386,50
Total geral	20.123.677,16	Total geral	20.123.677,16

5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2024/2025

Ano do Exercício: 2025				Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Val. Anterior
1	Ativo	4.283.063,00	4.574.224,16	2	Passivo e patrimônio líquido	4.283.063,00	4.574.224,16
1.1	Ativo circulante	2.321.645,55	2.644.810,33	2.1	Passivo circulante	259.144,01	225.406,94
1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.180.386,50	2.515.215,28	2.1.1	Obrigações trabalhistas e previdenciárias a pagar	-5.138,57	58.797,34
1.1.1.1	Caixa e equivalentes de caixa	2.180.386,50	2.515.215,28	2.1.1.1	Pessoal a pagar	-5.138,57	-4.706,42
1.1.1.1.01	Caixa	0,00	0,00	2.1.1.1.01	Pessoal a pagar	-5.138,57	-4.706,42
1.1.1.1.02	Fundo fixo de caixa	0,00	0,00	2.1.1.2	Encargos sociais a pagar	0,00	63.503,76

Ano do Exercício: 2025				Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Nº Conta	Descrição	Valor Atual	Val. Anterior
1.1.1.1.03	Bancos conta movimento	14.611,75	11.135,89	2.1.1.2.01	Encargos sociais a pagar	0,00	63.503,76
1.1.1.1.04	Bancos conta arrecadação	32.414,57	14.032,76	2.1.2	Obrigações de curto prazo	264.282,58	166.609,60
1.1.1.1.05	Disponível vinculado em c/c bancária	2.133.360,18	2.490.046,63	2.1.2.1	Obrigações de curto prazo	264.282,58	166.609,60
1.1.1.1.06	Disponível vinculado em c/c bancária	0,00	0,00	2.1.2.1.01	Obrigações fiscais de curto prazo	12.803,85	31.886,99
1.1.1.1.07	Responsável por suprimento	0,00	0,00	2.1.2.1.02	Depósitos consignáveis	95.731,76	94.730,43
1.1.2	Créditos de curto prazo	0,00	0,00	2.1.2.1.03	Fornecedores/prestadores de serviços	155.746,97	39.992,18
1.1.3	Demais créditos e valores de curto prazo	141.259,05	129.595,05	2.1.3.2.01	Transferências legais	0,00	0,00
1.1.3.1	Adiantamentos concedidos a pessoal e a terceiros	89.954,90	78.300,90	2.1.3.3	Valores em trânsito	0,00	0,00
1.1.3.1.01	Adiantamentos a pessoal	68.703,98	57.049,98	2.1.3.3.01	Valores em trânsito	0,00	0,00
1.1.3.1.02	Devedores da entidade	21.250,92	21.250,92	2.1.3.4	Outras obrigações	0,00	0,00
1.1.3.4	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	42.585,39	2.1.4.2.01	Provisões trabalhistas (p)	0,00	0,00
1.1.3.4.01	Créditos por danos ao patrimônio	42.585,39	42.585,39	2.1.5	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
1.1.3.6	Outros créditos e valores de curto prazo a receber	8.708,76	8.708,76	2.1.5.2	Empréstimos concedidos	0,00	0,00
1.1.3.6.03	Despesas a regularizar	8.708,76	8.708,76	2.1.5.3.01	Empréstimos a pagar	0,00	0,00
1.2	Ativo não-circulante	1.961.417,45	1.929.413,83	2.2	Passivo não-circulante	0,00	0,00
1.2.2	Investimentos, imobilizado e intangível	1.961.417,45	1.929.413,83				
1.2.2.2	Imobilizado	1.961.417,45	1.929.413,83				
1.2.2.2.01	Bens móveis	925.053,36	893.049,74				
1.2.2.2.02	Bens imóveis	1.029.384,09	1.029.384,09				
1.2.2.2.03	Depreciação acumulada (-)	6.980,00	6.980,00				
				2.3	Patrimônio líquido	4.023.918,99	4.348.817,22
				2.3.1	Patrimônio líquido	4.023.918,99	4.348.817,22
				2.3.1.1	Patrimônio líquido	4.023.918,99	4.348.817,22
				2.3.1.1.01	Patrimônio social	4.023.918,99	4.348.817,22
				2.3.1.1.01.01	Resultados acumulados	4.023.918,99	4.348.817,22
				2.3.1.1.01.01.001	Do exercício	-324.898,23	0,00
				2.3.1.1.01.01.002	De exercícios anteriores	4.348.817,22	4.348.817,22

Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
Ativo financeiro	2.321.645,55	2.644.810,33	Passivo financeiro	259.144,01	225.406,94
Ativo permanente	1.961.417,45	1.929.413,83	Passivo permanente	0,00	0,00
Saldo patrimonial				4.023.918,99	4.348.817,22

Comparações					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
Controles credores	0,00	0,00	Controles credores	0,00	0,00
Execução dos atos potenciais	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais	0,00	0,00
Atos potenciais ativos	0,00	0,00	Atos potenciais passivos	0,00	0,00
Atos potenciais ativos a executar	0,00	0,00	Atos potenciais passivos a executar	0,00	0,00
Empréstimos obtidos a executar	0,00	0,00	Empréstimos concedidos a executar	0,00	0,00
Execução de responsabilidades de terceiros por valores, títulos e bens	0,00	0,00	Obrigações conveniadas a executar	0,00	0,00

Comparações					
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
Direitos contratuais a executar	0,00	0,00	Obrigações contratuais a executar	0,00	0,00
Direitos em comodatos a executar	0,00	0,00	Obrigações em comodatos a executar	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos a executar	0,00	0,00	Outros atos potenciais passivos a executar	0,00	0,00
Atos potenciais ativos executados	0,00	0,00	Atos potenciais passivos executados	0,00	0,00
Empréstimos obtidos executados	0,00	0,00	Empréstimos concedidos executados	0,00	0,00
Direitos conveniados executados	0,00	0,00			
Direitos contratuais executados	0,00	0,00	Obrigações contratuais executadas	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos executados	0,00	0,00			

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro		
	Valor Atual	Valor Anterior
Superávit Financeiro	2.062.501,54	2.419.403,39

5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2025

Ano do Exercício: 2025			Período: 01/01/2025 até 31/12/2025		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	Receitas Correntes Previstas	8.440.175,00	8.006.072,46	8.006.072,46	434.102,54
6.2.1.1	Contribuições	7.190.175,00	6.461.371,84	6.461.371,84	728.803,16
6.2.1.1.02	Cota Parte	7.190.175,00	6.461.371,84	6.461.371,84	728.803,16
6.2.1.1.02.01	Cota Parte	7.190.175,00	6.461.371,84	6.461.371,84	728.803,16
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.500.000,00	1.020.912,67	1.020.912,67	479.087,33n
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	2.530.175,00	2.468.748,71	2.468.748,71	61.426,29
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	110.000,00	106.089,21	106.089,21	3.910,79
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	300.000,00	287.676,27	287.676,27	12.323,73
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	200.000,00	187.384,58	187.384,58	12.615,42
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	300.000,00	335.733,95	335.733,95	-35.733,95
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	175.000,00	159.006,06	159.006,06	15.993,94
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	125.000,00	94.575,47	94.575,47	30.424,53
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA/AP	155.000,00	156.716,87	156.716,87	-1.716,87
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	430.000,00	383.207,90	383.207,90	46.792,10
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	275.000,00	261.144,89	261.144,89	13.855,11
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	50.000,00	35.100,98	35.100,98	14.899,02
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	180.000,00	175.655,37	175.655,37	4.344,63
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	130.000,00	94.326,02	94.326,02	35.673,98
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	50.000,00	47.920,02	47.920,02	2.079,98
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	70.000,00	45.363,53	45.363,53	24.636,47
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	100.000,00	110.196,98	110.196,98	-10.196,98
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	120.000,00	128.455,61	128.455,61	-8.455,61
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	90.000,00	68.849,44	68.849,44	21.150,56
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	40.000,00	33.458,58	33.458,58	6.541,42
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	55.000,00	47.900,86	47.900,86	7.099,14
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	55.000,00	65.534,51	65.534,51	-10.534,51
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	20.000,00	21.464,39	21.464,39	-1.464,39
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	55.000,00	46.511,40	46.511,40	8.488,60
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	50.000,00	52.540,26	52.540,26	-2.540,26
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	25.000,00	26.897,31	26.897,31	-1.897,31
6.2.1.3	Financeiras	420.000,00	456.707,47	456.707,47	-36.707,47
6.2.1.3.05	Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	420.000,00	456.707,47	456.707,47	-36.707,47
6.2.1.3.05.01	Rendimentos de Aplicação	420.000,00	456.707,47	456.707,47	-36.707,47
6.2.1.3.05.01.002	Títulos de Renda Fixa	415.000,00	456.161,51	456.161,51	-41.161,51
6.2.1.3.05.01.003	Poupança	5.000,00	545,96	545,96	4.454,04
6.2.1.9	Outras Receitas Correntes	830.000,00	1.087.993,15	1.087.993,15	-257.993,15
6.2.1.9.09	Receitas Diversas	830.000,00	1.087.993,15	1.087.993,15	-257.993,15
6.2.1.9.09.01	Receitas Diversas	830.000,00	1.087.993,15	1.087.993,15	-257.993,15
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	830.000,00	1.087.993,15	1.087.993,15	-257.993,15
Total:		8.440.175,00	8.006.072,46	8.006.072,46	434.102,54

5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2024

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Variação
6.2.1	Receitas Correntes Previstas	7.916.000,00	7.720.807,20	7.720.807,20	195.192,80
6.2.1.1	Contribuições	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02	Cota Parte	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02.01	Cota Parte	6.756.000,00	6.269.380,89	6.269.380,89	486.619,11
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.540.000,00	1.011.678,82	1.011.678,82	528.321,18
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	2.116.000,00	2.260.646,61	2.260.646,61	-144.646,61
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	165.000,00	78.899,00	78.899,00	86.101,00
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	340.000,00	282.566,84	282.566,84	57.433,16
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	220.000,00	200.318,48	200.318,48	19.681,52
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	350.000,00	325.301,60	325.301,60	24.698,40
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	150.000,00	154.761,73	154.761,73	-4.761,73
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	100.000,00	114.541,06	114.541,06	-14.541,06
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	150.000,00	130.259,13	130.259,13	19.740,87
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	350.000,00	428.799,92	428.799,92	-78.799,92
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	300.000,00	270.474,06	270.474,06	29.525,94
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	45.000,00	40.391,79	40.391,79	4.608,21
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	150.000,00	201.675,76	201.675,76	-51.675,76
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	130.000,00	114.858,28	114.858,28	15.141,72
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	70.000,00	40.571,09	40.571,09	29.428,91
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	40.000,00	59.580,07	59.580,07	-19.580,07
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	80.000,00	104.142,81	104.142,81	-24.142,81
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	110.000,00	114.143,93	114.143,93	-4.143,93
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	70.000,00	79.835,76	79.835,76	-9.835,76
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	60.000,00	30.363,30	30.363,30	29.636,70
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	50.000,00	40.512,77	40.512,77	9.487,23
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	50.000,00	55.954,28	55.954,28	-5.954,28
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	20.000,00	16.192,26	16.192,26	3.807,74
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	40.000,00	51.904,71	51.904,71	-11.904,71
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	40.000,00	40.171,29	40.171,29	-171,29
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	20.000,00	20.835,54	20.835,54	-835,54
6.2.1.2	Exploração de Bens e Serviços	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01	Receita Patrimonial	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01.01	Receitas Imobiliárias	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.2.01.01.001	Aluguéis	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.2.1.3	Financeiras	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05	Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05.01	Rendimentos de Aplicação	300.000,00	363.778,37	363.778,37	-63.778,37
6.2.1.3.05.01.002	Títulos de Renda Fixa	295.000,00	363.340,38	363.340,38	-68.340,38
6.2.1.3.05.01.003	Poupança	5.000,00	437,99	437,99	4.562,01
6.2.1.9	Outras Receitas Correntes	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09	Receitas Diversas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09.01	Receitas Diversas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	800.000,00	1.087.647,94	1.087.647,94	-287.647,94
Total:		7.916.000,00	7.720.807,20	7.720.807,20	195.192,80

5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2025

Ano do Exercício: 2025			Período: 01/01/2025 até 31/12/2025		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Variação
6.3.1	Despesas Correntes	8.407.675,00	8.330.980,69	8.330.980,69	76.694,31
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	3.799.410,00	3.749.574,19	3.749.574,19	49.835,81
6.3.1.1.01	Pessoal e Encargos	3.799.410,00	3.749.574,19	3.749.574,19	49.835,81
6.3.1.1.01.01	Remuneração Pessoal	2.370.995,00	2.365.660,76	2.365.660,76	5.334,24
6.3.1.1.01.01.001	Salário	1.462.850,00	1.462.846,58	1.462.846,58	3,42
6.3.1.1.01.01.002	Função/Cargo Gratificado	462.380,00	458.117,80	458.117,80	4.262,20
6.3.1.1.01.01.004	13º Salário	189.165,00	188.161,76	188.161,76	1.003,24
6.3.1.1.01.01.006	Abono Pecuniário de Férias	256.600,00	259.685,33	259.685,33	0,67
6.3.1.1.01.02	Encargos Patronais	693.950,00	693.901,93	693.901,93	48,07
6.3.1.1.01.02.001	INSS Entidade	514.100,00	514.076,03	514.076,03	23,97
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	162.500,00	162.476,72	162.476,72	23,28
6.3.1.1.01.02.003	PIS sobre Folha de Pagamento	17.350,00	17.349,18	17.349,18	0,82
6.3.1.1.01.03	Benefícios a Pessoal	734.465,00	690.011,50	690.011,50	44.453,50
6.3.1.1.01.03.001	Auxílio Transporte/Alimentação e Creche	269.565,00	244.111,40	244.111,40	25.453,60

Ano do Exercício: 2025			Período: 01/01/2025 até 31/12/2025		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1.1.01.03.002	Serviço Médico e Odontológico	464.900,00	445.900,10	445.900,10	18.999,90
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	4.097.215,00	4.083.415,56	4.083.415,56	13.799,44
6.3.1.3.01	Material de Consumo	13.799,44	19.183,07	19.183,07	19.183,07
6.3.1.3.01.01	Material de Consumo	13.799,44	19.183,07	19.183,07	19.183,07
6.3.1.3.01.01.001	Materiais Expediente, Copa e Limpeza	13.799,44	19.183,07	19.183,07	19.183,07
6.3.1.3.03	Serviços de pessoas físicas	877.556,00	877.347,88	877.347,88	208,12
6.3.1.3.03.01	Serviços de pessoas físicas	119.250,00	119.240,15	119.240,15	9,85
6.3.1.3.03.01.004	Bolsa/estágio	119.250,00	119.240,15	119.240,15	9,85
6.3.1.3.03.03	Diárias	758.306,00	758.107,73	758.107,73	198,27
6.3.1.3.03.03.001	Diárias	758.306,00	758.107,73	758.107,73	198,27
6.3.1.3.04	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	3.199.359,00	3.186.884,61	3.186.884,61	12.474,39
6.3.1.3.04.01	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	3.199.359,00	3.186.884,61	3.186.884,61	12.474,39
6.3.1.3.04.01.001	Serviço de Transporte De Encomendas E Cargas	200,00	150,00	150,00	50,00
6.3.1.3.04.01.002	Serviço de passagens aérea, terrestre e transporte	786.920,00	784.760,19	784.760,19	2.159,81
6.3.1.3.04.01.005	Energia elétrica	47.800,00	47.743,84	47.743,84	56,16
6.3.1.3.04.01.006	Conservação e manutenção de bens móveis e imóveis	176.100,00	175.917,87	175.917,87	182,13
6.3.1.3.04.01.007	Serviço de impressão e publicação	267.420,00	267.417,10	267.417,10	2,90
6.3.1.3.04.01.014	Serviço de internet, site, domínio e telefone	70.720,00	69.320,58	69.320,58	1.399,42
6.3.1.3.04.01.015	Serviço de postagem	20.000,00	18.890,00	18.890,00	1.110,00
6.3.1.3.04.01.016	Taxa de condomínio	85.240,00	85.231,47	85.231,47	8,53
6.3.1.3.04.01.017	Seguro	2.400,00	2.316,91	2.316,91	83,09
6.3.1.3.04.01.021	Tarifa, taxa, pedagio e outro	11.100,00	11.092,17	11.092,17	7,83
6.3.1.3.04.01.023	Software (aluguel, manutenção e outro)	1.120.633,00	1.113.752,10	1.113.752,10	6.880,90
6.3.1.3.04.01.027	Despesas com sessão plenária e eventos	163.800,00	163.799,02	163.799,02	0,98
6.3.1.3.04.01.031	Despesas com eleição	230.636,00	230.127,38	230.127,38	508,62
6.3.1.3.04.01.043	Assessoria contábil	120.000,00	120.000,00	120.000,00	0,00
6.3.1.3.04.01.045	Despesas c/cartão corporativo	54.450,00	54.425,98	54.425,98	24,02
6.3.1.3.04.01.065	Assessoria de Imprensa	29.940,00	29.940,00	29.940,00	0,00
6.3.1.3.04.01.066	Serviço Administrativo Especializado	12.000,00	12.000,00	12.000,00	0,00
6.3.1.5	Transferências correntes	511.050,00	497.990,94	497.990,94	13.059,06
6.3.1.5.01	Transferências correntes	511.050,00	497.990,94	497.990,94	13.059,06
6.3.1.5.01.01	Transferências financeiras	511.050,00	497.990,94	497.990,94	13.059,06
6.3.1.5.01.01.001	Auxílio financeiro	378.450,00	366.698,94	366.698,94	11.751,06
6.3.1.5.01.01.002	Prêmio	44.000,00	43.500,00	43.500,00	500,00
6.3.1.5.01.01.011	Intervenção em Corecons	88.600,00	87.792,00	87.792,00	808,00
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
6.3.2.1	Investimentos	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
6.3.2.1.01	Investimentos	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
6.3.2.1.01.03	Equipamentos e materiais permanentes	32.500,00	32.003,62	32.003,62	496,38
6.3.2.1.01.03.001	Móveis e utensílios	6.000,00	5.984,99	5.984,99	15,01
6.3.2.1.01.03.002	Hardware e periféricos	26.500,00	26.018,63	26.018,63	481,37
Total:		8.440.175,00	8.362.984,31	8.362.984,31	77.190,69

5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2024

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1	Despesas Correntes	7.797.797,00	7.774.713,85	7.774.713,85	23.083,15
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	3.768.083,39	3.746.540,63	3.746.540,63	21.542,76
6.3.1.1.01	Pessoal e Encargos	3.768.083,39	3.746.540,63	3.746.540,63	21.542,76
6.3.1.1.01.01	Remuneração Pessoal	2.368.233,00	2.367.365,79	2.367.365,79	867,21
6.3.1.1.01.01.001	Salário	1.517.311,00	1.516.882,07	1.516.882,07	428,93
6.3.1.1.01.01.002	Função/Cargo Gratificado	404.186,00	403.783,66	403.783,66	402,34
6.3.1.1.01.01.004	13º Salário	187.050,00	187.014,73	187.014,73	35,27
6.3.1.1.01.01.006	Abono Pecuniário de Férias	259.686,00	259.685,33	259.685,33	0,67

Ano do Exercício: 2024			Período: 01/01/2024 até 31/12/2024		
Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1.1.01.02	Encargos Patronais	753.829,39	752.800,80	752.800,80	1.028,59
6.3.1.1.01.02.001	INSS Entidade	551.000,00	550.690,17	550.690,17	309,83
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	181.328,00	181.034,42	181.034,42	293,58
6.3.1.1.01.02.003	PIS sobre Folha de Pagamento	21.501,39	21.076,21	21.076,21	425,18
6.3.1.1.01.03	Benefícios a Pessoal	646.021,00	626.374,04	626.374,04	19.646,96
6.3.1.1.01.03.001	Auxílio Transporte/Alimentação e Creche	249.410,00	249.376,73	249.376,73	33,27
6.3.1.1.01.03.002	Serviço Médico e Odontológico	396.611,00	376.997,31	376.997,31	19.613,69
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	3.607.709,45	3.606.269,24	3.606.269,24	1.440,21
6.3.1.3.01	Material de Consumo	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.01.01	Material de Consumo	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.01.01.001	Materiais Expediente, Copa e Limpeza	28.500,00	28.486,09	28.486,09	13,91
6.3.1.3.03	Serviços de pessoas físicas	867.722,00	867.304,51	867.304,51	417,49
6.3.1.3.03.01	Serviços de pessoas físicas	89.427,00	89.010,09	89.010,09	416,91
6.3.1.3.03.01.001	Remuneração de serviços pessoais	700,00	500,00	500,00	200,00
6.3.1.3.03.01.004	Bolsa/estágio	88.727,00	88.510,09	88.510,09	216,91
6.3.1.3.03.03	Diárias	778.295,00	778.294,42	778.294,42	0,58
6.3.1.3.03.03.001	Diárias	778.295,00	778.294,42	778.294,42	0,58
6.3.1.3.04	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.711.487,45	2.710.478,64	2.710.478,64	1.008,81
6.3.1.3.04.01	Outros serviços e encargos - pessoas jurídicas	2.711.487,45	2.710.478,64	2.710.478,64	1.008,81
6.3.1.3.04.01.002	Serviço de passagens aérea, terrestre e transporte	685.800,00	685.791,68	685.791,68	8,32
6.3.1.3.04.01.005	Energia elétrica	54.590,00	54.586,56	54.586,56	3,44
6.3.1.3.04.01.006	Conservação e manutenção de bens móveis e imóveis	218.105,84	217.980,20	217.980,20	125,64
6.3.1.3.04.01.007	Serviço de impressão e publicação	212.300,00	212.293,68	212.293,68	6,32
6.3.1.3.04.01.014	Serviço de internet, site, domínio e telefone	36.100,00	36.048,77	36.048,77	51,23
6.3.1.3.04.01.015	Serviço de postagem	23.500,00	23.303,17	23.303,17	196,83
6.3.1.3.04.01.016	Taxa de condomínio	76.767,61	76.605,72	76.605,72	161,89
6.3.1.3.04.01.017	Seguro	2.689,00	2.575,60	2.575,60	113,40
6.3.1.3.04.01.021	Tarifa, taxa, pedágio e outro	12.552,00	12.427,63	12.427,63	124,37
6.3.1.3.04.01.023	Software (aluguel, manutenção e outro)	1.020.907,00	1.020.817,93	1.020.817,93	89,07
6.3.1.3.04.01.027	Despesas com sessão plenária e eventos	145.273,00	145.212,70	145.212,70	60,30
6.3.1.3.04.01.031	Despesas com eleição	35.015,00	35.000,00	35.000,00	15,00
6.3.1.3.04.01.043	Assessoria contábil	98.065,00	98.064,52	98.064,52	0,48
6.3.1.3.04.01.045	Despesas c/cartão corporativo	76.823,00	76.821,50	76.821,50	1,50
6.3.1.3.04.01.047	Cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional	13.000,00	12.948,98	12.948,98	51,02
6.3.1.5	Transferências correntes	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01	Transferências correntes	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01.01	Transferências financeiras	422.004,16	421.903,98	421.903,98	100,18
6.3.1.5.01.01.001	Auxílio financeiro	378.404,16	378.403,98	378.403,98	0,18
6.3.1.5.01.01.002	Prêmio	43.600,00	43.500,00	43.500,00	100,00
6.3.2	Despesas de capital crédito disponível	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1	Investimentos	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1.01	Investimentos	118.203,00	117.635,59	117.635,59	567,41
6.3.2.1.01.01	Obras, instalações	7.000,00	6.980,00	6.980,00	20,00
6.3.2.1.01.01.002	Benfeitorias	7.000,00	6.980,00	6.980,00	20,00
6.3.2.1.01.03	Equipamentos e materiais permanentes	111.203,00	110.655,59	110.655,59	547,41
6.3.2.1.01.03.001	Moveis e utensílios	54.000,00	53.749,64	53.749,64	250,36
6.3.2.1.01.03.002	Hardware e periféricos	57.203,00	56.905,95	56.905,95	297,05
Total:		7.916.000,00	7.892.349,44	7.892.349,44	23.650,56

5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2025				Período: 01/01/2025 até 31/12/2025			
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	Variação patrimonial aumentativa	8.006.072,46	7.720.807,20	3	Variação patrimonial diminutiva	8.330.970,69	7.774.713,85
4.1	Contribuições	6.461.371,84	6.269.474,28	3.1	Pessoal e encargos	3.284.308,93	3.342.436,71
4.1.1	Contribuições	6.461.371,84	6.269.474,28	3.1.1	Pessoal e encargos	3.284.308,93	3.342.436,71
4.1.1.1	Contribuições	6.461.371,84	6.269.474,28	3.1.1.1	Pessoal e encargos	3.284.308,93	3.342.436,71
4.2	Exploração de bens e serviços	1.087.993,15	1.087.554,55	3.2	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.2.1	Exploração de bens e serviços	1.087.993,15	1.087.554,55	3.2.1	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.2.1.1	Exploração de bens e serviços	1.087.993,15	1.087.554,55	3.2.1.1	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
4.3	Financeiras	456.707,47	363.778,37	3.3	Uso de bens e serviços	4.636.462,82	4.010.373,16
4.3.1	Financeiras	456.707,47	363.778,37	3.3.1	Uso de bens e serviços	4.636.462,82	4.010.373,16
4.3.1.1	Financeiras	456.707,47	363.778,37	3.3.1.1	Uso de bens e serviços	4.636.462,82	4.010.373,16
4.4	Transferências	0,00	0,00	3.4	Financeiras	0,00	0,00
4.4.1	Transferências	0,00	0,00	3.4.1	Financeiras	0,00	0,00
4.4.1.1	Transferências	0,00	0,00	3.4.1.1	Financeiras	0,00	0,00
4.5	Valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5	Transferências	410.198,94	421.903,98
4.5.1	valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5.1	Transferências	410.198,94	421.903,98
4.5.1.1	Valorização e ganhos com ativos	0,00	0,00	3.5.1.1	Transferências	410.198,94	421.903,98
				3.6.1	Tributárias contributivas e	0,00	0,00
				3.6.1.1	Tributárias contributivas e	0,00	0,00
				3.7	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
				3.7.1	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
				3.7.1.1	Desvalorização e perda de ativos	0,00	0,00
4.9	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	0,00	3.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
4.9.1	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	0,00	3.9.1	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
4.9.1.1	Outras variações patrimoniais aumentativas	0,00	0,00	3.9.1.1	Outras variações patrimoniais diminutivas	0,00	0,00
	Déficit	-324.898,23	-53.906,65				
Total:		8.330.970,69					

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
Investimentos	32.003,62	117.635,59	Alienações de bens	0,00	0,00
Investimentos	32.003,62	117.635,59	Alienações de bens móveis	0,00	0,00
Concessão de empréstimos	0,00	0,00	Alienações de bens imóveis	0,00	0,00
Aquisição de imóveis	0,00	0,00	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00			
Inversões financeiras	0,00	0,00			

Incorporação de passivos			Desincorporação de passivos		
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
Operações de crédito internas	0,00	0,00	Amortizações de empréstimos	0,00	0,00
Operações de crédito internas	0,00	0,00	Amortizações de empréstimos	0,00	0,00

5.12. Declaração do Contador



PROTAGONISMO, DIVERSIDADE
& DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
O economista no centro da agenda
nacional de desenvolvimento

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco B, 12º Andar, Ed. Palácio do Comércio - Bairro Asa Sul - Brasília - DF
CEP 70318-900 - www.cofecon.org.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2025.

A metodologia adotada pelo Conselho Federal de Economia é a prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, *data da assinatura digital.*

Daniel dos Passos Soares

CPF: 031.878.331-28

CRC: DF 030110/O-2

CAPÍTULO 6

6. FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Em atenção ao estabelecido na Decisão Normativa - TCU Nº 216, de 26 de março de 2025, foram levantados as informações agregadas abrangendo todos os conselhos regionais integrantes do sistema Cofecon/Corecons, de modo a evidenciar suas contribuições para a consecução dos objetivos do sistema e demonstrar a boa e regular aplicação dos recursos auferidos, contemplando:

- “I - Número de profissionais e empresas com registro ativo;
- II - Número total de fiscalizações realizadas, indicando o quantitativo daquelas decorrentes de planos de fiscalização e de denúncias;
- III - valor efetivamente gasto com atividades de fiscalização do exercício profissional e resultados obtidos;
- IV - Número total de profissionais fiscalizados, indicando o quantitativo de pessoas físicas e pessoas jurídicas, se for o caso;
- V - Número total de autos de infração;
- VI - Número total de denúncias (ou notificações semelhantes) recebidas;
- VII - Número de processos instaurados e julgados, consolidando as sanções aplicadas (censuras, advertências, multas, suspensões e cancelamentos de registro, entre outras);
- VIII - Indicadores, estatísticas e resultados das ações e dos projetos realizados.”

Corecons	I	II			III		IV		V		VI	VII	VIII
		Fiscalizados	Denúncia	Plano de fiscalização	Valor da fiscalização	Resultado obtido	PF	PJ	PF	PJ			
01-RJ	9257	126	1	125	R\$ 518.389,52	R\$ 33.817,52	68	58	50	62	1	0	-
02-SP	11599	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03-PE	1364	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04-RS	3604	9	8	1			9	0	1	0	8	0	-
05-BA	1080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06-PR	3157	42	-	-	359.888,83	-	20	22	21	-	0	5	-
07-SC	1598	28	3		147547,36	-	20	5	0	0	3	0	-
08-CE	1118	42	0	12	124879,36	-	11	1	0	0	0	0	-
09-PA/AP	690	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10-MG	3179	84	1	83	-	-	70	13	70	13	0	-	-
11-DF	1947	2											-
12-AL	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13-AM/RR	1769	73	-	-	-	-	73	-	-	0	-	-	-
14-MT	1097	97	0	97		139.562,21	1097		1097	0	-	-	-
15-MA	626	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
16-SE	276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17-ES	914	14	1	3	44.796,00	-	10		1		1	0	-
18-GO	1083	38	2	38	22.094,00	-	39	1	0	0	2	60	-
19-RN	469	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20-MS	263	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21-PB	346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22-PI	265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23-AC	210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24-RO	350	68	0	68	0,00	0,00	18	50	18	50	0	0	-
25-TO	292	0	0	0	-	-	0	0	0	0	0	0	-

Nota oficial: Em defesa do IBGE
01 de fevereiro de 2025

Nos últimos dias o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem recebido inúmeras críticas que colocam em risco a credibilidade do órgão. São críticas absolutamente infundadas a uma das instituições públicas mais respeitadas do País, com quase 90 anos de serviços prestados.

As críticas, por um lado, abordam questões relacionadas à gestão do órgão, como o modelo de trabalho (presencial ou virtual) e a localização da sede. Por outro lado, também tratam da proposta de criação da Fundação IBGE+, que foi retirada de pauta para que haja uma discussão mais aprofundada com o corpo funcional e outros segmentos da sociedade brasileira.

Observa-se, entretanto, uma intensificação dos ataques à direção do órgão e ao corpo funcional, inclusive com acusações sem qualquer comprovação que visam desqualificar a credibilidade dos estudos e pesquisas realizados pelo IBGE. Consequentemente, tais ataques desautorizam e desqualificam os economistas e gestores responsáveis por esta instituição que ao longo de sua história presta serviços incontestáveis à sociedade brasileira.

Diante do exposto, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) solidariza-se com a instituição e apoia integralmente os economistas que exercem a profissão e que têm sido alvo de ataques, inclusive de entidades internacionais, com o intuito de desqualificar o IBGE.

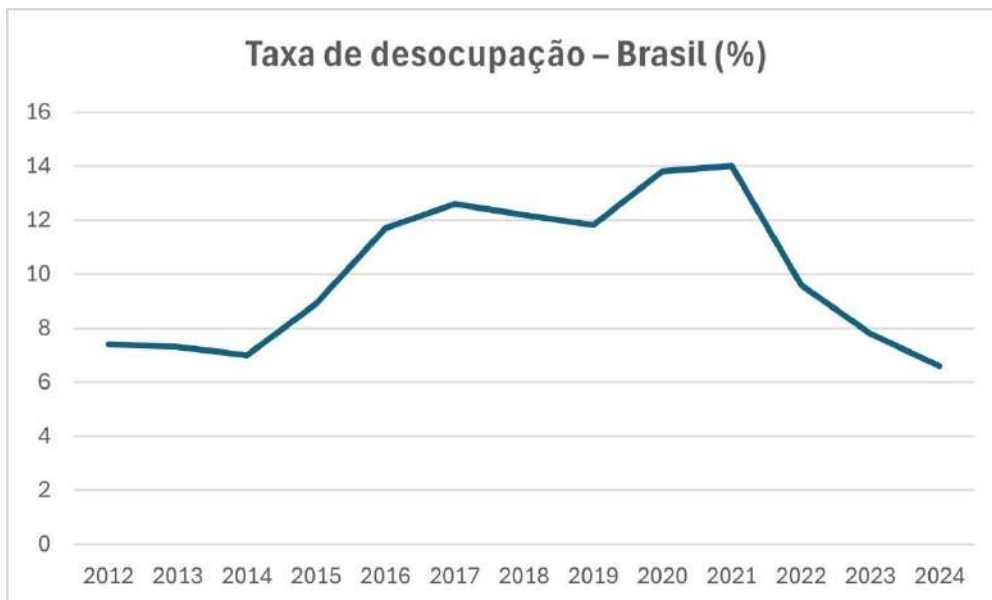
Conselho Federal de Economia

Nota oficial Queda das taxas de juros para manter o crescimento
24 de fevereiro de 2025

A busca pelo desenvolvimento sustentável, econômico, social e ambiental é um objetivo crucial para a nação brasileira, especialmente tendo em vista a desigualdade de renda e riqueza prevalente, apesar dos avanços conquistados nos últimos dois anos na redução dos níveis de pobreza e de insegurança alimentar, por exemplo.

O crescimento da economia, condição indispensável para o desenvolvimento, é algo a ser igualmente preservado. O nível de atividade vinha se comportando acima das previsões do “mercado”. A preocupação é que a atividade econômica já registra forte desaceleração, risco de recessão e suas consequências.

O emprego tem reagido favoravelmente. O Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) registra que o país gerou saldo positivo de 3,1 milhões de empregos com carteira assinada em 2023/24. A taxa de desocupação, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 6,6% da População Economicamente Ativa (PEA) – a menor de sua história.



As consequências de uma Selic elevada são mais que conhecidas: encarecimento do crédito às empresas e redução do investimento produtivo; encarecimento do crédito às pessoas e redução do consumo; agravamento do endividamento das famílias; queda na geração de empregos; redução do crescimento do PIB; aumento dos gastos com juros da dívida pública para mais de R\$ 1 trilhão em 2025; e, conseqüentemente, aumento da relação dívida/PIB.

Em 19 de março ocorrerá nova reunião do Copom e há a sinalização de novo aumento da Selic para, 14,25%, o que deve ser evitado, dadas as consequências já apontadas, e considerando as condições da economia brasileira e a estreiteza do centro da meta de inflação (3% ao ano). O Banco Central do Brasil (BCB) deve adotar medidas para a redução da taxa básica de juros (Selic), a qual tem permanecido recorrentemente dentre as mais elevadas do mundo, em termos reais.



Torna-se igualmente fundamental que as entidades empresariais da indústria, da construção civil e do comércio e as organizações democráticas da sociedade brasileira façam parte das consultas e interação que o BCB mantém com o sistema financeiro. É preciso democratizar as decisões da política monetária, especialmente da definição das taxas de juros, para garantir o desenvolvimento social inclusivo.

Nota Oficial – Em defesa da ministra Marina Silva e das mulheres na política 31 de maio de 2025

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) manifesta sua irrestrita solidariedade à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, diante dos ataques e do tratamento desrespeitoso e misógino sofrido durante audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado, no dia 27 de maio.

A ministra foi reiteradamente interrompida, deslegitimada e tratada de maneira ofensiva por parlamentares, numa tentativa de constranger e silenciar uma mulher que ocupa um dos mais importantes espaços de decisão do governo brasileiro, historicamente negado às mulheres, e foi desrespeitada na condição de ministra e de mulher.

Em tempos de emergência climática global, é inaceitável que vozes comprometidas com a justiça ambiental e com o futuro das próximas gerações sofram tentativa de silenciamento. Do ponto de vista estritamente econômico, o desenvolvimento exige responsabilidade, planejamento e respeito às instituições e aos marcos legais que regulam a proteção ambiental.

O licenciamento ambiental e os estudos técnicos que o embasam não são entraves ao progresso, mas instrumentos fundamentais para garantir que o crescimento não se dê às custas da destruição dos ecossistemas, do agravamento das desigualdades e da destruição dos direitos. A questão ambiental é parte indissociável de qualquer projeto de desenvolvimento.

O Cofecon, em consonância com os princípios estabelecidos na Resolução 1.945, Art 3º, § 7º, reitera sua defesa da democracia e se une às vozes que denunciam a violência política de gênero como um obstáculo ao seu pleno exercício. Somente com diálogo, diversidade e dignidade construiremos uma democracia digna deste nome, respeitando as instituições, o meio ambiente e o protagonismo das mulheres.

Sistema Cofecon/Corecons

Nota Oficial do Cofecon: Progressividade do imposto de renda e distribuição de renda 18 de agosto de 2025

O Brasil encontra-se em uma conjuntura paradoxal: ao passo que os setores conservadores da sociedade, sobrerrepresentados no Parlamento, articulam-se para evitar avanços na agenda de desenvolvimento nacional e inclusão social (e, em alguns aspectos, até conquistando vitórias em pautas regressivas), por outro lado a crescente mobilização social, em grande parte deflagrada e impulsionada pelos setores populares e progressistas, consegue colocar na pauta da agenda nacional, em particular daquele mesmo Parlamento, temas de grande relevância na busca por maior equidade, justiça social e desenvolvimento econômico do país. Exemplos desses temas são o fim da jornada 6×1 e, mais concretamente, reformas no sistema tributário nacional.

Este último aspecto ganhou relevo com a apresentação de projetos de lei pelo Executivo, quando se logrou avanços com a aprovação da primeira etapa da Reforma Tributária, focada nos tributos indiretos, e que ainda carece de urgente finalização de sua regulamentação para entrada em vigor nos próximos anos. Não obstante, a efetiva transformação que essa reforma pode trazer (no sentido de corrigir injustiças e, sobretudo, apontar para um sistema progressivo e indutor de redução da iníqua desigualdade social brasileira) só virá com a aprovação de sua segunda etapa, focada agora nos tributos diretos, em especial no imposto de renda.

Para tanto, é urgente que o parlamento acelere a tramitação dos projetos que visam a atingir aquele objetivo, aprovando em especial o PL 1087/25 (apresentado pelo Executivo em março e até agora sem aprovação sequer na primeira casa, a Câmara dos Deputados). Esse projeto de lei prevê ampliação da faixa de isenção total do IRPF para rendas mensais até R\$ 5 mil (ou R\$ 60 mil anuais) e

redução da tributação para a faixa seguinte (até R\$ 7.350 conforme relatório em tramitação), concomitante com maior tributação da faixa superior de renda, com alíquotas progressivas para rendimentos acima de R\$ 600 mil anuais, chegando à alíquota de 10% para rendimentos a partir de R\$ 1,2 milhão/ano. É um primeiro passo (essencial, mas ainda insuficiente) para se redirecionar a tributação da renda para um vetor de maior progressividade. Interessante observar que, se a tabela do IRPF não sofresse, ao longo dos anos, um sistemático e iníquo congelamento, certamente a faixa de isenção já estaria próxima dos valores que ora se discutem e o país estaria agora discutindo outros avanços no modelo tributário, visto que este PL em curso apenas corrige uma distorção do sistema, que voltará a se verificar caso não sejam adotados mecanismos de correção periódica daquela tabela, algo que seria salutar que o próprio projeto já previsse na nova lei.

Entretanto, novos avanços são imprescindíveis: há que se tramitar e aprovar, também, outros projetos apresentados pelo Executivo há mais tempo, visando ao prosseguimento da reforma tributária da renda e do patrimônio. Citamos, como exemplo, a revogação parcial da isenção da tributação sobre lucros e dividendos distribuídos, para valores que superarem R\$ 50 mil mensais, garantindo-se pelo menos uma alíquota efetiva de 10% sobre a renda desses indivíduos, e buscando minimamente aproximar-se da tributação sobre a renda do trabalho. Essa isenção foi concedida e vigora no país desde a Lei nº 9.249, de 1995, e se traduz em rara exceção internacional.

Outros itens possíveis de avanços nessa tributação do imposto de renda (também já apresentados ao parlamento) são a tributação de lucros e dividendos distribuídos para residentes no exterior, ou mesmo a taxa adicional para contribuintes de alta renda, uma forma de agilizar e dar efetividade à tributação sobre grandes fortunas, tão falada e nunca aplicada. Também a maior tributação sobre heranças seria algo recomendável, na etapa de reforma sobre os tributos que incidem sobre o patrimônio, e que indiretamente atenderiam ao clamor dos estados como eventual compensação de receita por perdas na isenção do IRPF para baixas rendas; assim como a tributação do IPVA sobre jatos executivos ou veículos aquáticos de luxo, que reverteria em maior receita para estados e municípios e apontaria para maior justiça tributária no país.

São esses os pontos que o Conselho Federal de Economia (Cofecon) defende como mínimos e essenciais para a agenda de reformas a cargo do País neste segundo semestre de 2025, de modo que possam entrar em vigor já a partir do próximo exercício.

Nota Oficial do Cofecon: Pela soberania e autonomia nacional 15 de setembro de 2025

As sanções comerciais e diplomáticas, assim como as ameaças de interferência no nosso País, por parte do atual presidente dos EUA, são absolutamente descabidas e inaceitáveis. São descabidas, primeiro, porque, sem precedentes na história de dois séculos de relacionamento entre os dois países; segundo, não encontram respaldo nas regras multilaterais de comércio na ordem econômica vigente; terceiro, porque, tomadas sob o argumento falacioso de parcialidade do Poder Judiciário brasileiro.

O “tarifaço” unilateral dos EUA atinge 69 países. No entanto, há questionamento jurídico até mesmo local, com várias ações judiciais em curso, oriundas de empresas e mesmo de estados norte-americanos, o que tem gerado incerteza e insegurança no ambiente econômico.

As medidas claramente violam a legislação internacional e as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), as quais vetam a discriminação comercial sem justificativa técnica. Ressaltem-se, ainda, os interesses geoeconômicos e políticos envolvidos na tentativa de contraponto à ascendência dos BRICS e perda relativa de supremacia do dólar norte americano.

No caso brasileiro, cujas exportações aos EUA representam cerca de 12% do total, o elevado nível tarifário imposto se constitui, na prática, em um efetivo “embargo”. Destaque-se, ainda, que a nossa balança comercial bilateral vem registrando seguidos déficits. Nos últimos 16 anos, desde 2009, as vendas norte americanas ao Brasil superaram suas importações em US\$ 88,6 bilhões, no acumulado.

Portanto, as alegadas “distorções de comércio” não se aplicam ao Brasil, que, além do mencionado déficit comercial com os EUA, também apresenta balança de serviços (marcas, patentes, royalties etc.) francamente favorável aos norte-americanos. As pressões denotam ainda o interesse, além do Estado, de grandes empresas (Big Techs).

Há ainda claríssimas intenções de ingerência política nos assuntos domésticos brasileiros por parte das ações do presidente norte-americano, o que aliás, é assumido publicamente. A soberania brasileira, no entanto, é algo inegociável, assim como a independência e autonomia dos Poderes, a liberdade de expressão e de cátedra.

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), entidade máxima de representação dos economistas brasileiros, vem se manifestar em prol da Nação, e se solidarizar e apoiar todas as ações e medidas condizentes com os princípios e valores mencionados!

Nota Oficial do Cofecon – Pela redução da taxa básica de juros (Selic) 15 de dezembro de 2025

O Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) em 15% ao ano, em sua reunião de 9/12/2025. Para justificar as elevadas taxas de juros no Brasil, parte dos economistas e da mídia afirmam que a inflação, em torno de 4,5% ao ano, está muito elevada, fora de controle. No entanto, o povo brasileiro sabe muito bem o que é uma taxa de inflação elevada e suas consequências para seu poder de compra e para a economia nacional, tendo já convivido com inflação de incríveis 2.477% em 1993. Entre 1951 e 1994, a inflação no Brasil foi quase sempre elevada, sendo que em 41 desses 44 anos, a taxa anual de inflação ficou acima de 20% e nunca abaixo de 9% ao ano.

Já a partir de 1995, e notadamente a partir de 2005, a taxa de inflação brasileira vergou acentuadamente para baixo. Nos 21 anos entre 2005 e 2025, exceto em 2015 (forte crise econômica) e 2021 (ano mais crítico da pandemia da Covid 19), nunca excedeu a 6,5%.

Não se sustentam, no entanto, os argumentos de que a inflação no Brasil se dá por pressão da demanda e que deve ser combatida pelo aumento da taxa de juros. A inflação brasileira tem causas estruturais, como as características do mercado, significativamente oligopolizado, a extremada concentração de renda, a indexação ou reajuste automático de preços e contratos e a influência da volatilidade cambial, como os demais países de moedas não conversíveis. E são mais do que conhecidas as consequências de uma Selic tão elevada: aumento dos gastos com juros da dívida pública para R\$ 1 trilhão/ano, encarecimento do crédito (às empresas e às famílias), queda do consumo, da geração de empregos e do PIB. O ritmo de crescimento do PIB perde velocidade: de 4,1% no 3º trimestre de 2024, ante o mesmo período do ano anterior, 3,6% no 4º trimestre/2024; 3,1% no primeiro tri 2025; 2,4% no 2º tri e 1,8% no 3º trimestre.

Nos 14 anos entre 2005 e 2018, com a meta de inflação fixada em 4,5% (e banda superior de 6,0% ou 6,5%), apenas na crise econômica de 2015 o teto da meta foi “superado”. Entretanto, a partir de 2021, com a meta sendo gradativamente reduzida até chegar aos atuais 3,0%, com teto em 4,5%, e mesmo com inflação baixa (entre 4,31% e 5,79%, em quatro dos cinco anos, já considerando a projeção de 4,4% para 2025) o teto da meta foi ultrapassado. Se tivesse sido mantida a meta de 4,5% e a banda superior de 6,0%, não teria havido estouro da meta em nenhum dos anos, exceto em 2021, o que ocorreu em quase todos os países em razão da pandemia de Covid.

Há algum tempo o Cofecon vem apontando como injustificável a meta de inflação de 3% ao ano (com teto de tolerância de 4,5%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), cujo não atingimento tem sido o argumento utilizado pelo Banco Central (BC) para a manutenção de uma taxa de juro básica (Selic) em patamar excessivamente elevado (15%). Em 2024 o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 4,83%, pífios 0,33 p.p. acima do teto da meta. Em 2025, o IPCA acumulado de 12 meses, até novembro, está em 4,46%, já abaixo, portanto, do teto da meta. Trata-se de uma taxa de inflação absolutamente condizente com t’as condições econômicas e sociais do país e em linha com a verificada nos países com estrutura econômica similar à nossa.

Ao promover uma injustificável redução da meta de inflação para 3,0% a.a. – tão irreal para o caso brasileiro pelos fatores já apontados, o CMN deu ao mercado financeiro o pretexto para que o

BC mantenha uma taxa de juros elevada. E é o que o BC tem feito desde setembro de 2024, tendo elevado a Selic de 10,5% para os atuais 15,0%.

Argumenta-se que a inflação no Brasil estaria muito acima da registrada nos demais países, algo que não se confirma na prática. Considerando os países emergentes do G-20 e do BRICS, que respondem por cerca de 50% do PIB global, a taxa média de inflação em 2024 foi de 8,1%, 68% acima da ocorrida no Brasil. Em diversos países, ela foi muito acima: Turquia (44,4%), Egito (33,3%), Nigéria (32,5%), Irã (31,7%) e Paquistão (23,4%), sem falar na Argentina (116,6%). Em outros casos, foi um pouco acima ou idêntica à verificada no Brasil: Rússia (9,3%), Colômbia (6,7%), Índia (6,0%), México (4,7%) e África do Sul (4,7%).

A taxa de inflação no Brasil situa-se bem abaixo da que historicamente registramos e absolutamente condizente com países com economias similares às nossas. No entanto, nenhum desses países adota taxas de juros elevadas para combater a inflação. Com a Selic em 15% ao ano, o Brasil tem, junto com a Turquia, a maior taxa de juro real do planeta (10,0%), muito acima da África do Sul (5,3%), Rússia (4,8%), México (4,5%), Colômbia (4,4%), Indonésia (3,7%) e Índia (3,4%).

Ao perseguir uma meta de inflação excessivamente apertada (3,0% ao ano), o BC adota uma taxa de juros muito elevada uma vez que recebe o mandato de atingi-la. Lembrando que a meta é estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), integrado pelo presidente do BC e os ministros da Fazenda e o Planejamento e Orçamento. O IPCA deverá fechar 2025 em 4,4%, segundo projeções do mercado financeiro (Boletim Focus). O Conselho Federal de Economia (Cofecon) sustenta que não há qualquer risco de descontrole inflacionário no Brasil e defende a redução das taxas de juros e o retorno do centro da meta de inflação para 4,5% ao ano

Conselho Federal de Economia

ANEXO II: PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTE DO COFECON, ECON. TANIA CRISTINA TEIXEIRA, EM EVENTOS 2025

06/2/2025: No dia 06 de fevereiro a presidenta Tania Cristina Teixeira participou do seminário "Perspectivas econômicas para o Brasil e o Espírito Santo – 2025", realizado no auditório da Cida de Inovação, em Vitória-ES. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ministrou palestra no evento.

17/3/2025: No dia 17 de fevereiro a presidenta Tania Cristina Teixeira compareceu à posse da nova presidência e conselheiros do Corecon-MG, bem como à diretoria do Sindecon-MG. O evento foi realizado no auditório do Corecon-MG e contou com a presença da presidenta do IPEA, Luciana Servo.

27/3/2025: Participou do lançamento do Boletim de Conjuntura Econômica do IPEAD, no dia 27 de março de 2025, organizado pelo CORECON – MG, em Belo Horizonte – MG;

5/4/2025: Participou do "Café para a Mulher Economista – Dinâmica Profissional e Desafios", no dia 05 de abril de 2025, na Unb, em Brasília-DF;

14/4/2025: Participou da reunião virtual com o tema "Diálogos sobre protocolos de Assédio Moral e Fluxo de Denúncias na Assistência Social", no dia 14 de abril de 2025, organizado pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, em Brasília-DF;

16/5/2025: Participou da composição da mesa de abertura do 5º Seminário do Estudantes de Ciências Econômicas e Relações Econômicas Internacionais, no dia 16 de maio de 2025, organizado pelo CORECON – MG, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG, em Belo Horizonte - MG.

17/6/2025: O economista Júlio Miragaya, coordenou a realização do Seminário - Debate: “Estrutura Tributária Regressiva + R\$ 1 trilhão para os juros da dívida = País sem futuro”, no dia 21 de maio de 2025, organizado pelo Fórum de Nacional pela Redução de Desigualdade Social – Cofecon, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

2/7/2025: Participou juntamente com o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda da Audiência Pública sobre “Elevadas taxas de juros no Brasil: entraves para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização”, evento organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES), no dia 02 de julho de 2025, em Brasília-DF;

01/8/2025: Participou do Ato de Abertura do Encontro Nacional do PT junto do economista Júlio Miragaya, evento organizado pelo Partido dos Trabalhadores, no dia 01 de agosto de 2025, em Brasília-DF;

5/8/2025: Participou como palestrante da Aula Inaugural do segundo semestre letivo de 2025, cuja temática central será "Conjuntura Internacional", evento organizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no dia 05 de agosto de 2025, em Montes Claros-MG;

13/8/2025: Participou da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Economista, evento organizado pelo gabinete do Deputado Distrital João Cardoso conjuntamente com o Corecon-DF, no dia 13 de agosto de 2025, em Brasília-DF.

ANEXO III: PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2025

04/12/2025: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do movimento de combate à Corrupção Eleitoral.

21/1/2025: O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes participou da solenidade de posse dos conselheiros do Conselho Federal de Odontologia (CFO) eleitos para o triênio 2024-2027, em São Paulo – SP.

12/02/2025: A conselheira federal Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera representou o Cofecon na mesa de abertura do evento “Perspectivas e Desafios para a Economia Brasileira e Pernambucana”, no Salão de Eventos da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.

12/2/2025: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião do Comitê Nacional de Combate à Corrupção Eleitoral, realizada em formato híbrido.

13/2/2025: A conselheira Kerssia Preda Kamenach representou o Cofecon na solenidade de posse da presidência do Corecon-GO. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ministrou uma palestra no evento.

14/2/2025: A conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral representou o Cofecon na solenidade de posse da nova diretoria do Corecon-AM/RR, realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

11/3/2025: O conselheiro federal José Luiz Pagnussat participou da cerimônia de outorga do Diploma de Mérito Coaf 2025 organizado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF;

19/3/2025: A conselheira federal Terezinha de Jesus participou da reunião virtual do Movimento de Combate à corrupção Eleitoral (MCCE), no dia 19 de março de 2025, organizado pelo Comitê Nacional do MCCE, em Brasília-DF;

19/3/2025: O conselheiro federal José Luiz Pagnussat participou da assinatura da portaria do Programa Consciência e Ação durante a Premiação da Olitef- Olimpíada do Tesouro Direto da Educação Financeira, com transmissão ao vivo, no dia 19 de março de 2025, organizado pelo Ministério da Educação, em Brasília-DF;

28 a 29/4/2025: O presidente do Corecon-CE, Jose Wandemberg Rodrigues Almeida, participou da 63ª Reunião do Conselho de Representantes da AFBNB, nos dias 28 e 29 de março de 2025, organizado AFBNB - Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, em Fortaleza-CE;

05/4/2025: As conselheiras federais Denise Kassama Franco do Amaral, Lúcia dos Santos Garcia, Mônica Beraldo Fabrício, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e a economista Valquíria Aparecida Assis participaram do "Café para a Mulher Economista – Dinâmica Profissional e Desafios", no dia 05 de abril de 2025, na UnB, em Brasília-DF;

09/4/2025: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou do Primeiro Encontro do Programa Consciência e Ação, no dia 09 de abril de 2025, organizado pelo Ministério da Educação (Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica), em Brasília-DF;

16/4/2025: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou reunião da Rede do Comitê Nacional do MCCE, em formato virtual, no dia 16 de abril de 2025, organizado MCCE - Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, em Brasília-DF;

17/5/2025: O(as) conselheiro(as) Antonio Corrêa de Lacerda, Elis Braga Licks e Lucia dos Santos Garcia, participaram do 5º Seminário do Estudantes de Ciências Econômicas e Relações Econômicas Internacionais, no dia 17 de maio de 2025, organizado pelo CORECON – MG, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG, em Belo Horizonte – MG;

21/5/2025: O economista Júlio Miragaya, coordenou a realização do Seminário “Estrutura Tributária Regressiva + R\$ 1 trilhão para os juros da dívida = País sem futuro”, no dia 21 de maio de 2025, organizado pelo Fórum de Nacional pela Redução de Desigualdade Social – Cofecon, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

5/6/2025 O conselheiro federal José Luiz Pagnussat participou do Fórum de Debate Econômico do Distrito Federal, que terá como tema central a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD-A), evento organizado pelo Corecon-DF, no dia 5 de junho de 2025, em Brasília-DF;

5/6/2025: A conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral participou do lançamento da Obra: “A Amazônia do Futuro e o Futuro da Amazônia: A Economia Verde é a Nossa Bala de Prata?”, evento organizado pelo Corecon-AM/RR, no dia 05 de junho de 2025 na Biblioteca do ICBEU, em Manaus-AM;

11/6/2025: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião da rede do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), evento organizado pelo MCCE, no dia 11 de junho de 2025 no formato virtual;

18/6/2025: A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima participou da 12ª Reunião com Reguladores - Tema: Fiscalização Desafios e Melhores Práticas, evento organizado pelo Coaf/Cofir, no dia 18 de junho de 2025, no formato virtual;

9/7/2025:A presidenta do Corecon-DF, Luciana Acioly da Silva, participou da Solenidade de apresentação dos resultados do biênio 2023/2024 do CEDES, evento organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, no dia 09 de julho de 2025, em Brasília-DF;

16/7/2025:A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião da rede do Comitê Nacional do MCCE, evento organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no dia 16 de julho de 2025, em formato virtual;

24/7/2025:O conselheiro federal Pedro Afonso Gomes participou da palestra do Ministro Augusto Nardes (Tribunal de Contas da União - TCU) com o tema: “Futuro da Previdência Social”, evento realizado pela Câmara de Profissionais Registrados nos Conselhos e Ordens do Estado de São Paulo, no dia 24 de julho de 2025, em São Paulo-SP;

28/7/2025:O conselheiro federal Omar Corrêa Mourão Filho participou do 48º Encontro Nacional de Estudantes de Economia, evento organizado pela ENECO 2025, de 28 de julho a 01 de agosto, na Universidade Federal do Pará, em Belém-PA;

6/8/2025: conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou da reunião da rede do Comitê Nacional do MCCE, evento organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no dia 06 de agosto de 2025, em formato virtual;

7 a 8/8/2025: A conselheira federal Maria de Fátima Mirandae a economista Valquíria Aparecida Assis, membro da comissão de desenvolvimento regional, participaram do 29º ENESUL – Encontro dos Economistas da Região Sul e 5º Encontro dos Peritos em Economia e Finanças da Região Sul. Com o tema: “Integração Regional, Gestão Hídrica e Sustentabilidade no Sul do Brasil: "Planejamento, Emergência Climática e Desenvolvimento Econômico”, evento organizado pelo Corecon-SC, de 07 a 08 de agosto de 2025, em Florianópolis-SC;

11/8/2025:A conselheira federal Maria do Socorro Erculano de Lima participou da abertura do Encontro dos Economistas do Estado do Tocantins, no dia 11 de agosto de 2025, na Univerdade Federal do Tocantins, em Palmas-TO;

13/8/2025:O conselheiro federal Omar Corrêa Mourão Filho participou do lançamento do livro referente aos 60 anos de história do Corecon-PA/AP, evento organizado pelo Corecon-PA/AP, no dia de 13 de agosto de 2025;

13/8/2025:A conselheira federal Fábíola Andréa Leite de Paula participou da abertura do 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária, evento organizado pela Secretaria de Economia Popular e Solidária – MTE, no dia 13 de agosto de 2025, no palácio do planalto, em Brasília-DF;

14/8/2025:A conselheira federal Elis Braga Licks participou do XXX Prêmio Espírito Santo de Economia, em comemoração aos 50 anos do Corecon-ES, no dia 14 de agosto de 2025, em Vitória-ES.

24/8/2025: O procurador geral do Cofecon Fábio Ronan Miranda Alves participou da reunião para discutir a Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022, que altera a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, evento organizado pela Cooperativa de Crédito Sicredi, no dia 17 de junho de 2025 na sede da Sicredi, em Brasília-DF;

ANEXO IV: MATÉRIAS E ENTREVISTAS, PRESIDENTA TANIA TEIXEIRA

À frente do Conselho Federal de Economia, a presidenta Tania Teixeira tem contribuído de forma consistente e qualificada para o debate econômico nacional, articulando temas estruturais do desenvolvimento brasileiro com questões sociais urgentes e contemporâneas.

Sua produção de conteúdo — por meio de artigos, matérias e entrevistas, ao longo de 2025, contempla uma diversidade de agendas e presença em diferentes formatos de comunicação, além da defesa de uma economia comprometida com o bem-estar da população.

Entre os principais assuntos comentados por ela, destacam-se:

- **Desenvolvimento econômico e política macroeconômica:** Tania tem se posicionado de forma crítica e fundamentada sobre a política monetária brasileira, especialmente em relação às taxas de juros elevadas e seus impactos sobre o crescimento, o investimento e a desigualdade. Esse debate aparece em artigos como *“Meta de inflação irreal alimenta juros excessivos e freia o crescimento”* e em participações em podcasts sobre Selic, inflação e reindustrialização.
- **Reindustrialização e projeto nacional de desenvolvimento:** A defesa de um novo ciclo de desenvolvimento produtivo está presente em suas análises sobre desindustrialização, neindustrialização e o papel estratégico de setores como construção civil, inovação e minerais críticos. Destacam-se conteúdos como *“Reforma Casa Brasil”* e *“A nova corrida do ouro verde”*, além de participação em eventos sobre o tema.
- **Economia social e redução das desigualdades:** A presidenta tem pautado de forma recorrente o papel da economia na redução das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Temas como mercado de trabalho, economia do cuidado, desigualdade racial e violência de gênero são abordados em artigos, notas e podcasts, reforçando a centralidade da justiça social no debate econômico.
- **Equidade de gênero e valorização das mulheres na economia:** Como primeira mulher a presidir o Cofecon, Tania também tem protagonizado discussões sobre a participação feminina na economia e nas áreas STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), além de defender políticas públicas voltadas à equidade. Isso se reflete em conteúdos institucionais e em marcos como sua posse e publicações no Dia Internacional da Mulher.
- **Inovação, sustentabilidade e transição socioambiental:** A agenda do desenvolvimento sustentável também tem espaço relevante em sua atuação, com contribuições sobre transição energética, economia verde e os desafios pós-COP30, além da valorização de setores estratégicos como o etanol e os minerais críticos.
- **Diálogo internacional e temas emergentes:** A presença em entrevistas e debates internacionais amplia o alcance de sua atuação, abordando temas como BRICS, criptomoedas e lawfare, contribuindo para inserir o Brasil em discussões globais contemporâneas.
- **Valorização da profissão de economista**
Por meio de podcasts, artigos e eventos, Tania também tem reforçado o papel do economista na sociedade, destacando sua importância para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento do país.

Produção e Participações da Presidenta Tania Teixeira (2025–2026)

A seguir, apresenta-se a relação das principais publicações, entrevistas e conteúdos em áudio produzidos ou com participação da presidenta do Cofecon, Tania Teixeira:

2025

28/01/2025- *Nova presidenta do Conselho Federal de Economia avalia contexto econômico do Brasil e de Minas. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24587>*

31/01/2025- *Copom eleva taxa básica de juros para 13,25% ao ano.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24711>

04/02/2025- *Tania Teixeira: “Presença feminina reflete esforço de mulheres que nos antecederam”.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24735>

07/02/2025- *Estudantes brasileiros disputam competição global de inovação.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24805>

22/02/2025- *Em discurso de posse, Tania Cristina Teixeira defende compromisso com a construção de um mundo digno e solidário.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=24934>

25/02/2025 – *Tania Teixeira: “Economia tem que servir ao povo, não ao mercado”*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25044>

28/02/2025- *Em matéria do jornal O Tempo, Tania Teixeira destaca inclusão e diversidade*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25094>

07/03/2025- *Tania Teixeira, sobre o PIB: “Economia brasileira demonstra capacidade de se reerguer”.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25109>

20/03/2025- *Tania Teixeira: “Uma taxa de juros neste patamar penaliza os mais pobres”*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25182>

24/03/2025 – *Criptomoedas, lawfare, BRICS: Tania Teixeira é entrevistada por rádio argentina.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25200>

27/03/2025- *Tania Teixeira critica aumento dos juros: “Crédito para empresas e famílias sobe”*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25213>

04/04/2025- *Roda de conversa marca encerramento das comemorações pelo Mês da Mulher*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25259>

08/04/2025- *Cofecon leva pauta do protagonismo feminino à Câmara dos Deputados* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25276>

01/05/2025- *Cofecon divulga mensagens especiais pelo Dia do Trabalhador.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25398>

08/05/2025- *Banco Central eleva juros para o maior patamar em quase 20 anos*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25440>

08/05/2025- *Presidenta do Cofecon participará de debate sobre desenvolvimento e protagonismo jovem.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25437>

23/05/2025- *Tania Teixeira: “Reforma do Imposto de Renda é uma exigência de justiça social”.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25518>

11/06/2025- *Inflação desacelera em maio e reforça expectativa para reunião do Copom.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25599>

02/07/2025- *Presidenta do Cofecon falará em audiência pública na Câmara.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25691>

04/07/2025 – *Impactos das alterações no IOF e Selic a 15% (Podcast).*

Disponível em: <https://tinyurl.com/2b46fauh>

04/07/2025- *Tania Teixeira: “Nenhum país se desenvolveu pagando juros tão altos”.* Disponível em:

<https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25699>

10/07/2025- *Tania Teixeira critica tarifas de Trump: “Extrapolam limites das boas práticas diplomáticas e comerciais”.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25750>

11/07/2025- *Tania Teixeira: “Resposta brasileira deve ter firmeza e serenidade”.* Disponível em:

<https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25775>

22/07/2025 – *Meta de inflação irreal alimenta juros excessivos e freia o crescimento.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25826>

25/07/2025- *Cofecon reforça compromisso com a soberania nacional em apoio a ato público na USP.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25848>

31/07/2025- *Tania Teixeira: “Comércio intrarregional vem aumentando, mas ainda não é expressivo”.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25898>

31/07/2025- *Tania Teixeira, sobre taxa Selic: “São quase 10% de juros reais”.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25893>

05/08/2025- *Tania Teixeira participou da mesa de honra de encontro nacional do Partido dos*

Trabalhadores. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25942>

07/08/2025- *Presidenta do Cofecon participa de aula inaugural na Unimontes e debate economia*

internacional. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=25960>

08/08/2025 – *Um profissional muito além dos números (Podcast)*

Disponível em: <https://tinyurl.com/2kyfunsv>

13/08/2025- *13 de agosto: Dia do Economista.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=2600>

14/08/2025- *Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou sessão em homenagem ao Dia do*

Economista. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26011>

03/08/2025- *Presidenta do Cofecon analisa números do PIB.*

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26166>

03/08/2025- *Tania Teixeira: “Mundo mudou desde 1951, mas nossa lei é a mesma”* Disponível em:

<https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26162>

05/09/2025- III Seminário Mulher Economista e Diversidade: saiba como foi a noite de abertura.

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26179>

10/09/2025 – Violência de gênero: 19 anos da Lei Maria da Penha e o alto custo para o Brasil.

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26196>

12/09/2025- Presidenta do Cofecon comenta defasagem nas tabelas do MEI e IRPF. Disponível em:

<https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26216>

19/09/2025 – O que significa a Selic a 15%? (Podcast)

Disponível em: <https://tinyurl.com/5n6jsd75>

19/09/2025- Tania Teixeira e Gustavo Pessoti analisam alta dos juros.

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26260>

03/10/2025 – Rumo ao XXVI Congresso Brasileiro de Economia (Podcast)

Disponível em: <https://tinyurl.com/2pwe5n3k>

03/10/2025- Presidenta do Cofecon comenta ampliação da faixa de isenção do IR: “corrige uma distorção do sistema”. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=2632>

11/10/2025- Cofecon entrega XXXI Prêmio Brasil de Economia.

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26396>

16/10/2025- IBC-Br tem alta de 0,4% em agosto

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26575>

23/10/2025- Tania Teixeira analisa eleição boliviana e vê possibilidade de alinhamento com o Brasil. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26608>

17/11/2025 – Celebrando Ada Lovelace e a presença feminina nas carreiras STEM

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26581>

18/11/2025- Tania Teixeira receberá Troféu Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26767>

20/11/2025- Mensagem da Presidenta do Cofecon – Dia da Consciência Negra.

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26780>

28/11/2025- Tania Teixeira participou do XIV Fórum Acadêmico de Alto Nível China-América Latina. Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26817>

01/12/2025 – Reforma Casa Brasil: financiamento habitacional como motor do crescimento

Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26842>

- 04/12/2025-** *Tania Cristina Teixeira recebeu o Troféu Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico.*
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26914>
- 05/12/2025** – *Desigualdade racial no mercado de trabalho* (Podcast)
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26923>
- 05/12/2025-** *Tania Teixeira: “PL 3.178/2024 tem sido uma pauta prioritária da nossa gestão”.*
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=26926>
- 12/12/2025** – *O Brasil e os desafios da transição socioambiental: propostas pós-COP30* (Evento).
Disponível em: <https://tinyurl.com/ax2s4m9y>
- 13/12/2025-** *Tania Cristina Teixeira e João Manoel Gonçalves Barbosa são reconduzidos à presidência do Cofecon.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=27030>
- 12/2025-** *Inovação econômica e desenvolvimento sustentável:*
Disponível em: <https://online.flippingbook.com/view/308431097/>
- 16/12/2025** – *A nova corrida do ouro verde, lítio, terras raras e o valor sustentável do subsolo brasileiro.* Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=27069>
- 16/12/2025-** *Cofecon e SOBER assinam acordo de cooperação.*
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=27072>
- 18/12/2025-** *Cofecon homenageia conselheiros em final de mandato*
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=27086>
- 30/12/2025** – *Inovação como estratégia para um projeto de país* (Revista Economistas nº 58).
Disponível em: <https://cofecon.org.br/cofecon/?p=27113>

ANEXO V: MATÉRIAS E ENTREVISTAS DE COLABORADORES

03/01/2025 - Denise Kassama comenta redução no superavit primário do Amazonas
Indicador apresentou queda significativa entre 2020 e 2022

10/01/2025 - Perspectivas positivas e oportunidades para a engenharia em 2025
Entrevista com o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, publicada originalmente no portal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.

14/01/2025 - Regulação digital, dívidas dos estados e juros: Lacerda comenta notícias do Jornal da Cultura
Ele esteve na bancada do noticiário veiculado em 09 de janeiro e falou sobre os desafios de regulamentar as redes sociais, o avanço no Congresso da pauta de renegociação das dívidas dos estados e os juros do empréstimo consignado

24/01/2025 - Como o retorno de Trump ao poder nos EUA pode influenciar na economia brasileira
Roberto Piscitelli e Róridan Duarte, membros da Comissão de Política Econômica do Cofecon, falaram ao jornal O Otimista sobre alguns dos impactos da posse de Donald Trump para a economia brasileira

27/01/2025 - Reforma tributária: conselheiro defende tributação dos fundos de investimentos
Pedro Afonso Gomes falou à Isto É Dinheiro sobre veto presidencial ao artigo que concedia regime especial para serviços financeiros e argumentou que fundos são caracterizados como serviços

04/02/2025 - Lacerda comenta guerra comercial: “Brasil deve agir pragmaticamente”
Conselheiro federal participou da bancada do Jornal da Cultura no dia 04 de fevereiro e, além da guerra comercial, abordou o orçamento federal e a atividade econômica em meio à alta dos juros

12/02/2025 - Economistas analisam impacto das tarifas sobre o aço na indústria cearense
Lauro Chaves, integrante da Comissão de Política do Cofecon, falou ao jornal O Otimista que a medida pode gerar negócios no futuro

14/02/2025 - Lacerda comenta momento econômico do Brasil: “voltou a ter plano de desenvolvimento”
Falando à Agência Sindical, conselheiro destacou importância dos programas estruturantes e afirmou que o crescimento de 3,1% da indústria em 2024 não será um voo de galinha

18/03/2025 - Combinação entre financiamento do BNDES e mercado privado continua fundamental para desenvolvimento. Artigo de opinião por Antonio Corrêa de Lacerda, publicado originalmente no Estadão.

18/03/2025 - Kerssia Kamenach alerta para efeitos do aumento dos juros. A conselheira federal Kerssia Preda Kamenach foi ouvida pelo portal O Hoje para falar sobre os efeitos do possível aumento da taxa básica de juros.

24/03/2025 - Lacerda discute desglobalização: “Não adianta ter o fornecedor mais barato”. Conselheiro federal falou à Isto É sobre a reorganização das cadeias produtivas globais, impulsionada pela pandemia, pela crise climática e pelas tensões geopolíticas.

24/03/2025 - Criptomoedas, lawfare, BRICS: Tania Teixeira é entrevistada por rádio argentina. Falando à Radio Pueblo, presidenta do Cofecon reforça críticas às políticas argentinas, aponta riscos das criptomoedas e discute o futuro dos BRICS

27/03/2025 - Tania Teixeira critica aumento dos juros: “Crédito para empresas e famílias sobe”. Em matéria do portal ES Brasil, presidentas do Cofecon e do Corecon-ES apontam que taxa elevada encarece o crédito, reduz investimentos produtivos e amplia desigualdades sociais.

2/04/2025 - Medicamentos sobem até 5,06%; Denise Kassama comenta. Em matéria publicada pelo portal Em Tempo, conselheira federal analisou o reajuste e trouxe dicas para os consumidores economizarem

3/04/2025 - Lacerda comenta notícias econômicas no Jornal da Cultura. Conselheiro federal participou da bancada do noticiário televisivo no dia 01/04 e falou sobre recuperações judiciais no agronegócio, transparência nas emendas parlamentares e a aprovação no Senado da possibilidade de retaliação comercial

7/04/2025 - Denise Kassama analisa tarifaço de Trump e oportunidades para o Polo Industrial de Manaus. O tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi tema de uma matéria publicado pelo portal Em Tempo, com participação da conselheira federal Denise Kassama.

24/04/2025 - Lacerda comenta cenário global e economia nacional no Jornal da Cultura. Conselheiro federal analisou a disputa comercial entre China e Estados Unidos, a expansão do programa Minha Casa, Minha Vida e a tensão entre governo e universidades dos Estados Unidos.

25/04/2025 - Ana Cláudia Arruda: “Houve modernização, mas não reformas sociais e urbanas”. Conselheira federal falou ao programa Debate da Super Manhã, da Rádio Jornal, sobre a região metropolitana de Recife.

21/05/2025 - INSS, insegurança jurídica, transparência, conflitos: Lacerda comenta notícias no Jornal da Cultura

23/06/2025 - Lacerda analisa cenário econômico nacional e global - Conflito no Oriente Médio, alta da Selic, revisão de benefícios fiscais e acordo automotivo com a Argentina foram alguns dos temas comentados pelo conselheiro federal no Jornal da Cultura na última quarta-feira (18)

2/07/2025 - Avaliação econômica de empresas, ativos tangíveis e intangíveis e passivos ocultos - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes*, conselheiro federal. Terceiro texto integrante da série intitulada Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal. Confira os anteriores: “A Chancela do Economista”, primeiro artigo da série; e “A atualização da legislação profissional do economista”, segundo artigo da série“.

10/07/2025 - No Jornal da Cultura, Lacerda analisa cenário econômico - Conselheiro federal comentou indicadores econômicos, desafios regionais, usos da inteligência artificial e queda nos preços dos alimentos

10/07/2025 - Lacerda vê anúncio de Trump como possível blefe para eventual negociação - Falando ao Estadão, conselheiro apontou que há precedentes de que “os anúncios do republicano não se materializam na prática”

11/07/2025 - Róridan e Miragaya comentam impactos do tarifaço de Trump - Integrantes da Comissão de Política Econômica do Cofecon abordaram diferentes consequências. Róridan vê um

dólar mais caro e queda de preços nos produtos domésticos, enquanto Miragaya classificou o anúncio como absurdo

18/07/2025 - Queda do Índice de Miséria Ampliado indica bases mais sólidas para os mais pobres - Artigo de autoria de João Hallak Neto (conselheiro do Corecon-RJ e integrante do Conselho Editorial da Revista Economistas) e Marília Bassetti Marcato, publicado originalmente na Folha de S.Paulo (disponível para assinantes [AQUI](#)). Para saber mais sobre o índice de miséria, ouça o podcast Economistas #61 clicando [AQUI](#).

18/07/2025 - Lacerda analisa impactos das tarifas de Trump para o Brasil - Conselheiro federal participou do programa Visão Crítica, da Jovem Pan News, e defendeu pragmatismo e ação ao negociar e buscar alternativas

22/07 - Lacerda: “Talvez nem os norte-americanos tenham se dado conta do estrago” - Conselheiro federal analisa impacto das tarifas sobre o comércio global. Para Antonio Corrêa de Lacerda, é hora de o Brasil fortalecer o intercâmbio regional

22/07/2025 - Meta de inflação irreal alimenta juros excessivos e freia o crescimento - Artigo da presidenta do Cofecon, Tania Cristina Teixeira, publicado originalmente no jornal O Tempo

23/07/2025 - Atuação do/a economista em perícias judiciais e extrajudiciais - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes, conselheiro federal. Este é o quarto texto da coletânea “Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal”.*

24/07/2025 - Mudar a meta de inflação é fundamental para baixar a taxa de juros e impulsionar a economia - Análise de Carlindo Rodrigues de Oliveira, economista e consultor, sobre os riscos da atual meta de inflação e seus impactos sobre os juros e o crescimento

31/07/2025 - Por que o Brasil não pode ceder a Trump em agosto - Artigo de autoria de Eduardo Araújo (ex-conselheiro do Conselho Federal de Economia), publicado originalmente no portal A Gazeta (disponível [AQUI](#)).

1/08/2025 - Lacerda comenta tarifas de Trump, globalização e papel do BRICS - Conselheiro federal falou ao programa Fechamento, da CartaCapital, e analisou as motivações por trás das tarifas, bem como seus impactos no comércio internacional, no papel do dólar e no PIB brasileiro

4/08/2025 - Oportunidades de trabalho para economistas a partir dos dispositivos do Código Civil Brasileiro - Artigo de opinião de Pedro Afonso Gomes, conselheiro federal. Este é o quinto texto da coletânea “Mercado de Trabalho para o Economista Profissional Liberal”.*

6/08/2025 - A Inteligência Artificial, mudanças do trabalho e os economistas - Artigo de opinião de autoria da conselheira federal Lucia Garcia*, publicado originalmente no [Jornal dos Economistas](#).

11/08/2025 - Conselheiro comenta expansão do BRICS e desdolarização - Em matéria publicada pelo UOL, Antonio Corrêa de Lacerda destaca avanços e desafios do bloco econômico, que busca ampliar o uso de moedas locais e ganhar relevância frente ao G7

11/08/2025 - Lacerda: “Nenhum país se desenvolveu sem um relevante papel da indústria” - Em debate na Fesp, conselheiro federal destacou a importância estratégica do setor, a necessidade de superar mitos econômicos e os desafios impostos por crises globais.

19/8/2025 - IPCA+ paga 7,5% de ganho real em rara janela histórica que está perto do fim, dizem especialistas; veja como investir –

9/8/2025 - Salvador vai sediar o III Seminário Nacional da Mulher Economista

20/8/2025 - Cofecon sai em defesa do aumento da faixa de isenção do IRPF – Por Tatiane Correia, publicano no GGN

2/9/2025 - III Seminário Nacional da Mulher Economista e Diversidade começa nesta quinta - Publicado pelo Universo do Seguro

11/9/2025 - Por que responsável pela reforma tributária virá a Porto Alegre em outubro – Publicado pela GZH

12/9/2025 - Porto Alegre receberá o XXVI Congresso Brasileiro de Economia – Publicado pela rádio Guaíba

12/9/2025 - Porto Alegre receberá o XXVI Congresso Brasileiro de Economia – Publicado pelo Universo do Seguro

15/9/2025 - Porto Alegre receberá o XXVI Congresso Brasileiro de Economia – Publicado pelo Conectando teu mundo

15/9/2025 - Conselho Federal de Economia endossa Lula e manda recado a Trump: "Soberania é inegociável" - Publicado pela Revista Fórum

15/9/2025 - Cofecon lança nota em defesa da soberania e autonomia nacional – Publicado pelo GGN

15/9/2025 - Sanções e ameaças dos EUA são "descabidas e inaceitáveis", defende Cofecon – Publicado pelo Correio Braziliense, Blog A Crítica, Monitor Mercantil, Revista Fórum, Jornal GGN, tvT News, Isso é Notícia, Brasil247, Hora Notícias, Gazeta do Leste, Jornal TaguaCeí.

6/10/2025 - Paradoxos do tarifaço de Trump – Artigo de Opinião escrito por Antonio Corrêa De Lacerda, publicado pelo Correio Braziliense.

22/70/2025 - Estudante de Monte Castelo é vice-campeã nacional no 10º Desafio Quero Ser Economista – Publicado pelo Primeira Página SC

7/11/2025 - O falso discurso municipalista da oposição na Assembleia Legislativa que vai prejudicar os 184 prefeitos de Pernambuco – Publicado pelo UOL.

3/12/2025 - Entenda aumento da taxaço do JCP aprovado no Senado e impacto para empresas e investidores – Publicado pelo Jornal Istoé dinheiro, Bora Investir, O Juruá em Tempo, Fazendo Contas.

4/12/2025 - Agro, petróleo e gás sustentam alta de 0,1% do PIB no 3º tri, mas economia desacelera - Publicado pelo InfoMoney, Investa Já, Fazendo Trocas e Web Flush.

15/12/2025 - Comissão de Trabalho da Câmara aprova projeto que moderniza a Lei dos Economistas - Publicado pelo jornal O Tempo.

15/12/2025 - Aloizio Mercadante é escolhido personalidade econômica do ano pelo Cofecon – Publicado pelo jornal O Globo, Blog Marqueteiro, Revista Fórum, Brasil247.

15/12/2025 - Aloizio Mercadante: “Empresas públicas devem impulsionar diversidade” - Publicaod pela Revista Fórum, O Globo, Brasil247, IpoNews.

15/12/2025 - Cofecon critica manutenção da Selic em 15% e pede revisão da meta de inflação – Publicado pelo Economia UOL, Correio Braziliense, Istoé Dinheiro, SBA1, Jornal do Comércio, CGN, Monitor Mercantil, Tribuna do Sertão, Diário do comércio, CircuitoMT, Brasil em Folhas, TVKZ, Gazeta Piracicaba, Diário Acionista.